

# Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário

ISSN 0870-1865

24 de Junho de 1993

Preço: 120\$00

(IVA incluído)

N.º 1018

Director:

Carlos Brito

## Interpelação do PCP ao Governo

# «Há em curso um processo de erosão da democracia»

João Amaral  
no parlamento Pág. 19

O PCP, a política de Cavaco e a alternativa

Sobre nós nenhum articulista escreverá com seriedade que «está cada vez mais complicado distinguir o que é PS e o que é o PSD»

Carlos  
Carvalhas  
no Porto  
na 3.ª  
Assembleia  
de  
Organização

Págs. 3 e 4

# DROGA

Comunistas  
abrem o debate  
que o PSD recusou

Págs. 16 e 17

# 25%

é a quebra do valor  
do produto agrícola  
nos últimos três anos

Pág. 10



Função Pública  
manifestou-se  
em Lisboa

Pág. 9

# EP

Págs. 23 e 24

Já comprou?!

Amanhã, reunião  
do COMITÉ CENTRAL para análise  
da situação política nacional  
e das tarefas do Partido





É inaugurado, no domingo, novo Centro de Trabalho em A-dos-Loucos

## RESUMO

### 16 Quarta-feira

Mais de duas dezenas de pescadores pedem em Lisboa ao Presidente da República que intervenha junto do Governo no sentido da adopção de medidas para combater a crise no sector ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros português acusa a Indonésia de prosseguir as atrocidades em Timor, enquanto um alto dirigente militar indonésio declara que Xanana Gusmão cumprirá a pena de prisão perpétua fora de Timor ■ A Unita acusa Portugal de ter apoiado o Governo angolano na batalha do Huambo ■ Nelson Mandela, nas comemorações do 17º aniversário do levantamento no Soweto, declara-se pronto a um compromisso com os bandustões que reclamam uma África do Sul federal.

### 17 Quinta-feira

O representante da Unita em Portugal convoca uma conferência de imprensa para anunciar que estão criadas as condições para o repatriamento dos portugueses do Huambo ■ O Governo reafirma que está disposto a não atrasar o processo dos disponíveis na Função Pública ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova por unanimidade um conjunto de sanções contra o Haiti, fazendo um ultimato aos militares do País para que devolvam o poder ao presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide ■ As forças da ONU destroem em Mogadiscio o quartel-general de Mohamed Farah Aidid ■ Os deputados italianos adoptam o princípio do escrutínio a uma volta, alterando assim o sistema proporcional em vigor.

### 18 Sexta-feira

Greve na TAP, entre as 7 e as 11 horas, obriga ao cancelamento de 19 voos e à reprogramação de mais 40 ■ Médicos do Hospital Egas Moniz pedem o encerramento do bloco operatório central onde existem elevados níveis de gás anestésico ■ António Guterres ameaça com represálias os militantes do PS que fizerem declarações críticas à sua direcção ■ O primeiro-ministro espanhol, Felipe González, propõe ao Partido Nacionalista Basco que participe no próximo Governo, depois de ter feito ontem a mesma proposta à Convergência e União ■ O primeiro-ministro japonês Kiichi Miyazawa, decide dissolver o parlamento e convocar eleições antecipadas, após a adopção de uma moção de censura contra o seu Governo.

### 19 Sábado

O ministro das Obras Públicas confirma que a ponte sobre o Tejo vai ser reforçada para a passagem do comboio e o seu tabuleiro será aumentado para seis faixas ■ A Assembleia Municipal de Ponte de Lima ratifica as deliberações da Câmara que prevêem a expulsão do concelho de indivíduos em situação ilegal, nomeadamente ciganos ■ Segundo afirma o influente jornal japonês «Asahi», o Partido Liberal-

Democrata, há 38 anos no Poder, não conseguirá obter a maioria absoluta nas eleições de 18 de Julho ■ Morre com 81 anos o escritor William Golding, Prémio Nobel da Literatura ■ O Papa manifesta o seu desejo de visitar a China em breve.

### 20 Domingo

O PCP inaugura novo Centro de Trabalho em A-dos-Loucos ■ Representantes de 180 Estados chegam a acordo sobre a universalidade dos direitos humanos e o direito ao desenvolvimento ■ A Polícia egípcia acusa a organização integralista clandestina Al-Jihad de ser responsável pelo atentado à bomba ocorrido na sexta-feira na cidade do Cairo ■ Sete milhões de italianos vão às urnas para elegerem 145 presidentes de Câmara numa segunda volta das eleições municipais ■ Decorrem manifestações em Mogadiscio pró e contra a ONU, no momento em que chegam à capital da Somália mais mil e duzentos marinheiros norte-americanos.

### 21 Segunda-feira

O Banco Europeu de Investimento assina em Lisboa oito contratos de empréstimos no valor de 95,5 milhões de contos para projectos em sectores da indústria ■ Greve dos maquinistas da CP paralisa os comboios de médio e longo curso ■ Portugal faz pressão para que a cimeira da Comunidade em Copenhaga condene a Unita e reafirme o seu apoio ao processo de paz em Moçambique ■ Ramos Horta é nomeado pelo líder da resistência timorense, Konis Santana, para coordenar a partir do exterior a guerrilha timorense ■ Abre a cimeira dos Doze para debater o combate ao desemprego, o relançamento económico e a questão da ex-Jugoslávia ■ Dois carros armadilhados explodem no centro de Madrid, matando sete pessoas, num atentado que a polícia atribui à ETA ■ Eduardo dos Santos recebe em Luanda o secretário de Estado Norte-Americano Adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose ■ Têm lugar novas manifestações na capital somali, em protesto contra a presença das forças da ONU ■ O secretário-geral da Amnistia Internacional, Pierre Sané, declara que a primeira semana da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, em Viena, foi uma vergonha para os Direitos do Homem.

### 22 Terça-feira

O Sindicato dos Médicos da Zona Sul diagnostica a ruptura generalizada do sistema nacional de saúde devido à política do Governo ■ Mário Soares envia ao Tribunal Constitucional, para fiscalização preventiva, o diploma do Governo sobre habitação social ■ Com três anos de atraso, a conta da Região Autónoma da Madeira de 1990 é votada favoravelmente apenas pelos deputados do PSD ■ A CE decide em Copenhaga disponibilizar até ao final de Julho os fundos estruturais cuja entrega estava prevista para o próximo ano ■ PSD faz passar na Assembleia da República o diploma sobre o segredo de Estado.

## EDITORIAL

# E a tal Europa dos trabalhadores?

**E**a tal Europa dos trabalhadores? É a pergunta que salta aos lábios a propósito da recente Cimeira Comunitária de Copenhaga efectuada sobre um fundo de mais de 17 milhões

de desempregados (número que ameaça atingir os 20 milhões no final do ano) e de mais de 60 milhões de pobres, no conjunto dos países da Comunidade Europeia.

É a mesma pergunta que acode ao espírito quando se observa que, mais uma vez, entre as principais medidas advogadas para tentar debelar a crise lá aparecem, com especial destaque, os novos sacrifícios que se pretende impor aos trabalhadores através da "flexibilização do mercado do trabalho", da "desregulação dos direitos", da "contratação salarial", numa palavra, na intensificação da ofensiva contra o mundo do trabalho.

Esta ofensiva do capital, como recentemente aqui referimos, pretende pôr em causa conquistas essenciais dos trabalhadores, designadamente a segurança social, o salário mínimo nacional e até o subsídio de desemprego. Só o receio do descontentamento e da luta dos trabalhadores contém em respeito os estrategos do capital que inspiram as principais instâncias comunitárias.

E perante isto o que fazem os socialistas?

O que fazem aqueles que foram os grandes pregoeiros da tal "Europa dos trabalhadores que aí vinha", para com ela rebaterem as mais que comprovadas teses, caracterizações e alertas de comunistas e de outros sectores de esquerda em relação a um processo de integração comandado pelas transnacionais e subordinado aos seus interesses?

Os socialistas colaboram nesta cruzada anti-social com os sectores que abertamente assumem a representação do capital e muitas vezes tomam-lhe a dianteira, tanto pelas posições colectivas, como através do Presidente da Comissão de Bruxelas, Jacques Delors.

A decantada "dimensão social" da Comunidade aparece cada vez mais como um mote para entreter os líricos da integração europeia, sem qualquer correspondência com as orientações e medidas concretas que nela vigoram.

As mercadorias e os capitais circulam livremente nos 12 países comunitários, os cidadãos ainda podem circular enquanto turistas, mas não podem fazê-lo como trabalhadores.

No nosso país a invasão das mercadorias estrangeiras enche os supermercados, mercados e lotas, bate na concorrência a produção nacional e provoca situações calamitosas na agricultura, nas pescas e na indústria.

De forma menos visível, mas conhecida, está também em curso a invasão do capital estrangeiro que penetra, instala-se e domina sectores importantes e até estratégicos da nossa economia, nomeadamente através das privatizações.

Mas milhares de portugueses esbarram com as dificuldades habituais para se legalizarem, como trabalhadores noutros países comunitários, especialmente em França.

O Acto Único Europeu entrou em vigor, pontualmente, em Janeiro de 1993, para mercadorias e capitais, quanto à circulação de trabalhadores não foi

**As mercadorias e os capitais circulam livremente nos 12 países comunitários, os cidadãos ainda podem circular enquanto turistas, mas não podem fazê-lo como trabalhadores.**

cumprido e não se sabe quando o será. Para eles as fronteiras permanecem.

**A**s legislações xenófobas que estão a ser preparadas, discutidas ou já aprovadas em vários países comunitários, especialmente em França e na Alemanha, não se dirigem apenas, ao contrário do que alguns parecem crer ou fazer crer, contra os imigrantes de fora da Comunidade.

Não é por isto, naturalmente, que são mais mercedoras de viva condenação. São totalmente reprováveis pela regressão que representam em relação aos princípios que têm vigorado nesta região do mundo em relação à imigração e ainda mais pela afrontosa discriminação que se insinua ao apresentá-las

O facto de estas legislações visarem também os imigrantes originários de países comunitários é, porém, especialmente relevante para se avaliarem a evolução e as perspectivas com que se apresenta o direito de circulação dos cidadãos.

Como o "Avante!" testemunhou recentemente junto da comunidade portuguesa em França, a nova lei da nacionalidade baseada

no "direito de sangue" atinge directamente os imigrantes portugueses da segunda geração e a Lei Pasqua, preconizando uma imigração tendencialmente igual a zero, atinge também no imediato a comunidade portuguesa e há legítimos receios que a atinge muito mais no futuro.

A questão não é apenas a de observar que subsistem as fronteiras em relação ao direito de circulação dos trabalhadores e de exigir justamente a sua remoção. A questão é também de alertar para a tendência para o surgimento de novos obstáculos ao exercício desse direito conducentes ao seu esvaziamento.

A dominação do grande capital transnacional tanto se contrapõe à decantada "dimensão social" da Comunidade, como combina mal com a livre circulação dos trabalhadores.

Por outro lado, a concepção da Comunidade Europeia como uma fortaleza levantada contra o acesso das imigrações do leste europeu ou do terceiro mundo traz consigo uma concepção sobre o modo de viver dentro da Comunidade onde mal se disfarça a tentação de o submeter (ver o acordo de Schengen) a regras e disciplinas de caserna em relação aos direitos políticos, económicos e sociais.

**C**avaco Silva é que sempre se revelou um inimigo da chamada Europa dos trabalhadores, não se coibindo de alinhar, Conselho após Conselho, com os conservadores ingleses, ontem com Thatcher, hoje com Major.

Terá sido assim, a avaliar pela imprensa portuguesa, mais uma vez em Copenhaga, onde o Primeiro-Ministro português se distinguia na defesa das teses da "flexibilização do mercado do trabalho" e da "contenção salarial".

Cavaco Silva é dado também, pelas mesmas fontes, como um dos defensores mais entusiastas da manutenção do rumo de Maastricht e da convergência nominal.

Lá como cá, o Governo do PSD insiste cegamente nas políticas que mergulharam o país na presente recessão económica e nas orientações que provocaram consequências sociais tão ruinosas para o nosso povo.

Lá como cá, com o Governo do PSD não há qualquer perspectiva séria de saída para a crise, antes pelo contrário, o que se impõe é preparar, organizar e ampliar a luta para remover e substituir o Governo que se tornou o maior obstáculo à solução dos problemas nacionais.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04.

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e Impresso na Hósta Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 número: 8.326\$00

MACAU — 50 número: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale de correio.



PCP

## 3.<sup>a</sup> Assembleia de Organização da OCP

# «O Porto é para todos»

Com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, realizou-se no passado dia 19, a 3.<sup>a</sup> Assembleia da OCP – Organização da Cidade do Porto, com a participação de mais de 200 delegados que tiveram uma intervenção entusiástica e activa no desenrolar dos trabalhos.

António Filipe, membro da DOCP, o primeiro a intervir, afirmou que na preparação da Assembleia, procurou fazer-se um exame responsável da situação da cidade no quadro das alterações no plano socio-político registadas a nível internacional, nacional e regional. A situação internacional é marcada por uma profunda recessão económica, com o agravamento das condições de trabalho e de vida dos povos. A nível nacional a situação é ainda agravada pela política neoliberal do PSD e do Governo Cavaco Silva que não olha a meios para facilitar e promover o reforço do capital nas mãos de uns poucos, em detrimento dos trabalhadores que cada vez são mais explorados. E é bom que se diga, que toda esta política tem, no essencial, o aval do PS pese embora o facto de este partido se apresentar como oposição alternativa, o que é, manifestamente, um monstruoso embuste.

É evidente que esta postura política do Governo Cavaco Silva teria que ter os seus

reflexos a nível regional, o que aliás é comprovado pela Comissão das Comunidades que considerou a Região Norte como a terceira pior da CEE.

Esta situação poderá ser invertida com o reforço da votação na CDU, única força alternativa à política desastrosa do PS e do PSD.

O PCP tudo fará para humanizar a cidade, intervindo na defesa da qualidade de vida da população, defendendo os direitos, lutando com os trabalhadores pela estabilidade de emprego e salários dignos.

E, a terminar, António Filipe disse que «é nossa convicção de que pela vontade do Homem é possível erguer uma sociedade nova liberta da exploração».

João Torres falou em seguida para denunciar as profundas e gravosas alterações na vida dos trabalhadores e das populações. Assistimos, disse, a uma grave recessão económica, a uma profunda regressão nos aspectos sociais, às perturbações na pro-

dução nacional, desde a agricultura às pescas, passando pela indústria, ao leilão de empresas do Sector Empresarial do Estado. Toda esta situação tem inquestionáveis reflexos na estabilidade do emprego, nos baixos salários e no desemprego.

Ao mesmo tempo, para conter o descontentamento e a luta, o Governo PSD/Cavaco Silva usa e abusa de formas de intimidação e repressão sobre os trabalhadores.

A população da cidade do Porto tem sido igualmente afectada por esta política do Governo PSD/Cavaco Silva, assistindo-se à desindustrialização da cidade que se tem vindo a agravar com a gestão do PS/Fernando Gomes, incentivada pela especulação imobiliária.

O PCP tem apoiado e continuará a apoiar solidária e convictamente as justas lutas dos trabalhadores do Porto, contra a política imposta pelo Governo que confirma a sua opção de classe, favorecendo o grande capital em detrimento da classe trabalhadora.

Seguiu-se-lhe, no uso da

freguesias, permitindo um total de 59 eleitos na cidade e ainda a presidência de 6 Assembleias de Freguesia.

Existe, porém, uma falha. É que o bom trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU nos executivos dominados por outras forças políticas, não tem sido suficientemente identificado e divulgado junto das populações. É urgente colmatar esta lacuna.

A finalizar, Teresa Lopes afirmou que «a transformação do profundo descontentamento popular numa opção de voto no PCP/CDU é uma

(Continua na página 4)



## Carlos Carvalhas no Porto

# «O povo pode contar com a CDU»

Camaradas,

É de grande importância a realização desta 3.<sup>a</sup> Assembleia de Organização da Cidade do Porto.

Porque tornou possível, pela via do debate interno, afeirar a linha política do Partido, garantir a sua ligação à vida, aos trabalhadores, às populações e aos seus problemas e proceder à renovação dos organismos, quadros e intervenção do PCP na cidade do Porto.

Como qualquer organismo vivo, mantendo a sua identidade, a renovação constante e a adaptação necessária à vida, é condição de crescimento e desenvolvimento do PCP.

A dinâmica que daqui se transmite à actividade presente e futura do Partido na cidade do Porto, a mobilização da organização e dos quadros para um período de grande empenhamento político na luta contra os negativos efeitos da política do Governo e na batalha das eleições autárquicas, que é uma batalha de todo o Partido e que se aproxima a passos largos, é também de grande importância.

O PCP está em boas condições para firmar a sua presença política nesta cidade, como aliás em todo o País.

Porque a política anti-social do Governo do PSD, conduzindo a um profundo agravamento da situação económico-social, afectando não apenas a classe operária e os trabalhadores, mas também sectores e camadas sociais que até há pouco o apoiaram, veio criar um espaço político que temos possibilidade de procurar preencher ou de, pelo menos, procurar ganhar para a aproximação e o trabalho conjunto com os comunistas.

Porque o PS tem duas caras e duas políticas também nas autarquias, uma em Lisboa onde, em circunstâncias concretas e fundamentalmente pela força do nosso Partido mantém a sua participação futura na coligação «Com Lisboa», outra no resto do País, e designadamente na cidade do Porto. (...)

Esta linha política do PS coloca ao nosso Partido a especial responsabilidade de, em todas as circunstâncias, se afirmar como força decisiva para uma autêntica alternativa ao PSD, nas autarquias ou em qualquer área de intervenção político-social.

Por isso, é fundamental, neste exacto momento, o empenhamento dos comunistas na afirmação da identidade e objectivos do PCP e da CDU, mas simultaneamente é imprescindível uma intervenção aberta, sem preconceitos nem sectarismos, descobrindo pontes para todos os sectores sociais descontentes com o PSD, consolidando todos os laços de compreensão e entendimento entre democratas, procurando, em última análise, forjar as condições para uma alternativa democrática ao PSD e à sua política.

Esta 3.<sup>a</sup> Assembleia de Organização da Cidade do Porto é seguramente um passo importante neste caminho, tanto mais que o PCP desempenha na sociedade portuguesa um papel insubstituível na luta pelo desenvolvimento do País e pela justiça social. (...)

O PCP, como os factos o mostram, tem apresentado propostas construtivas para a superação da recessão, para enfrentar a crise social, modernizar o País e levar à prática uma verdadeira estratégia do desenvolvimento nacional.

O PCP, como os factos o comprovam, tem estado na primeira linha de combate a todas as orientações e medidas do Governo PSD, lesivas dos interesses do povo e do País. Somos oposição firme para uma política diferente. Não fazemos o teatro de debates com o PSD, em frente das câmaras de televisão, para, ao mesmo tempo, nos corredores, negociarmos com o PSD o apoio ao Tratado de Maas-

tricht e às suas orientações monetaristas, contra o emprego, o apoio à revisão da Constituição, ou a lei do segredo de Estado. Nós não fechamos os olhos às privatizações de empresas básicas e estratégicas nem aos processos de autêntica mão baixa sobre este riquíssimo património público. Nós não dizemos às segundas, quartas e sextas que somos de esquerda e que estamos com os trabalhadores, e às terças, quinta e sábados prestamos homenagem ao grande capital.

Nós não somos dos que dizemos, por exemplo, aos trabalhadores da TAP que estamos com a sua luta, e ao mesmo tempo damos entrevistas à revista «Valor» defendendo a rápida privatização desta empresa.

O PCP tem estimulado, tem apoiado e tem sido solidário, no quadro da movimentação social, com quantos lutaram e lutam pelos seus legítimos interesses e justas reivindicações, e temos dado nas instituições a voz às prementes aspirações populares.

Também por isso nós somos, de facto, a alternativa ao PS e ao PSD.

Sobre nós, nenhum articulista escreverá com seriedade que «está cada vez mais complicado distinguir o que é PS e o que é PSD», ou concluirá que «é melhor começar a reparar na cor das gravatas».

A melhoria do nível e da qualidade das condições de vida do povo exige uma política democrática, uma política que concretize na prática os direitos sociais, económicos e culturais dos cidadãos, uma política que tenha como objectivos centrais assegurar o direito ao trabalho e à estabilidade no emprego, a elevação dos níveis salariais e o combate decidido às injustiças e desigualdades sociais.

O balanço da política social do Governo do PSD/Cavaco Silva o que nos mostra é que a precariedade do emprego abrange hoje uma parte significativa da população activa. Os salários em atraso conhecem novo agravamento. Importantes sectores e empresas vivem dias difíceis, pondo em risco milhares de postos de trabalho. Diminui a parte do trabalho no rendimento nacional, apesar de se terem verificado importantes ganhos de produtividade. É dramática a situação de milhares e milhares de reformados, idosos e deficientes.

Um Portugal moderno e solidário não é um Portugal resignado perante a substituição da produção nacional pela produção estrangeira, o emprego precário, o desemprego, os baixos salários e a incerteza do dia de amanhã.

Precisamos de uma estratégia de desenvolvimento que concretize uma verdadeira coesão económica e um sistema de protecção social, através de solidariedades múltiplas, que garanta o essencial da coesão social. E isto diz respeito não só ao futuro dos portugueses como à sua vida quotidiana: segurança, acesso à qualificação, oportunidade de emprego e um quadro de vida urbana restaurado.

O crescimento como elemento do desenvolvimento económico, deve ter como objectivo fundamental satisfazer as necessidades e as aspirações do povo português em geral e dos trabalhadores em particular. E isto em todos os campos.

É inadmissível a crescente desresponsabilização do Governo perante a educação, o ensino, o direito à saúde dos cidadãos.

O acesso à saúde é hoje universalmente considerado um factor de primordial importância no bem estar dos cidadãos e das comunidades e o grau de satisfação das necessi-



PCP

### 3.ª Assembleia de Organização da OCP

(foto de Rui Varejão)

questão essencial. Vamos prosseguir e reforçar o nosso trabalho junto da população da cidade. Vamos continuar a provar que não somos iguais aos outros quando exercemos o poder, que constituímos, de facto, a única alternativa».

Falou em seguida, Lusitano Correia, eleito do PCP à Assembleia Municipal do Porto, que fez um balanço sucinto da actividade da CDU neste órgão autárquico, inserido na política geral da cidade.

Apesar da representação da CDU ter diminuído neste mandato que agora finda, nem por isso o seu papel perdeu importância. Bem pelo contrário. De facto, a CDU foi a única voz coerente e sistemática na luta pelos interesses mais profundos da população do Porto e dos trabalhadores e na denúncia de uma actuação do executivo camarário, particularmente do seu presidente, que defende de forma brilhante, por vezes, os interesses capitalistas e especulativos, executando uma política contrária ao sentir, ao fundo cultural e aos interesses reais da grande maioria da

população que, a prosseguir, comprometerá irremediavelmente o futuro da cidade. Por outro lado, o PSD tem enormes dificuldades em se demarcar desta actuação pois, se por um lado pretende ser oposição, por outro e no essencial está em plena sintonia com ela. Nas grandes questões que se põem à Câmara esta opta sempre pela defesa dos interesses do capital em detrimento dos trabalhadores, com o PS e o PSD invariavelmente de mãos dadas.

Só a CDU defende soluções que têm em conta as carências gritantes da cidade, de que sofrem sobretudo as populações de menores recursos.

Lusitano Correia, à semelhança de Teresa Lopes, manifestou a sua preocupação pelo facto da luta dos eleitos da CDU, as suas posições, o que defendem e as

batalhas que travam não cheguem ao conhecimento das pessoas.

Aproximam-se as eleições. E do nosso trabalho, do que formos capazes até à votação e da possibilidade de fazermos chegar a nossa mensagem às populações, até ao acto eleitoral, depende a capacidade, maior ou menor, de contrariarmos uma política pouco digna da Cidade do Trabalho, que o Porto quer continuar a ser.

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal do Porto, centrou a sua intervenção nas «Linhas Programáticas da CDU para a Cidade – O Porto para Todos!»

Disse Ilda Figueiredo que queremos um Porto agradável e acolhedor para os moradores; um Porto que não esqueça as crianças e os idosos e que combata o tratamento preferencial que tem sido

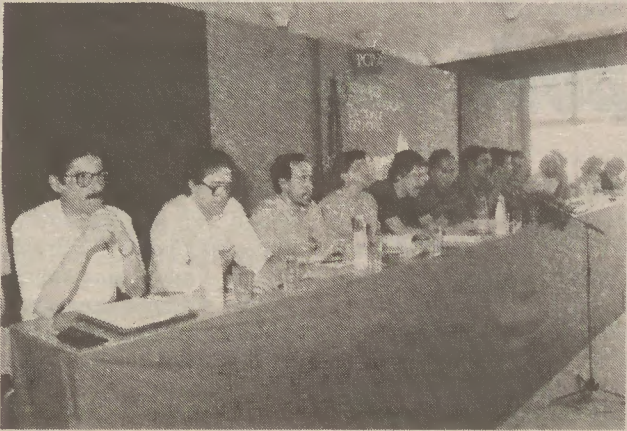
dado aos especuladores imobiliários; o Porto precisa de alguém que seja capaz de manter um diálogo permanente e aberto com a cidade; o desenvolvimento do Porto exige um planeamento democrático, participado, em que tenham voz os seus moradores e as suas organizações mais próximas.

Alertou ainda para a necessidade de encarar com firmeza e determinação a construção das infra-estruturas de saneamento básico, de construir a rede de esgotos que falta e alargar a sua ligação a mais de metade dos moradores do Porto que ainda não o têm.

Não podem continuar adiando os graves problemas de trânsito, o projecto do tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, para salvar o Douro.

O Porto tem o direito não só a uma boa imagem, mas a uma qualidade de vida saudável e tranquila.

Finalizando disse que a CDU, com a sua candidatura, apresenta a alternativa que o Porto precisa e que os seus



a nossa agricultura e pescas e importantes sectores industriais.

Que é necessário enfrentar a crise social, os problemas do racismo e da xenofobia e os entraves

à livre circulação dos trabalhadores, não com discursos e declarações retóricas, mas com medidas concretas e calendarizadas.

Estamos habituados às afirmações grandiloquentes da Comunidade e dos seus burocratas. Delors afirma agora, ao contrário do que dizia no seu Livro Branco sobre o Mercado Único, que «o modelo europeu de sociedade está ameaçado», que há riscos de «ruptura social» e de um «tremor de terra do ponto de vista económico».

Mas é preciso chamar os «bois pelos nomes».

O modelo de integração não é abstracto, é o modelo capitalista, assente no fundamentalismo neoliberal comandado pelas transnacionais, cujos efeitos são conhecidos e estão à vista, quer em termos de «coesão social», quer em termos de coesão económica. O desemprego e a pobreza tornaram-se fenómenos de massas, ao mesmo tempo que as fortunas florescem na economia de casino. Os ganhos gigantescos de produtividade do trabalho não são acompanhados nem pelos aumentos salariais nem pelas despesas ao serviço do homem.(...)

Camaradas,

As eleições autárquicas são uma importante oportunidade para o povo português afirmar uma vontade de mudar de rumo e ver executada uma política diferente. E uma grande votação na CDU é a melhor contribuição para uma alternativa democrática.

Aqueles que aqui no Porto querem uma política autárquica que não seja só de fachada e de marketing político, que desejam que a gestão autárquica seja de facto fiscalizada, têm na CDU a melhor e mais sólida garantia.

Os trabalhadores, os reformados, pensionistas e idosos, os deficientes, os desempregados, os que estão em risco de perderem emprego sabem que podem encontrar na CDU um apoio seguro, a força que lhes dará voz e que tudo fará para superar os obstáculos e as dificuldades.

O povo do Porto pode contar com a CDU, força que cumpre o que promete, em que os seus eleitos podem justamente reclamar-se dos atributos do trabalho, honestidade e competência.

O voto na CDU, o reforço da CDU e a eleição de candidatos seus constituirão, em todas as situações, a mais segura garantia da presença de uma voz empenhada na defesa dos interesses das populações, na exigência de um funcionamento transparente e democrático das autarquias e um factor de dinamização da actividade dos seus órgãos.

Estamos com confiança e dinamismo.

O trabalho realizado pelo eleitos da CDU nas mais diversas situações, em todo o território nacional, o seu património de propostas, soluções e estilo de trabalho, a positiva diferenciação da CDU em relação ao PS e o amplo descontentamento relativo à política do Governo do PSD tornam perfeitamente legítimo considerar que está ao nosso alcance um bom resultado, que seria também um bom resultado para o povo português e para Portugal.(...)



candidatos são o garante dessa alternativa.

Muitos outros delegados usaram da palavra para denunciarem as dificuldades sentidas nos diversos sectores em que se encontram inseridos, apontando metas e soluções e para afirmarem a sua certeza num futuro melhor com o PCP e a sua gloriosa luta na defesa dos interesses dos mais desfavorecidos.

De seguida foram postas à votação e aprovadas as «Linhas Programáticas da CDU para a Cidade – O Porto para Todos!» e o Documento de Análise e Orientação Política, documentos estes que em inúmeras reuniões de militantes, preparatórias da 3.ª Assembleia da Organização da

Cidade do Porto, foram amplamente discutidos e enriquecidos com propostas de alteração, a maior parte delas contempladas pela Comissão de Redacção. Neste documento foi criado um novo or-

ganismo para a Organização da Cidade do Porto designado por Conselho da Cidade do Porto. É um órgão consultivo eleito, a integrar por cerca de 80 camaradas e que inclui os membros do DOCP – Direcção da Organização da Cidade do Porto.

No Documento de Análise e Orientação Política verifica-se que, no quadro da campanha de recrutamentos lançada pela DORP, a Organização da Cidade do Porto se propõe recrutar 200 novos militantes até Dezembro de 1993.

Foram igualmente eleitos os membros da nova Direcção da Organização da Cidade do Porto e do recém-criado Conselho da Cidade do Porto.

A encerrar os trabalhos desta 3.ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto, usou a palavra o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, de cuja intervenção publicamos os principais extractos.

dades da população, através dos serviços prestadores de cuidados de saúde, um índice dos mais significativos para avaliar a qualidade de vida de um povo. E quando um primeiro-ministro avaliza os conluios e as irresponsabilidades do seu ministro da Saúde e procura ainda desviar a atenção dos portugueses das gritantes mazelas dos hospitais através de mais um pacote de promessas, então é o próprio primeiro-ministro e todo o seu governo que estão em causa.

Com a política deste Governo, a degradação da democracia económica tem sido acompanhada da degradação da democracia política, com o reforço do autoritarismo e da repressão sobre os trabalhadores.

Para o PCP, a democracia política possui um valor intrínseco e constitui elemento integrante e inalienável da sociedade portuguesa que é fundamental preservar e assegurar. Por isso mesmo, denunciaremos e lutaremos com todas as nossas forças, contra a lei da rolha, que o PSD chama lei do segredo de Estado; denunciaremos e lutaremos contra a governamentalização do Estado e contra concepções autoritárias e centralistas do PSD.

A democracia política, para o ser plenamente, assenta na combinação entre a democracia representativa e a democracia económica, social e cultural. A democracia assim compreendida é a democracia avançada que o PCP propõe para Portugal.

**Por isso somos também defensores de uma administração aberta, moderna, democrática e participada.**

Hoje os cidadãos estão cada vez mais afastados dos mecanismos de controlo e não são informados sequer dos seus poucos direitos perante a administração pública.

O que se assiste é a um funcionamento de secretismo, com a cunha, os processos tratados à margem dos circuitos normais, a partidarização crescente dos cargos dirigentes, o tráfico de influências e a pontificação de casos de corrupção até aos mais altos níveis.(...)

O Primeiro-Ministro continua a procurar encobrir os efeitos da sua política com a conjuntura externa.

Mas é inegável que a crise económica e social do País resulta no essencial de uma política errada e injusta, de uma política que não aproveitou uma conjuntura externa favorável para modernizar e melhorar o perfil da especialização produtiva do País; de uma política de afunilamento das nossas relações económicas externas; de uma política cambial que há três anos coloca o sector exportador português em nítida desvantagem em relação à Europa; de uma política monetarista de promoção da especulação financeira em detrimento da actividade produtiva; de uma política que tem seguido os dogmas neoliberais consagrados na «convergência» de Maastricht.

Por isso, é necessário que fique claro na Cimeira de Copenhaga que não é com os critérios de convergência nominal que se dá resposta ao desemprego e ao trabalho precário, bem assim como à difícil situação dos sistemas de previdência e segurança. Que não basta sublinhar a importância da aprovação dos regulamentos dos fundos comunitários e defender as redes transeuropeias, mas que é necessário e urgente exigir medidas de salvaguarda para

## DORP debate situação económica no distrito

A situação económico-social na região do Porto e as propostas do PCP foram tema de um debate organizado pela DORP do PCP, realizado no passado dia 14, na Junta de Freguesia da Vitória.

Como foi afirmado «o agravamento crescente» é resultado de uma política económico-financeira que, ao longo dos anos, «privilegiou e fomentou, através dos incentivos que criou, o sector financeiro e contribuiu para a formação de alguns grupos empresariais que dirigiram a sua actividade fundamentalmente para os serviços financeiros e imobiliários».

Por fazer ficou a reestruturação dos sectores com peso na região do Porto, como as indústrias têxteis e vestuário, metalurgia, conservas e das madeiras, pescas e agricultura, e tão pouco se investiu nas infra-estruturas e equipamentos públicos em que a região é tão carente.

O investimento produtivo foi escasso e essencialmente virado para a «criação de pequenas e médias empresas que apostavam nos baixos salários e no trabalho pouco qualificado, no trabalho infantil, no lucro rápido e fácil».

Assim entre 1985 e 1991, excluindo a Administração Pública, «foram criados 80 mil postos de trabalho no distrito do Porto, dos quais 24 mil na indústria, mas só 8 mil destes aconteceram na Área Metropolitana do Porto. O restante emprego surgiu, na sua maioria, no Vale do Sousa, em empresas de escasso investimento, de mão-de-obra intensiva e mal paga».

Esta situação teve como consequência a perda de peso da AMP na riqueza produzida no País, estimando-se que «o VAB industrial tenha passado de 17 por cento do VAB nacional, em 1984, para apenas 14 por cento, em 1988».

A desindustrialização do Porto provocou a destruição de 4 mil postos de trabalho entre 1985 e 1991, na capital norte-nha, e mais 2 mil em Matosinhos, durante o mesmo período.

No actual momento a desindustrialização avança de uma forma implacável, atingindo com particular relevo o sector têxtil, a metalurgia e outras indústrias. Os interesses dos agricultores e pescadores estão a ser profundamente afectados, alastrando-se a crise ao comércio e serviços, enquanto aumenta a precariedade de trabalho na Administração Pública. O desemprego cresce assustadoramente, «atingindo no distrito do Porto mais de 60 mil pessoas», segundo foi avançado no debate, que apresentou algumas propostas para uma política alternativa, cujos traços essenciais foram aprovados no último Congresso do PCP.



PCP



## Com participação de Álvaro Cunhal Inaugurado novo Centro de Trabalho em A-dos-Loucos

Foi no passado domingo que os comunistas de A-dos-Loucos, no concelho de Vila Franca de Xira, viram finalmente realizado um projecto com mais de uma década - a abertura do novo Centro de Trabalho do PCP.

Na inauguração participaram Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional, e Daniel Branco, do CC e presidente da CM de Vila Franca de Xira, contando-se ainda, entre outros, António Dias Lourenço e Severiano Falcão, e o sindicalista José Ernesto Cartaxo.

Pelas 11 da manhã começou o comício que assinalou o acontecimento. Começou por intervir Adelina Coelho, viúva de José António Veríssimo e responsável da Comissão de Freguesia do PCP, que apresentou o Centro de Trabalho como a «materialização de um sonho antigo e uma obra digna do Partido que somos».

Seguiu-se Policarpo dos Santos, presidente e candidato da Junta de Freguesia de São João dos Montes, e logo depois falou Daniel Branco.

Álvaro Cunhal sublinharia a seguir, na sua intervenção, que a inauguração do Centro de Trabalho é mais uma prova de que o PCP «não está em declínio» mas «cheio de força».

Para o dirigente do PCP esta e as outras recentes inaugurações só são possíveis devido ao «empenhamento dos comunistas que não estão convencidos de que o comunismo morreu» e que acreditam que «há razões para dizer que o seu ideal permanece».

Como referiu, os comunistas portugueses procedem à renovação, chamando à atenção dos presentes para o programa e estatutos aprovados no 14º Congresso, bem como para a nova direcção eleita. A renovação, disse, mostra

que os comunistas continuam voltados para a vida e para a intervenção e que o PCP é uma partido indispensável e insubstituível.

Álvaro Cunhal destacou ainda a importância da «grande batalha política das eleições autárquicas», afirmando-se confiante na reeleição de Daniel Branco na presidência da CM de Vila Franca de Xira, e de Policarpo dos Santos, na Junta de Freguesia de S. João dos Montes, já que, afirmou, «confiança é o que o povo em nós deposita».

Findo o comício, foi altura de visitar o Centro de Trabalho - um edifício de três pisos com mais de 250 metros quadrados de construção e que

foi totalmente construído com mão-de-obra voluntária, estimando-se que tenha orçado em cerca de 12 mil contos. O dinheiro esse veio de donativos e do lucro da venda do pão que agora é cozido ali mesmo num forno que ocupa o andar térreo do CT.

Depois Álvaro Cunhal sempre seguido por largas centenas de populares visitou o Centro de Convívio dos Reformados, o Grupo Columbófilo de A-dos-Loucos e finalmente a União Desportiva e Recreativa, em cujo pavilhão gimnodesportivo foi promovido um animado almoço para mais de 500 pessoas, que encheram completamente o recinto.

## Operação integrada fracassa em Setúbal

— denuncia a DORS citando dados da crise

A política do Governo «está a transformar não em sucesso mas em fracasso, as expectativas criadas com a Operação Integrada para a Península de Setúbal», considera a DORS do PCP; que promoveu na passada semana uma conferência de imprensa para divulgar a sua análise sobre a situação social no distrito.

Manuel Sobral, da Comissão Política, e José Caetano e Valdemar Santos da DORS do PCP, afirmaram aos jornalistas que «apesar dos milhões de contos canalizados para o distrito através das verbas comunitárias, apenas subsiste como grande projecto o da Ford/Volkswagen, com possibilidades de gerar crescimento económico e criar postos de trabalho e mesmo este rodeado de dúvidas por se tratar de um sector altamente vulnerável face à crise económica mundial».

A DORS salienta, por outro lado, que «toda a impor-

tante capacidade instalada no distrito tem vindo a sofrer os efeitos destruidores da política do Governo. Grandes empresas como a Quimigal, a Siderurgia, a Lisnave, a Solisnor, a Renault, a Portucel, a SAPEC, a Petrogal e a EDP entre outras, têm estado sujeitas a medidas de diminuição da produção, gestão ruínosa, desmembramento, negociações. Dezenas de pequenas e médias empresas da metalomecânica ligeira, têxteis e confecções agro-industriais, conservas, cerâmica e outras, encerraram ou estão ameaçadas de o vir a ser a curto prazo».

Neste contexto, os níveis de desemprego aumentam significativamente, atingindo já a taxa de 14 por cento, segundo os números do IEFP. O aumento dos salários em atraso agrava a situação de acumulação de mais de três milhões de contos de dívidas aos trabalhadores.

O PCP indica ainda como

factores de degradação da situação social o mau funcionamento dos serviços de saúde, e a perda de qualidade do Ensino público.

O problema da habitação foi igualmente referido pelos dirigentes comunistas que revelaram existir no distrito 1190 barracas, num total de 320 mil alojamentos.

Contudo, a DORS considera que «é justo sublinhar os nítidos avanços e sucessos» que se verificaram nas áreas directa ou indirectamente dependentes das autarquias, com particular relevo para a «cobertura em redes de água, esgotos, electricidade e recolha de lixo doméstico, atingindo 100 por cento ou próximo; o índice de conforto nitidamente acima da média nacional; taxas de mortalidade infantil entre as mais baixas e uma das maiores percentagens de partos com assistência médica; bem como taxas de sucesso escolar das mais altas do País».

## Comunistas na TAP exigem medidas sérias do Governo

A célula do PCP na TAP reuniu na passada sexta-feira no CT Vitória para analisar a situação da empresa, tendo aprovado uma resolução que exige que o Governo «dote a TAP dos meios financeiros necessários para o seu equilíbrio, autonomia financeira e liquidez».

Os comunistas entendem que o Governo deve pressionar o Conselho de Ministros da CE para que sejam adoptadas as «tarifas mínimas que consagrem o pagamento integral dos custos e se acabe com a prática ilegal de dumping».

Por outro lado, as autoridades portuguesas deverão assegurar os direitos de soberania com terceiros países, nomeadamente na negociação dos direitos de tráfego de Portugal com países não pertencentes à comunidade.

A célula do PCP pede a suspensão do projecto de pulverização e privatização da TAP e defende a sua manutenção no sector empresarial do Estado.

Em matéria de direitos laborais, os comunistas querem a «revogação do regime sucedâneo e de outras medidas repressivas, contrárias ao direito constitucional à contratação colectiva» e exigem que seja «mantido o poder de compra dos trabalhadores da empresa, através da livre negociação das tabelas salariais».

A resolução aprovada na sexta-feira reclama ainda a substituição do actual conselho de administração, presidido pelo eng. Santos Martins, por uma equipa competente que promova os interesses desta empresa do Estado.

Os comunistas comprometem-se a lutar pela viabilização da TAP, pela manutenção dos postos de trabalho, pela melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho, bem como pela actualização dos salários, apelando aos trabalhadores e às suas estruturas representativas para que reafirmem a sua disponibilidade para o diálogo.

## DOREV condena despedimentos no Alentejo

A DOREV do PCP denunciou na segunda-feira a existência de uma grave situação social no Alentejo, onde a «destruição do tecido produtivo» está provocar despedimentos sistemáticos.

O PCP chama a atenção para os sucessivos encerramentos e paralisações de empresas, bem como para o flagelo dos salários em atraso.

A DOREV condena ainda as dívidas do patronato do distrito de Évora à Segurança Social, que em Agosto da 1992 ascendiam já a 1,4 milhões de contos.

O comunicado divulgado critica igualmente a extinção de 96 postos de trabalho no Centro Regional de Segurança Social, o que obrigou à passagem de 62 trabalhadores para o quadro de despedimentos.

Os comunistas de Évora afirmam que as perspectivas são más e são consequência da política de liquidação do aparelho produtivo, prosseguida pelo Governo com vista à «entrega aos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros da riqueza do País».



## Novos quadros no Vitória

Mais de 250 novos quadros do Sector Intelectual da DORL do PCP participaram num convívio realizado, na noite da passada sexta-feira, no terraço do CT Vitória, em que interveio José Casanova, da Comissão Política do Partido. A animar a primeira iniciativa deste recente sector da DORL em que não faltaram as sardinhas, o caldo verde e a sangria - estiveram Maneca e a sua banda com elementos do grupo de música africana Issabary, que puseram toda a gente a dançar.





## Anunciando iniciativa nacional em Outubro

# Comunicado da CDU mostra trabalho em todas as frentes

1. Reunida a 20 de Junho, a Comissão Coordenadora Nacional da CDU avaliou o considerável trabalho já realizado em muitos concelhos do País, no balanço das actividades autárquicas do mandato em curso, na multiplicação de Comissões Coordenadoras locais, na divulgação de propostas de orientações programáticas e no anúncio de candidaturas para os órgãos autárquicos, tudo com vista à preparação das eleições autárquicas de Dezembro próximo.

Neste momento, já estão apresentados os cabeças de lista aos órgãos municipais em 40 dos 50 concelhos onde a CDU é maioritária e em 50% de todos os outros.

É de pôr em realce a Conferência Nacional do PCP sobre Poder Local e as Eleições Autárquicas, realizada em Lisboa em 8 de Maio, que, reunindo acima de 6 centenas de representantes das estruturas da principal força da Coligação, apre-

sentou um balanço global largamente positivo das actividades dos órgãos autárquicos em que a CDU tem a maioria, permitindo confiar que os objectivos eleitorais associados à Proposta da CDU para as Autárquicas/93, dada a público num jantar que juntou, em Lisboa, mais de 200 activistas da CDU de todo o País, em 21 de Maio passado, venham a ser plenamente conseguidos. Isto é, confirmar e reforçar as suas posições nos municípios e freguesias onde hoje é força maioritária, conquistar a maioria em novos municípios e freguesias, enfraquecer as posições da direita por forma a contribuir também para uma alternativa democrática ao governo.

2. Cavaco Silva e o partido do Governo partem para este acto eleitoral em grandes dificuldades. O PSD desiste de tentar conquistar grandes câmaras do País,

designadamente as de Lisboa e Porto, onde apresenta figuras de segundo plano, sem nenhuma experiência autárquica, como cabeças de lista. Em recente entrevista jornalística, Cavaco Silva esquivou-se a esta questão, refugiando-se na argumentação de que ao PSD o que interessa é aumentar o número de presidências de Câmara, para dominar a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Confirmando uma visão monopolista do poder, este objectivo revela afinal a fragilidade do PSD para as autárquicas de 1993. Fragilidades que são confirmadas tanto pelas tentativas de chantagem e aliciamentos de individualidades de outras forças partidárias, como pela atitude comum aos seus candidatos de promover apoios preferenciais do poder central nas autarquias que venham a ser dominadas pelo partido do Governo o que, para além

de antidemocrático e manipulador, é um indício de fraqueza.

3. A conjuntura socioeconómica revela uma grave crise a que Cavaco Silva e o seu Governo não sabem dar resposta.

Com projecções em baixa no sector produtivo, o desemprego vai aumentar desde que não haja uma correcção da ruínoza política económica do Governo, não bastando para o combater os «pacotes de promessas» oferecidos, no sector da habitação, da indústria ou da agricultura.

O agravamento do desemprego — a um ritmo de 2000 novos desempregados por semana — a extensão do trabalho precário e do trabalho infantil, a utilização de trabalhadores desempregados em condições arbitrárias e que rondam a ilegalidade, constituem cada vez mais motivos de preocupação ao nível do Poder Local, a que os responsáveis das autar-

quias não poderão ficar indiferentes. Não para que, salvo casos especiais, as autarquias devam tentar dar solução a problemas cujo âmbito e resolução pertencem às atribuições do poder central, como aqueles que resultam das grandes decisões da política económica e social, mas para que a voz dos responsáveis autárquicos, sempre a par dos problemas das populações, chegue às instâncias próximas dos órgãos de decisão.

4. A contribuição do Poder Local para as diferentes componentes da qualidade de vida das populações tem vindo a crescer e a afirmar-se à medida que se agravam as suas condições de saúde, habitação, ambiente, etc., por acção da política praticada pelo Governo.

Por isso é necessário reforçar as posições da CDU nos municípios e freguesias, dado que a CDU tem demonstrado melhor desempenho da acção nas

autarquias do que as restantes forças políticas.

Mas um triunfo conseguido nas Autárquicas/93 abrirá o caminho para alterações mais profundas a nível central, susceptíveis de travar a crise em que mergulha o País, mediante uma alternativa democrática de governo que, pelo menos, evite as consequências mais gravosas da crise no plano social.

5. A Comissão Coordenadora Nacional da CDU iniciou a preparação de uma nova iniciativa nacional da Coligação, a efectuar em princípios de Outubro, para a dinamização de uma campanha eleitoral que permita, acima de tudo, contribuir para melhorar a consciência social das populações a fim de poderem identificar a CDU como a formação política que, a nível local e nacional, melhor defende as transformações democráticas para o progresso da sociedade.

## Carlos Carvalhas no distrito de Bragança

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve no passado domingo, no distrito de Bragança, para participar em iniciativas da CDU. Acompanhado por António Lopes, da Comissão Política, e Serafim Brás, do Conselho Nacional e do Comité Central, visitou Carvalhas, Mirandela e Bragança.

Em Carvalhas (Mirandela) foi calorosamente recebido pela população, tendo juntado num dos largos da aldeia um número significativo de habitantes. Quando conversava com alguns dos presentes, foi abordado pelas professoras do Jardim Infantil que quiseram que visitasse uma exposição de trabalhos infantis. Após a visita, e já com a sala da Associação Cultural, Desportiva e Social de Carvalhas cheia, Carlos Carvalhas agradeceu o convite e, numa curta intervenção, referiu os problemas da região — desertificação crescente, falta de emprego, crise na agricultura — e apontando a necessidade de eleger homens e mulheres da CDU para as autarquias locais.

Em seguida participou num almoço-convívio, na Escola Secundária de Mirandela, que juntou mais de uma centena de pessoas, entre as quais muitos independentes e, até, um dirigente socialista local. Na mesa estavam Carlos Carvalhas, António Lopes, Serafim Brás, Rui Tadeu (da Direcção Regional e presidente da Junta de Freguesia de Vilas Boas) e outros membros da DORBA e da Comissão Concelhia de Mirandela.

No final interveio a Rui Tadeu, que se referiu às próximas eleições autárquicas, aos problemas mais sentidos no mundo rural e agradeceu o apoio recebido dos eleitos da CDU, através da AECOD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas), para a Junta de Freguesia a que preside, e que enfrenta dificuldades devido à discriminação por parte da Câmara PSD de Vila Flor.

Após o almoço e depois de percorridos os cerca de 70 km que separam Mirandela da capital de distrito, Carlos Carvalhas participou num Encontro de candidatos e quadros da CDU, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança.

Na mesa do Encontro estavam o Secretário-Geral do PCP, o responsável da DOR Bragança, Serafim Brás, Manuel João Araújo, da DOR Bragança, que dirigiu os trabalhos, e os candidatos da CDU às Câmaras Municipais de Bragança (António Morais), e Vinhais (o independente Abreu Ramos).

A intervenção inicial coube a Vítor Martins, do Secretariado da DOR Bragança, que referiu a preparação das eleições autárquicas no distrito. Reflexo da grave situação social que se vive no Nordeste Transmontano, a maioria das intervenções que se seguiram foram de dirigentes e delegados sindicais, que referiram a ofensiva contra a estabilidade de emprego na Função Pública (lei dos disponíveis), a luta dos trabalhadores da Segurança Social, os graves problemas no sector da Saúde, a situação de salários em atraso na CEIA (Macedo de Cavaleiros) e problemas laborais existentes na empresa do alemão Grun-ning.

António Morais e Abreu Ramos, como candidatos às Câmaras dos seus concelhos, intervieram, referindo as razões das suas candidaturas, e o contributo que esperam dar para a resolução dos problemas das populações. O Encontro foi encerrado com uma intervenção de Carlos Carvalhas.

## Candidaturas CDU Penafiel e Fafe

A CDU apresentou recentemente, os seus cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipais de Penafiel, respectivamente Adrião Palmiro Bessa Pereira da Cunha e António Alberto Vieira Simões.

Na Conferência de Imprensa convocada para o efeito e no jantar que se lhe seguiu, participaram dezenas de pessoas, algumas delas apoiantes das candidaturas, como é o caso de Nuno Grande, que fez o elogio de Adrião Cunha.

Vasco Gonçalves, impossibilitado de comparecer, enviou uma mensagem de apoio a Adrião Cunha.

A CDU está convicta que outras personalidades poderão vir a apoiar a sua lista àquele concelho, particularmente da área do PS.

### Fafe

A Comissão Coordenadora de Fafe da CDU (PCP-PEV) apresentou entretanto, num restaurante da cidade, alguns dos candidatos às próximas eleições para os órgãos das Autarquias Locais. Em relação à Câmara Municipal o cabeça de lista é Armindo Magalhães, escritor, estudante da Faculdade de Psicologia e

Ciências da Educação na Universidade de Coimbra e presidente da Associação de Jovens Escritores de Portugal, enquanto Luís Cunha, médico no Hospital de Fafe, é o candidato independente que se segue na lista.

Quanto à Assembleia Municipal, a lista da CDU é encabeçada por Joaquim Magalhães, industrial têxtil e membro da Comissão Concelhia de Fafe do PCP; para a Assembleia de Freguesia de Fafe a CDU apresenta Joaquim Araújo (Lopes), reformado e membro do Conselho Regional do CRSS.

## Jornadas de Alcochete

Miguel Boeiro, actual presidente da Câmara Municipal de Alcochete, encabeça de novo a lista da CDU a este órgão, seguido dos nomes de José Jorge Ferreira e de Arnaldo Fernandes. São todos membros do PCP. A lista da Coligação para a Assembleia Municipal tem como primeiro candidato Álvaro Costa, também do PCP, enquanto António Luís (independente) surge à frente da lista para a Assembleia de Freguesia de Alcochete, António Almeida (PCP) da lista para a AF do Samouco e Carlos Manuel Pereira (independente) da lista para

a AF de S. Francisco. O anúncio destas candidaturas para o concelho de Alcochete foi feito durante as Jornadas CDU realizadas no Salão Nobre da Câmara Municipal, durante as quais se efectuaram 24 reuniões com as forças vivas do concelho e participou quase centena e meia de dirigentes associativos.

Na sessão de encerramento a CDU fez o balanço das Jornadas, considerando que "foram fornecidos elementos que demonstram, inequivocamente, o bom trabalho realizado pela CDU no concelho de Alcochete". A ilustrá-lo, referiu-se que "no ano

de 1992 o investimento municipal atingiu a verba de 44 contos por habitante, fenómeno ímpar a nível nacional". Também no desporto "a relação entre o número de habitantes e a quantidade de áreas desportivas é duas vezes e meia superior à média nacional", enquanto a taxa de cobertura de infra-estruturas nos sectores da água, esgotos e recolha de lixo é de 100%. Foram, finalmente, afirmados os objectivos da CDU para as eleições de Dezembro próximo em Alcochete, nomeadamente, "o de conseguir maiorias absolutas em todos os órgãos municipais".



# Encontro da CDU em Sintra sobre a situação da Saúde

Com a participação de **Lino Paulo**, vereador e candidato da CDU à presidência da Câmara de Sintra, e de **Jaime Mata**, o vereador responsável pelo pelouro da Saúde e Assuntos Sociais desta autarquia e, igualmente candidato pela CDU às próximas eleições, realizou-se em Sintra um **Encontro CDU sobre a situação da Saúde** neste Concelho. Estiveram também presentes na mesa do Encontro **Sérgio Soares**, presidente da Junta de Freguesia de Queluz e candidato da CDU à mesma Freguesia, o engenheiro hospitalar **João Jorge Azevedo Durão Carvalho**, membro da Comissão Nacional para as questões da Saúde do PCP, o dr. **Freixinho** médico no Centro de Saúde de Queluz, independente, e **Deolinda Leal Santos Bernardino**, membro do executivo da comissão concelhia de Sintra do PCP, da DORL e da comissão coordenadora da CDU de Queluz.

Foi referido no Encontro que, segundo os últimos censos feitos em 1991, o Concelho de Sintra tem uma população de 260 951 habitantes. Estes cidadãos têm oficialmente ao seu dispor seis Centros de Saúde, 121 Extensões desses Centros, uma unidade de internamento e algumas consultas descentralizadas para idosos e para a infância a nível de IPSSs, estas em apenas três Freguesias das 14 que o concelho de Sintra tem.

Toda esta situação «se deve à política economicista que o Governo PSD prossegue contra o interesse das populações e que visa a degradação acelerada do Serviço Nacional de Saúde, para poderem implementar a privatização do mesmo, recorrendo a vários expedientes, alguns já apontados (como a redução do pessoal e do número de especialidades, por exemplo), e, opor como alternativa toda a gama de Serviços de Saúde que o sector privado pode oferecer, não falando nas «benesses» fiscais que o Governo oferece também a quem optar pela alternativa dos vários tipos de seguro de saúde e que as grandes multinacionais do ramo põem à disposição do possível e desejado segurador se este tiver capacidade económica para isso», assinalou um interveniente, acrescentando:

«Situações como as que nos querem impingir em termos de saúde, já foram postas de lado nalguns países, nomeadamente nos Estados Unidos da América, onde o actual presidente deve boa parte da sua eleição ao facto de ter combatido aquela política de

Saúde que, lá como cá, apenas servia a pouco mais de 10% da população».

## Sintra precisa de um Hospital

Após enumerar um conjunto de reivindicações concretas para melhorar a Saúde e a assistência médico-hospitalar no Concelho de Sintra, o Encontro CDU fez a seguinte reflexão sobre as «contas» do Governo para a Saúde:

«Se tivermos em atenção os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, em que o coeficiente é de 2,3 camas por cada mil habitantes, teremos que o concelho de Sintra tem necessidade de cerca de 690 camas.

«Ora o Hospital Amadora-Sintra vai fornecer, de acordo com aquele coeficiente e com o número de habitantes, ao concelho da Amadora 250x2,3=575 camas. Para as 4 Freguesias Orientais do Concelho de Sintra, "sobram" 95 camas, quando a carência é de 260.

«Assim, mais uma vez se demonstra que as contas do Ministério da Saúde estão erradas por isto: antes do referido Hospital estar concluído já faltam 165 camas.

«Com o crescimento da população previsto para a área do nosso concelho, cremos ser realistas e justa a reivindicação de um Hospital com 700 camas para corrigir o erro de cálculo do Governo, não esquecendo também as freguesias da zona rural, dado que quer os doentes, quer os seus familiares têm de percorrer grandes distâncias, sendo muito dispendiosas as deslocações desde as ambulâncias aos transportes públicos». E recordou o Encontro que, «para realizar esta pretensão, a Câmara Municipal de Sintra salvaguardou a cedência de um terreno na Portela com a área de 5 ha para garantir a construção de um Hospital de nível 1, adequado às necessidades».

Finalmente o Encontro sublinhou:

«Pensamos que, com a abordagem destas questões que reputamos de fundamentais para uma melhoria da saúde no Concelho de Sintra, se conseguirmos com as reivindicações que fazemos, olhando para o que está mal e apresentando propostas justas e concretas, para alterar a situação actual, se pode dar um salto qualitativo e quantitativo. Assim, temos de mudar a política Central e Local "laranja", e nós tudo faremos para isso, para que se possa dizer de Sintra».



A juventude teve uma forte presença no comício do Barreiro

## Álvaro Cunhal no Barreiro

O Presidente do Conselho Nacional do PCP, **Álvaro Cunhal**, deslocou-se na passada sexta-feira ao Barreiro, no âmbito das actividades da CDU com vista às próximas eleições autárquicas.

O dirigente do PCP - que se deslocou de barco ao Barreiro, no meio da simpatia dos passageiros que, rapidamente, identificaram o companheiro de viagem - começou por visitar algumas obras realizadas ou em curso nesta cidade, num trajecto a pé que terminou num restaurante do Lavradio, onde jantou na companhia de cerca de 100 militantes e amigos do Partido, deslocando-se depois para o comício que se realizaria nas amplas instalações de "Os Penicheiros", repletas de gente e com uma significativa presença da juventude.

Seria, aliás, a juventude a abrir a sessão, através da **Sónia**, da JCP, que chamou ao palco todos os candidatos, já conhecidos, da CDU às próximas eleições autárquicas no Concelho: primeiro todos os cabeças de lista às Assembleias de Freguesia - **João Fernando** (Alto do Seixalinho), **Dourada Mendes** (Barreiro), **Ana Pires** (Palhais), **João Raio** (Santo André), **Alberto Morgado** (Lavradio), **Joaquim Rosa** (Coína), **Frederico Pereira** (Verderena) e **Filipe Roseiro** (Santo António da Charne-

ca); seguiram-se os candidatos à Assembleia Municipal, cujo cabeça de lista será **Helder Madeira**, actual presidente daquele órgão, e os candidatos à Câmara Municipal do Barreiro - **Pedro Canário**, actual presidente e de novo cabeça de lista, **Carlos Maurício**, **José Henriques**, **Luís Carvalho**, **Carla Marina** e **Carlos Humberto**.

**José Antunes** fez a primeira intervenção, onde abordou a crise laboral do Concelho, nomeadamente com o desmantelamento da Quimigal e o desmembramento da CP, enquanto o presidente da Câmara, **Pedro Canário**, salientou a acção desenvolvida ao longo dos anos pela CDU na promoção da qualidade de vida da população e

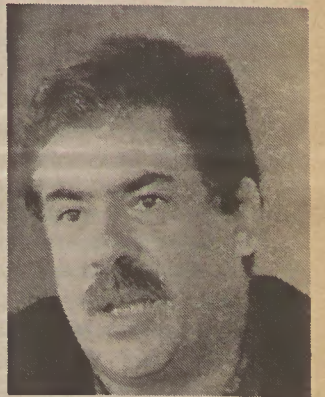
na edificação de infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento.

A finalizar, usou da palavra **Álvaro Cunhal**, que começou por salientar as questões abordadas pelos oradores que o antecederam, sem esquecer a intervenção da juventude (aliás bem presente na sessão). Mais adiante, a propósito da situação de crise que enfrentamos, consideraria que esta "é grave em termos mundiais, europeus e nacionais", evidenciando que o capitalismo não resolve os problemas, facto que lhe diminui progressivamente a base social de apoio "e cria os elementos sociais e políticos para abrir caminho a uma alternativa diferente".

## Rogério de Brito candidato em Alcácer do Sal

O Encontro Concelhio da CDU realizado no último fim-de-semana no teatro **Pedro Nunes**, em Alcácer do Sal, tendo como objectivo "a definição dos cabeças-de-lista à Câmara Municipal e a todos os outros órgãos autárquicos do Concelho" e, como orientação, "especificar a aprovação das linhas gerais da intervenção eleitoral", aprovou como primeiro candidato à Câmara Municipal o eurodeputado do PCP **Rogério de Brito**, que também já foi funcionário do ex-Centro Regional da Reforma Agrária de Alcácer do Sal, seguindo-se-lhe **António dos Mártires Balona**, funcionário da Administração Local, e **Carlos Machadinho**, empresário, ambos membros do PCP. À frente da lista para a Assembleia Municipal surge **Rui Carlos Oliveira**, médico e também membro do PCP.

Para as Assembleias de Freguesia do Concelho, as listas da CDU são encabeçadas pelos seguintes nomes: **Casimiro Jerónimo**, desenhador e independente (**Santiago**); **Arlindo C. Passos**, alfaiate, do PCP (**Santa Maria**); **Florentino R. Mar-**



**tins**, serralheiro, independente (**Santa Suzana**); **Manuel A. Farrambão**, operário agrícola, do PCP (**S. Martinho**); **Joel Serafim Avença**, ajud. técnico de farmácia, independente (**Torrão**); **José Domingos Pereira**, serralheiro, independente (**Comporta**).

Este Encontro Concelhio da CDU em Alcácer do Sal aprovou ainda os seguintes objectivos eleitorais:

- O aumento da votação da CDU em todo o Concelho e o reforço de todas as maiorias que detém.

— A obtenção da maioria absoluta na Vila do Torrão.

— A vitória eleitoral na Freguesia da Comporta.

— A eleição do 5º vereador à Câmara Municipal.

## De Alcabideche a Cascais

Em Alcabideche, no Concelho de Cascais, a CDU realizou uma sessão que contou com a presença de **José Casanova**, membro da Comissão Política do CC do PCP, para apresentar a sua lista para a Assembleia de Freguesia, encabeçada por **Manuel Santinho**, que proferiu a primeira intervenção. Estiveram presentes 150 pessoas e foi evidente um grande optimismo em relação às eleições e ao aumento da votação da CDU, optimismo, aliás, fundamentado no magnífico trabalho dos eleitos da CDU nos vários órgãos autárqui-

cos do Concelho de Cascais.

**José Casanova** encerrou a sessão, perguntando a dado passo: "O que fez o PSD na presidência da Câmara de Cascais? Praticamente nada de bom e muito, muito de mau. O negociismo, o compadrio, a especulação, o golpismo constituem as grandes linhas da gestão do PSD na Câmara; este Concelho é um caos; a incompetência reina; o desrespeito pelos interesses do Concelho e da sua população transformou-se em critério essencial na prática de gestão dos três presidentes de Câmara a que o

PSD já teve que recorrer no actual mandato".

Quanto ao PS, "quando teve a maioria e assumiu a presidência da Câmara, foi a desgraça que se sabe", e enquanto força minoritária, "foi e é inoperante". E o dirigente do PCP foi contundente: "Desta vez o PS - disse - apresenta como cabeça de lista um tráfuga, um arrependido, um desertor que, perante a situação difícil vivida pelos comunistas nos últimos anos, se passou para o outro lado". Agora, no meio de um estendal de ignorâncias sobre o que é uma Câmara e quais as suas

atribuições e competências, o fresquíssimo candidato do PS surge a elogiar a gestão PSD/Isaltino de Moraes em Oeiras (onde habita), "um disparate tão grande e um elogio tão despropositado, que só pode ser entendido como medida cautelar: se o PS não der, pode ser que o PSD venha a dar"...

E terminou, dizendo: "É neste quadro que, com seriedade e responsabilidade, apresentamos à população de Cascais as candidaturas CDU: para a Câmara, o camarada **Carlos Sota**, para a AM, o camarada **Vitor Silva**".



## TRABALHADORES

## CGTP SAÚDA ASPP

A Comissão Executiva da CGTP-IN enviou à Direcção da Associação Sócio-Profissional da Polícia uma mensagem de saudação «pela vossa grande vitória nas eleições para o Conselho Superior da Polícia, que traduz sem dúvida o reconhecimento pela classe do trabalho honesto, abnegado, combativo e coerente da ASPP em prol dos seus direitos e interesses». Para a *Inter* o facto de a ASPP ter recolhido 90 por cento dos votos, conquistando os 3 lugares da representação dos polícias no Conselho, «significa também uma impressionante manifestação de solidariedade dos polícias em torno dos seus dirigentes associativos, objecto de injustos e indignos processos disciplinares por parte do Governo», e é «mais um passo» para a constituição de um sindicato na polícia.

## XÁVEGA

Foi decidido reabrir desde o passado dia 16 os postos de vendagem das praias da Vagueira e Torreira, o que constitui «uma importante vitória» para os pescadores da arte xávega, que vinham a ser insistentemente confrontados com a proibição da venda do pescado - refere a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca. Num comunicado de imprensa divulgado a partir da sua delegação na Gafanha da Nazaré, a federação considera que, sendo importante a reabertura dos postos de vendagem, os problemas com que os pescadores se debatem não ficam resolvidos «uma vez que se mantém regulamentação incompatível com a realidade da pesca, que este tipo de pesca não está devidamente regulamentado pela Direcção-Geral da Pesca, e que a Comunidade e o Governo têm anunciado o fim deste tipo de pesca».

Ocupam-se desta arte - informa a federação, anunciando para 3 de Julho um encontro de pescadores da xávega - mais de cem companhas, cada uma das quais envolve em média mais de 20 pescadores.

## PORTO

O Conselho Distrital da União dos Sindicatos do Porto manifestou na semana passada a sua preocupação por estar a diminuir o peso da área metropolitana na produção de riqueza, enquanto aumenta o número de desempregados (38 mil pessoas inscritas nos centros de emprego em Fevereiro passado). A USP considera a política do Governo «desastrosa», com efeitos particularmente graves no têxtil, no vestuário, na metalurgia e nas conservas, e reafirma a necessidade de «uma política alternativa global a nível nacional».

A USP enviou ainda um protesto ao presidente do Centro Regional de Segurança Social do Porto exigindo que tome posse o seu representante neste organismo e denunciando a ligação privilegiada do CRSS e do Ministério da tutela aos interesses patronais.

## FEQUIFA

O Conselho Nacional da Fequifa, na sua primeira reunião após o congresso realizado no fim de Maio, considerou que a política do Governo PSD/Cavaco Silva

«está a revelar-se cada vez mais desastrosa para o sector químico e farmacêutico». A federação sindical da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás aponta como exemplos a paralisação da quase totalidade das fábricas da **Quimigal Adubos** e a intenção da administração de alterar o regime de horários para diminuir o regime de horários e de seguida aplicar o *lay-off* (medidas repudiadas dia 17 numa reunião de ORTs da empresa); o encerramento das instalações da **Frecar** e da **Sociedade Nacional de Fósforos**; os processos de despedimento colectivo encetados na **Sanjo** e na **Plasquisa**; os salários em atraso na **CNB/Camac**, na **Xavi**, na **Biofranco**, na **Plásticos Caseiro**, na **Ingropias** e na **J. Carminho**, abrangendo já mais de 2 mil trabalhadores; a nova tentativa da administração da **Continental/Mabor** para diminuir o intervalo de refeição nos turnos; o desmembramento do **Portucel** e a decisão da administração de deixar de reconhecer a actual comissão de trabalhadores, antes mesmo da publicação dos estatutos das novas empresas.

A Federação decidiu, entre outras acções, promover uma acção dos representantes dos trabalhadores das empresas resultantes da **Quimigal** junto da residência do Primeiro-Ministro, pela defesa do emprego e dos direitos.

## PRIVATIZAÇÕES

Sindicalistas e membros de comissões de trabalhadores das empresas do sector empresarial do Estado, reunidos na semana passada em Lisboa, expressaram «o mais veemente repúdio pela reiterada *desatenção* que o Governo vem manifestando às sucessivas reclamações» dos representantes dos trabalhadores, e o seu protesto por a Assembleia da República e a maioria *laranja* «sistematicamente vir fugindo a assumir as suas responsabilidades». Na reunião foi decidido prosseguir a luta pela paragem do processo de privatizações, com a reanálise de todas as que já foram efectuadas ou estão anunciadas; contra a alteração da lei de delimitação dos sectores (tentativa sustida dia 16 por um requerimento do PCP na AR); pelo desbloqueamento da negociação colectiva; pela salvaguarda e o pleno exercício de todos os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

## Executiva da CGTP reuniu em Évora

# «O Alentejo é o exemplo mais agravado»

«O Alentejo é o exemplo mais agravado de uma desorientação e da falta de perspectivas que o País tem», afirmou Carvalho da Silva segunda-feira à tarde, em Évora, no final de uma reunião da Comissão Executiva da CGTP-IN com o Secretariado Inter-Regional constituído pelas uniões de sindicatos dos três distritos alentejanos.

Esta reunião integrou-se numa série de reuniões, plenários e contactos levados a cabo no dia 21 por dirigentes da central nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, com o objectivo de chamar a atenção dos poderes públicos para a grave situação social que se vive na região e manifestar solidariedade para com os trabalhadores atingidos e respectivas famílias.

Na conferência de imprensa, o coordenador da central classificou a política do Governo de Cavaco Silva como «um *bluff*» que está a colocar «regiões inteiras e o próprio País à deriva». No Alentejo os dirigentes da CGTP constataram um agravamento do desemprego, que atinge já 40 mil trabalhadores, a existência de salários em atraso e a perspectiva de encerramento de algumas empresas, o que se deve, como disse Carvalho da Silva, citado pela Lusa, «à destruição do aparelho produtivo, à política centralizadora do executivo e à desresponsabilização social do Estado».

## Trabalho infantil

«Enquanto não se atacam as causas de natureza

económica e social, não existem condições para alterar as questões de natureza familiar e cultural», afirma o departamento de informação da CGTP num comentário à iniciativa «Tempo para crescer», anunciada sexta-feira por Silva Peneda.

Para a *Inter* «o ministro do Emprego mascara o problema, iludindo as verdadeiras causas do flagelo social que é o trabalho infantil», e o executivo *laranja* «está a sacudir a água do seu capote, quando é sabido que as principais causas deste flagelo resultam das políticas que o Governo tem vindo a desenvolver» e que têm tido consequências como a destruição do aparelho produtivo, o agravamento do desemprego e da preca-

riedade do emprego e a aposta nos baixos salários e nas pensões de miséria.

A campanha - que o Governo define como «de sensibilização» e que, por meios como vídeos, folhetos, cartazes e *t-shirts*, vai decorrer até ao fim do ano com apoio de escolas, da igreja e outras instituições - foi também condenada pela organização juvenil da CGTP.

A Interjovem responsabiliza o Governo pelo alastramento da exploração de mão-de-obra de crianças e exige medidas concretas de apoio às famílias carenciadas onde se verificam bolsas de trabalho infantil, uma maior e mais eficaz intervenção da Inspeção Geral do Trabalho, e combate ao abandono escolar.

## Impugnada burla eleitoral no BESCL

Os membros da lista A (unitária) e o seu representante na Comissão Eleitoral impugnaram a decisão da maioria deste órgão de, através da anulação da votação em 25 mesas de voto, adulterar o resultado final das eleições para a Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Naquelas mesas de voto estão inscritos 582 bancários, dos quais 456 exerceram o seu direito de voto no dia 27 de Abril. A anulação retirou à lista A o seu sexto candidato e a maioria absoluta.

«Urdiram isto de modo a roubar-nos um mandato por seis décimos!» - protesta a lista unitária, num comunicado que divulgou na semana passada aos trabalhadores do BESCL e onde denuncia os critérios

da maioria da Comissão Eleitoral:

- houve mesas onde foi anulada a votação por as descargas nos cadernos não coincidirem com o número de boletins de voto; para estes casos, é norma prevalecer o número de boletins, mas poderia ainda ser feita a confirmação pelas assinaturas na folha de presenças;

- houve mesas onde a votação foi anulada a pretexto de os cadernos eleitorais terem nomes acrescentados; mas foram aceites resultados de mesas que não remeteram os cadernos eleitorais à Comissão Eleitoral (pelo que esta não pode saber se aí havia ou não nomes acrescentados); por outro lado, também seria fácil confirmar se os votantes «acrescentados» também tinham votado, ou não, no local onde estão

recenseados, tanto mais que a Comissão Eleitoral não afirmou em devido tempo os cadernos eleitorais para consulta e eventuais correcções (devidas a transferências, deslocamentos, etc.);

- noutras mesas o motivo invocado foi terem sido utilizadas folhas de presença erradas... mas as novas folhas, enviadas pela Comissão Eleitoral, regularizadas pelos membros das mesas e devolvidas à CE, nunca chegaram ao destino.

A lista unitária - que no comunicado aponta os nomes dos responsáveis por este processo e afirma a sua disposição de os chamar à responsabilidade - recorda ainda que «em qualquer processo eleitoral sério, quando a anulação de mesas de voto afecta a distribuição dos mandatos, logo, a vontade

do eleitorado, repete-se o processo eleitoral, se não todo, pelo menos nas mesas anuladas». «Foi isto que o representante da lista A propôs, mas a maioria a nada atendeu», refere o comunicado.

## BFB

Na semana passada foram divulgados os resultados finais da votação para a Comissão Nacional de Trabalhadores do Banco Fonsecas e Burnay, onde a lista unitária conseguiu 6 mandatos (num total de 11). Segundo o comunicado da Comissão Eleitoral, que reuniu a 11 de Junho, a lista vencedora recolheu 818 votos, a lista B (conotada com o PSD) obteve 249 e na lista C (afecta ao PS) votaram 576 trabalhadores do BFB.

## Viabilizar a Argibay

Os trabalhadores da Argibay - sociedade de construções navais que tem as suas instalações desactivadas e onde o pessoal foi obrigado a recorrer ao regime legal dos salários em atraso, devido aos problemas acumulados após a aquisição da empresa por Miguel Quina - receberam segunda-feira um grupo de deputados (entre os quais esteve o comunista Arménio Carlos) a quem reafirmaram a exigência de uma intervenção da AR e do Governo para permitir a viabilização. Mas, alerta o Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa, é também necessária «uma gestão eficiente que evite o que sucedeu no concelho de Vila Franca de Xira com a Euro-



fil que, depois de receber milhares de contos para a sua viabilização, foi à falência».



## TRABALHADORES

# Função Pública «disponibiliza» Cavaco

Trabalhadores de todo o País deslocaram-se a Lisboa para participar na concentração nacional de dia 18

Palavras de ordem como «Disponíveis só há um, o Cavaco e mais nenhum», «Cavaco, está na hora de contares uma anedota» ou «Cavaco, escuta, a Função Pública está em luta» marcaram a jornada de luta da passada sexta-feira. Respondendo ao apelo da federação (FNSFP) e dos sindicatos da Função Pública, os trabalhadores concentraram-se no Marquês de Pombal, onde aprovaram uma resolução que depois foram, em desfile até S. Bento, entregar na residência oficial de Cavaco Silva.

Nesse documento reivindica-se uma revisão intercalar dos salários, a recuperação das pensões degradadas (e a não aplicação de um novo método de cálculo que reduz o seu valor em cerca de 20%), a correcção das distorções e injustiças motivadas pela aplicação do novo sistema retributivo. À cabeça das reivindicações surge a suspensão da aplicação da lei dos disponíveis, garantindo o direito ao emprego a todos os que prestem funções necessárias aos serviços. Os trabalhadores da Função Pública

querem também que os seus representantes sejam ouvidos pelo Governo sobre as reestruturações orgânicas em curso.

Antes de se integrarem na concentração nacional, trabalhadores dos ministérios da Educação e da Saúde contratados a termo certo protestaram frente ao Ministério das Finanças contra a situação de precariedade que vivem.

É este o caso, por exemplo, de 289 trabalhadores do Centro Hospitalar de Coimbra, que foi objecto de uma audiência com o Governador Civil do distrito - como revelou dia 16 o sindicato da Função Pública da Zona Centro.

## Professores

O Secretariado Nacional da Fenprof reuniu antontem, em Lisboa, com uma ordem de trabalhos onde sobressaía a acção reivindicativa, «num quadro de completo bloqueamento negocial imposto pelo Ministério da Educação e

coincidente com um clima de grande perturbação da vida nas escolas», como se referia num comunicado de imprensa onde se anunciava a reunião. A Federação Nacional dos Professores prevê que «o próximo ano lectivo se vai iniciar sob a égide da conflitualidade» e responsabiliza por isso o Ministério de Couto dos Santos.

Na semana passada reuniu o Departamento Nacional de Professores Aposentados, que fez o levantamento das grandes reivindicações desta camada que a Fenprof tentona reunir em congresso.

Também na semana passada reuniram em plenário os professores das áreas tecnológicas do distrito de Lisboa, informou o SPGL. De seguida, os docentes deslocaram-se ao Ministério onde, juntamente com delegações de outras regiões, foram entregar moções aprovadas nas escolas do ensino Básico e Secundário protestando contra a profunda instabilidade profissional e de emprego que vivem e que se deverá agravar no próximo ano lectivo.



## Marcha da cristalaria

A CGTP manifestou a sua solidariedade à marcha que os trabalhadores da Ivima e da Manuel Pereira Roldão, da Marinha Grande, anunciaram para ontem. Os operários destas empresas de cristalaria, onde os salários têm sido pagos com atraso há 5 meses, reuniam de manhã à porta das fábricas e partiam depois, a pé, para Leiria, onde iam exigir ao Governo Civil a «aceitação inequívoca por parte do Governo de um plano de emergência que, entre outras medidas, contenha um fundo de apoio ao pagamento dos salários ou medida equivalente». A Ivima, informou o departamento de informação da central, esteve totalmente paralisada antontem por não ter sido paga aos trabalhadores uma fracção de 30% do salário de Maio, prometida pela administração.

## Têxtil/Mira Amaral

Meia centena de trabalhadores da Têxtil Lopes da Costa, de Gouveia, viram-se envolvidos em confrontos com forças da GNR na passada sexta-feira, na Guarda, quando o ministro Mira Amaral abandonava a sede do Núcleo Empresarial da região, que acabara de inaugurar. Os trabalhadores deslocaram-se à Guarda para acompanhar uma delegação do sindicato do Têxtil da Beira Alta que se encontrou com o ministro para exigir a viabilização da Lopes da Costa, revelou a Lusa.

## Têxtil/Guterres

O Secretariado do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta lamentou e repudiou, numa nota de imprensa, o facto de o secretário-geral do PS e a secção local de Seia deste partido não terem contactado o sindicato quando António Guterres se deslocou à região para se inteirar dos problemas do sector. Em vez de tentarem conhecer a opinião e as propostas da estrutura sindical representativa da quase totalidade dos trabalhadores do têxtil e dos lanifícios, os dirigentes socialistas fizeram-se acompanhar, nas visitas à Fisel e Vodratex, por membros do Sindetex, cujas posições de alinhamento com o patronato são conhecidas e que tem

insignificante ou nula representatividade nestas empresas.

## A. P. da Fonseca

Os trabalhadores da Abel Pereira da Fonseca entraram segunda-feira em greve, que deverá terminar amanhã. Como refere o sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, «há meses que se arrasta a situação a que uma deficiente gestão conduziu» a empresa, que tem todo o património penhorado e o crédito de fornecedores cortado, e está virtualmente paralisada há 2 anos. Os 236 trabalhadores, com salários em atraso desde Abril e vivendo «um clima de permanente angústia», exigem o pagamento das remunerações em dívida, a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

## Comunicações

Os trabalhadores das empresas de comunicações convocaram plenários de 2 horas para a passada segunda-feira, no âmbito de uma jornada de protesto e luta contra a grave situação do sector, revelou a Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual. Numa nota distribuída dia 18 à comunicação social, a federação protesta contra a implementação de um conjunto de medidas que retiram direitos e regalias e põem em causa os postos de trabalho, nomeadamente nos CTT, na Telecom, na TDP, na Marconi, nos TLP e na RDP. «Caso o Governo continue a não dar resposta às nossas reivindicações, a resposta terá que ser a luta, assente na unidade e na acção de todos os trabalhadores», afirma a FCTA.

## Lido

O pessoal do Complexo Balnear do Lido, no Funchal, decidiu fazer greve no dia 1 e nos domingos de Julho, caso a Câmara Municipal não conclua o processo disciplinar instaurado ao director do estabelecimento, decidindo a sua transferência. O director, refere a Lusa, citando o STAL, é acusado de perseguição e assédio sexual e, depois de 4 meses de ausência, voltou e continua os seus actos.

## Greves na TAP continuam com grande adesão

A greve de 18 de Junho voltou a contar com uma forte adesão dos trabalhadores da TAP, a exemplo do que sucedera na paralisação de dia 9. Segundo o Sitava, citado pela agência Lusa, as áreas operacionais de Lisboa pararam a 100 por cento, rondando os 70 por cento a adesão nas áreas administrativas; no Porto registou-se uma adesão global de quase 90 por cento, paralisando por completo as áreas de manutenção, equipamento de terra e placa; os 90 por cento foram ultrapassados nos sectores operacionais em Faro e mesmo nos Açores «gerou-se um processo de contestação». O comunicado do sindicato considera que a greve da passada sexta-feira «demonstra a forte coesão dos trabalhadores e uma vontade férrea em persistirem numa luta justa, também em defesa dos interesses nacionais».

Até o responsável das Relações Públicas da TAP, também citado pela Lusa, admitiu que «a adesão global na totalidade da companhia foi de 65 por cento, considerando as pessoas que declararam aderir à greve».

Novas paralisações por períodos de 4 horas foram marcadas para ontem e para dia 28. Prossegue, desde meados de Abril, a recusa de prestação de trabalho extraordinário.

Também na passada sexta-feira os trabalhadores da ANA - Aeroportos e Navegação Aérea do aeroporto de Pedras Rubras decidiram marcar para amanhã uma greve de 6 horas por aumentos salariais superiores aos 5 por cento que a administração pretende impor e que levaram já os trabalhadores a fazer no dia 14, com uma adesão de 90 por cento. A ANA teve em 1992 um crescimento dos resultados líquidos de 360 por cento e premiou as chefias com uma gratificação de 3500 contos, referiu à Lusa uma fonte do Sitava.

## CP

No dia 17 centenas de ferroviários concentraram-se em Lisboa. Os trabalhadores exigiram do ministério dos Transportes que

a nova administração da CP, que deverá ser nomeada em Julho, pratique uma gestão «transparente, zelosa e eficaz» e substitua a incapacidade de diálogo e o pendor autoritário dos responsáveis cessantes por um clima de respeito pela legalidade democrática. Junto à estação do Rossio os ferroviários aprovaram uma resolução em defesa dos postos de trabalho, da redução do horário de trabalho e da idade de reforma e pela manutenção dos direitos conquistados.

A greve dos maquinistas, na segunda-feira, teve uma adesão de 100 por cento, só circulando as composições abrangidas pelos serviços mínimos «antidemocráticos» e que «retiram aos trabalhadores o direito à greve», disse à Lusa do dirigente do Simaq.

Ainda na semana passada concentraram-se frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social muitas dezenas de ferroviários reformados, reclamando a recuperação progressiva do valor das pensões degradadas. Segundo disse Américo Leal, coordenador da Federação dos Ferroviários, à agência Lusa, milhares de trabalhadores que se reformaram há 10 ou 15 anos estão a receber pensões cujo valor é metade do que recebem os seus camaradas do mesmo nível de carreira reformados mais recentemente. A maioria dos ferroviários reformados recebe pensões inferiores a 40 contos.

A Transtejo vai ser processada por ter substituído trabalhadores que aderiram à greve de dia 17 por aumentos salariais acima de 5 por cento. A paralisação foi convocada pelos sindicatos da CGTP e da UGT e teve, segundo o dirigente Jerónimo Rodrigues disse à Lusa, uma adesão de 75 por cento.

O rompimento do diálogo pelo conselho de gerência do STCP (Serviço de Transportes Colectivos do Porto) levou praticamente todos os sindicatos da empresa a convocarem para amanhã um plenário de trabalhadores, com recolha de viaturas, para decidir formas de luta a adoptar por melhores aumentos salariais.

## Mulheres contra reforma aos 65 anos

Representantes das comissões de mulheres da CGTP e de sindicatos, vindas de todos os distritos do Continente e da RA da Madeira levaram a cabo em Lisboa, na semana passada, uma acção de protesto contra o aumento da idade de reforma dos 62 para os 65 anos. As sindicalistas concentraram-se na Praça da Figueira, seguindo daqui em cordão até à residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento, onde entregaram cerca de 50 mil postais subscritos por mulheres que, individualmente, exprimem a Cavaco Silva preocupação e repúdio pela intenção, anunciada pelo Governo



para entrar em vigor já em Janeiro de 1994, de fixar em 65 anos a idade em que as trabalhadoras poderão requerer a passagem à reforma. Outros 10 mil postais seguiram pelo correio.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Debate sobre Lei de Bases da Política Agrária comprova:

## PSD afunda agricultura e liquida mundo rural

Sem estratégia nacional para o sector, PSD rejeita proposta do PCP destinada a funcionar como um quadro de referência capaz de pôr cobro à desorientação e desânimo que percorrem os campos

Não obstante o reconhecimento explícito quanto à sua importância e utilidade, a Lei de Bases da Política Agrária apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP foi rejeitada faz hoje uma semana, sem abstenções, com os votos do PSD e do CDS.

Nos seus objectivos gerais, esta iniciativa da bancada comunista propunha-se contribuir para a definição de um quadro orientador capaz de funcionar como uma referência para a agricultura e os agricultores, tanto mais necessária quanto é conhecida a desorientação que grassa hoje nos campos, resultante em larga medida da ausência de uma estratégia nacional para o sector.

Como sublinharam no decorrer do debate os deputados comunistas Lino de Carvalho e António Murteira, tratava-se ainda de uma proposta estruturante que, na sequência de outras anteriormente rubricadas pela formação comunista, tinha em vista a definição clara de objectivos no quadro de programas sectoriais de orientação e fomento da produção.

Tratando-se de uma Lei de Bases - que naturalmente reflecte uma determinada concepção de desenvolvimento para o País -, as diferentes perspectivas que cada partido tem

nesta matéria acabaram por vir ao de cima, definindo o seu sentido de voto.

Foi assim que o PSD, pela voz do seu deputado João Maças, embora considerando a iniciativa do PCP "bem vinda", não deixou de acrescentar que esta propõe "algo que não é passível de ser enquadrado dentro do espírito a que preside à reforma da PAC", acrescentando mesmo que "não parece plausível propor medidas vocacionadas para o aumento da produção, quando se faz parte de uma comunidade que luta desesperadamente para combater os excedentes".

Ao avançar com este argumento, o deputado da maioria acabou, sem o querer, por reforçar as preocupações manifestadas pelo deputado António Murteira e dar-lhe acrescida razão quando este assinalou que a evolução dos acontecimentos está a "dar razão àqueles que consideram que a nova PAC, conjugada com o GATT," visa consolidar na Europa dois grandes tipos de espaços, ou seja, "os que mantêm a sua função de produção agrícola e os que vão ter, fundamentalmente, uma função de espaço de lazer e de reserva natural".

"Começa a ser evidente que o Governo português - advertiu

António Murteira a este propósito - submetendo-se e, o que é mais grave, apoiando a nova divisão internacional do trabalho e a partilha mundial dos mercados agro-alimentares que os países do centro e norte da Europa e os EUA querem impor, através da PAC e do GATT, aceita para Portugal a «função de mercado de consumo de produtos alimentares importados»".

Uma perspectiva que, a concretizar-se, foram ainda os deputados do PCP a lembrá-lo, faria Portugal correr o risco de se transformar, no plano agrícola, "num espaço de pequenas ilhas de agricultura intensiva rodeadas por um mar de áreas florestadas", com o simultâneo acentuar do declínio e desertificação do mundo rural.

A experiência dos anos recentes e os resultados concretos da política que tem norteado a actuação governamental aí estão, de resto, antecipando a uma pequena escala cenários futuros, a comprovar os perigos de uma tal orientação.

Lino de Carvalho, a este respeito, não hesitou em classificá-la de "irresponsável", acusando o Governo de continuar a "querer semear ilusões e a querer construir uma ficção" e, mais do que isso, ao promover o

desaparecimento do mundo rural, estar a "liquidar uma parte integrante do nosso património e da nossa própria identidade cultural".

Muito duro nas suas críticas, Lino de Carvalho acusou o Governo de desprezar a função produtiva e de se contentar em distribuir subsídios "não para reestruturar e reconverter as explorações" mas para garantir um rendimento mínimo de subsistência", concluindo que esta "é uma política sem futuro" e uma política "perigosamente deseducativa".

Verberada pela formação comunista foi ainda a forma como foram distribuídos os apoios à agricultura provenientes de fundos socio-estruturais (concentrados num número pequeno de grandes explorações e proprietários), não escapando igualmente às suas críticas o facto de o Executivo não ter procedido à necessária reestruturação fundiária, nem apostado na alteração dos sistemas produtivos, não ter investido numa política de água, ter desprezado o sector cooperativo e ter discriminado as pequenas explorações que representam 96 por cento do total das explorações do País e 57 por cento do Valor Acrescentado Bruto.

## Os números do fracasso

Sob a alçada directa do PSD há mais de dez anos, a política agrícola do Governo constitui porventura um dos mais perfeitos exemplos de como uma estratégia pautada pela subordinação aos ditames de instâncias supranacionais pode redundar em total fracasso, com as consequências daí decorrentes para a salvaguarda dos interesses nacionais.

O estado a que chegou a agricultura portuguesa é disso testemunho. No decorrer do debate, os números transformaram-se em libelo acusatório e o balanço feito pelos deputados comunistas não deixou margem para dúvidas quanto ao insucesso de uma política que, do seu ponto de vista, está a promover o desaparecimento do mundo rural e a condenar à ruína os agricultores:

- Quebra de 25 por cento no valor do produto agrícola só nos últimos três anos;
- Diminuição de 12 por cento no rendimento agrícola em 1992 (contra 5,5 % na Comunidade), sendo que de 1986 a 1990 o rendimento já baixara a uma taxa média anual de mais de 10 por cento (enquanto na Comunidade aumentou 7 %);
- Uma taxa de evolução média anual da produtividade da terra de 1,6 por cento, percentagem inferior em 40 por cento à evolução verificada na Comunidade;
- Agravamento da dependência agro-alimentar para níveis cada vez mais preocupantes, como revela a alteração ocorrida na taxa de cobertura, que passou de 48,9 por cento em 1986 para 37,6 por cento no momento actual.

## Domínio hídrico

Agendada para uma das sessões plenárias da passada semana, foi adiado para data oportuna, antes do final da actual sessão legislativa, o debate da proposta de lei governamental que estabelece o Regime Jurídico do Domínio Hídrico. Adoptada em conferência de líderes parlamentares, esta decisão surgiu na sequência de um pedido de impugnação da admissão daquele diploma apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Justificando a sua posição, os deputados comunistas assinalam no requerimento dirigido ao Presidente da Assembleia da República que a proposta de lei do Executivo sofre claramente de inconstitucionalidade, "por desrespeitar os limites impostos" no que se refere às leis de autorização legislativa.

## "Vacac loucas" em relatório

A Comissão de Agricultura aprovou na passada semana, com os votos contra do PS e do PCP, o relatório sobre os resultados da audição parlamentar ao caso da doença das "vacac loucas".

As poucas alterações introduzidas no documento, por força das pressões exercidas pelos partidos da oposição, designadamente a inserção da transcrição das declarações dos técnicos e cientistas feitas durante o processo de audição, não alteram porém a apreciação do PCP quanto às conclusões que o PSD impôs à Comissão.

Para a formação comunista, o relatório continua a não reflectir efectivamente o que se passou na audição e as suas conclusões "são políticas", como já anteriormente havia chamado a atenção o deputado Lino de Carvalho, que agora considerou que o que o Governo fez foi um "veto na gaveta".

Recorde-se que os deputados comunistas apresentaram um relatório alternativo, onde, entre outras medidas, propunham que todas as vacac importadas do Reino Unido fossem colocadas em regime de vigilância sanitária, defendendo simultaneamente a necessidade de não contribuir mais para a situação de alarme no país.

## Expo-98

Analisado em plenário, baixou à Comissão do Poder Local e Administração do Território para debate na especialidade o diploma que autoriza o Governo a aprovar o regime de expropriação de terrenos necessários à realização da Expo-98.

O secretário de Estado da Habitação, Carlos Costa, assegurou na ocasião que, quando terminar a Exposição Internacional de Lisboa, o Governo colocará os terrenos no mercado a preços fixos e não em leilão, combatendo assim a especulação.

Referindo-se ao acompanhamento da iniciativa por parte dos municípios, o deputado comunista João Amaral considerou-a "muito pequena e formal", assinalando a este propósito que da Comissão Promotora fazem parte cinco Ministérios e apenas duas Câmaras.

Num outro domínio, João Amaral expressou ainda a preocupação do PCP pelo facto de a proposta de lei não ter em conta o Plano Director da Área Metropolitana de Lisboa.

## Programação Militar

As Forças Armadas Portuguesas contarão com um investimento de 158 milhões de contos nos próximos cinco anos, de acordo com a 2ª Lei de Programação Militar debatida sexta-feira última no Parlamento. O programa de investimentos previsto nesta lei visa o equipamento militar das Forças Armadas e foi explicado por Fernando Nogueira, Ministro da Defesa, como um imperativo para a sua modernização, no quadro da reestruturação, redimensionamento e reequipamento em curso, com vista a recuperar os atrasos.

Pronunciando-se em concreto sobre os principais programas contidos nesta 2ª Lei de Programação Militar, João Amaral afirmou em nome do PCP que para além de alguns inegavelmente "inadequados e desactualizados", existem outros, "incluindo uma boa parte dos principais novos programas, que de um ponto de vista objectivo correspondem a reais necessidades das Forças

Armadas", podendo igualmente corresponder "às exigências de uma Estratégia Global do Estado".

Uma Estratégia que corresponda, distintamente daquela que tudo o indica tem pautado as principais opções do Governo - e esta voltou a ser uma crítica central no discurso de João Amaral -, a uma concepção onde esteja presente o primado do interesse nacional no quadro das relações externas (e não a sua diluição nos interesses das alianças OTAN e UEO), e que se consubstancie no plano militar na ideia firme de uma "capacidade de defesa autónoma, de natureza dissuasora, credível e suficiente".

No quadro das diferenças que separam o PCP do Governo, em matéria de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, foi ainda recordada por João Amaral a questão da defesa militar da República - a "missão fundamental", sublinhou, de acordo com imperativos constitucionais, que cabe às Forças Armadas -, o que pressupõe que estas estejam ligadas "profundamente à Nação", a começar na sua própria organização, cuja base, disse, "deveria ser o serviço militar obrigatório".

Quanto às questões "metodológicas e processuais" que envolveram a elaboração desta 2ª Lei de Programação Militar, o deputado comunista considerou que o Governo voltou a pôr "o carro à frente dos bois", uma vez que levou o diploma à Assembleia da República antes de este órgão de soberania ter discutido as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

"Trata-se de uma inaceitável política do facto consumado, que arreda a Assembleia da intervenção em tempo oportuno sobre as opções que estão a montante da Lei", observou João Amaral.

## Hoje, no Parlamento PCP propõe alterações à Lei da Caça

A situação da caça em Portugal domina hoje os trabalhos da sessão plenária. No centro do debate, duas iniciativas legislativas da oposição, uma das quais subscrita pelo Grupo Parlamentar do PCP, propondo o alargamento do acesso da prática da caça a todos os caçadores.

Na base destas alterações propostas pelos deputados comunistas à tão contestada Lei da Caça está o seu entendimento de que o actual regime jurídico tem originado um crescimento descontrolado e desordenado das zonas de caça especiais, facto que tem criado desequilíbrios e injustiças sociais entre os caçadores do regime especial e do regime geral, não garantindo simultaneamente o ordenamento e preservação dos recursos cinegéticos. Para a formação comunista há, pois, que reequilibrar os vários

interesses em conflito e estabelecer um compromisso entre, por um lado, o aproveitamento dos recursos cinegéticos como actividade económica, o direito dos caçadores à fruição desta actividade popular e lúdica, sem exclusão de ninguém por razões de natureza económica, e, por outro, a preservação e reprodução das espécies.

Nesse sentido, entre as medidas agora propostas pelo PCP destacam-se o reordenamento das zonas de regime cinegético especial, de molde a permitir também a caça em regime geral; a redefinição de critérios para a constituição de zonas de caça associativas; e a afectação das receitas provenientes das zonas de regime cinegético especial ao desenvolvimento regional e local.



# Cimeira de Copenhaga Sem soluções para a crise

Causas da crise radicam no sistema capitalista, denunciam eurodeputados comunistas

Crescimento económico negativo, 20 milhões de desempregados, 50 milhões de excluídos são as perspectivas da Comunidade Europeia a que o Conselho Europeu de Copenhaga, em 21 e 22 de Junho, não foi capaz, como se esperava, de dar resposta. O facto não constitui novidade, antes confirma a incapacidade das instâncias comunitárias e dos doze Estados-membros em fazer face a uma crise que há muito deixou de ser conjuntural.

Os eurodeputados do PCP, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Rogério Brito, analisaram a situação na passada sexta-feira, em conferência de imprensa em que os principais órgãos de comunicação primaram pela ausência.

O silenciamento das posições dos comunistas não altera, naturalmente, a sua justeza. E os resultados da cimeira de Copenhaga aí estão a demonstrar a gravidade da crise nas Comunidades e em cada Estado-membro.

Também em Portugal a crise é inegável. Como afirmou Joaquim Miranda, "podem variar as designações - depressão, recessão, crise - a partir de preciosismos tecnocráticos escondendo a realidade socioeconómica"; podem "ser diferentes os indicadores estatísticos conforme as fontes - CEE, OCDE, FMI, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE", mas todas apontam, hoje, "para um agravamento das previsões de ontem e, tudo indica, as de amanhã serão ainda piores".

A realidade que se vive na CEE, no termo de uma estratégia afirmada como de "cooperação para o crescimento e o emprego", fala por si: são apontados valores preocupantes de "crescimento negativo", o número de desempregados ultrapassa já os 17 milhões e prevê-se, para 1994, uma taxa de desemprego de 12 por cento (cerca de 20 milhões de pessoas). Como recordam os eurodeputados comunistas, bateu-se o triste recorde deste indicador socioeconómico, que estava em 11% em 1985 e que, aliás, teria motivado ou sido argumento para esta estratégia. E o número de pobres atinge o valor impressionante de 60 milhões, não parando de crescer, igualmente, o número de "excluídos".

## O que fez a CEE?

"Na Cimeira de Edimburgo, em Dezembro do ano passado, foi anunciada com muita pompa e alguma circunstância a iniciativa para o crescimento, posteriormente materializada em documentos e propostas de medidas, enquanto se reviam e agravavam as previsões antes feitas e a realidade se revelava pior que as piores previsões.

"Em Abril de 1993, a Comissão apresentou o seu documento *Promover a recuperação económica da Europa*, e o menos que pode



Os eurodeputados do PCP, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Rogério Brito, em conferência de imprensa

dizer-se é que provocou frustração. Haverá outros motivos para tal sentimento, mas, para nós, basta a análise do impacto das medidas propostas e confrontar a expectativa "de criação de cerca de 450 mil postos de trabalho" com os mais de 17 milhões de desempregados".

À excepção de Cavaco Silva, já ninguém esconde a gravidade da situação. Como lembram os eurodeputados comunistas, "Delors e o seu vice-presidente Christopher, nas suas mais recentes declarações, ilustram a impotência. O primeiro não hesita em dizer que o modelo europeu de sociedade está ameaçado; o segundo leva os ministros da ECOFIN a constatarem que não há perspectivas imediatas de melhoria da situação económica... Mas um e outro fogem a rotular o modelo, a sua base económica e um processo de integração ditado e comandado pelas transnacionais, com os povos e os trabalhadores cada vez mais afastados e alheios dos centros de decisão".

## Que fazer?

O Conselho Europeu de Copenhaga não trouxe respostas a estas questões. Como previram os deputados do PCP no Parlamento Europeu, tudo indica que "se insistirá no mesmo caminho, na mesma estratégia, na política espectáculo, na apresentação de pacotes, no mesmo 'economicismo' e, na prática, no mesmo monetarismo, na mesma política

anti-social. Nos mesmos critérios de convergência nominal, nos mesmos prazos".

Para os comunistas, "a situação não se compadece com uma tal irrealista e preocupante insistência na concretização, a todo o custo, dos critérios de convergência nominal consagrados no Tratado de Maastricht e, mais em geral, com a perspectiva monetarista que os enforma; nem tão pouco com o pro-

endossa responsabilidades. A crise, segundo o Governo, começou por não chegar ao "oásis" e, agora, teria abandonado Portugal antes de deixar os outros parceiros da Comunidade. Insistindo no marketing, o Governo repete que tudo está bem, ou que vai melhor que nos outros países, ou que vai melhorar. Mas a realidade não é essa e não há confiança que se ganhe com o escamotear das realidades e das estatísticas que as tradu-

cesso de sistemática liberalização e desregulamentação que tem caracterizado os últimos tempos".

O que se impõe é uma significativa mudança de agulha.

"É indispensável a rápida implementação de uma política de crescimento económico e de combate ao desemprego, fundada no relançamento do investimento e do emprego, aos níveis nacional e comunitário. Isto é, uma política de desenvolvimento".

Se tal não for feito, consideraram, corre-se o risco de "se agravarem, ainda mais, os problemas económicos e financeiros; de continuar a crescer o desemprego e se acentuarem os fenómenos de pauperização e de 'exclusão social'; de se agudizarem as disparidades de desenvolvimento; caldo de cultura onde cresce o racismo, a xenofobia e a violência da extrema-direita".

## Cavaco Silva insiste

De Copenhaga se disse, desde cedo, ser "uma esperança frustrada". Mesmo os que afirmaram que esta Cimeira teria de ser mais do que foi a de Edimburgo, foram anunciando uma cimeira extraordinária para o Outono. E depois virá, nesta sequência, a vez do Conselho de Bruxelas, em Dezembro de 1993...

Que fez, entretanto, o Governo português? Para os eurodeputados comunistas a resposta é simples:

"Não podendo negar a crise, o Governo relativiza e

zema. E não há custos sociais que se compensem com os males dos outros, quando os outros vivem, evidentemente, muito melhor que nós".

Ou seja, como disse Joaquim Miranda, o Governo partiu para a Cimeira indiferente à situação real que se vive nos diferentes sectores da vida económica e social do País; amarrado a um orçamento que elaborou e que aponta para o cumprimento estrito dos critérios de convergência nominal e alicerçado na penalização salarial e na efectiva desresponsabilização, através das despesas na área social; na ressaca de uma política do escudo forte, com objectivos de estabilidade monetária fictícia, à partida condenada a falhar e determinante de custos enormes para a economia produtiva, para a competitividade externa e para as provisões nacionais.

## Dimensão social

Para os comunistas, outras questões deveriam ter sido tratadas no Conselho de Copenhaga. É o caso da dimensão social e em particular o não cumprimento da livre circulação de pessoas. Como sublinharam, a recuperação da economia não se faz agravando as desigualdades sociais em cada país, aprofundando as diferenças regionais, cavando mais fundas as discriminações entre os cidadãos originários dos Estados-membros e entre estes e os vindos do exterior.

## Propostas do PCP

É possível fazer face à crise que afecta o país. Para isso, os comunistas propõem:

- O abandono das orientações que estão na origem da presente crise, em particular dos critérios de convergência nominal estabelecidos em Maastricht, e, simultaneamente, a adopção de medidas e a

consagração de meios suficientes com vista ao relançamento do investimento produtivo e à criação de empregos, na base da convergência real das economias, sem que se ponham em causa os níveis de protecção social adquiridos.

- A adopção de medidas efectivas de salvaguarda da economia portuguesa, tendo em conta a respectiva debilidade e especificidade, nomeadamente da agricultura, das pescas e de importantes áreas do sector industrial; entre tais medidas terá de ser incluído ainda um sério combate ao "dumping" social.

- No domínio social, uma verdadeira política social, e medidas efectivas que a concretizem no que respeita à saúde, à educação, à habitação, recusando operações de propaganda de anúncio de

"pacotes" que não compensam minimamente os efeitos de uma política económica monetarista com elevados custos sociais.

- Ainda no domínio social, uma política de formação para emprego, tendo em devida consideração o investimento produtivo criador de empregos, no quadro da aplicação dos fundos estruturais de forma adequada aos interesses nacionais.

Também neste domínio, consideram, "Portugal, país de emigrantes e também de imigrantes, deveria tomar uma posição clara no sentido da afirmação daquilo que é um direito e não uma forma de condicionar a deslocação dos trabalhadores, de acordo com as conjunturas e por forma a melhor os explorar".

## O modelo

Para os eurodeputados comunistas, "se é um facto que a crise económica e social com que se debate a Europa comunitária é sentida e medida pelo cidadão comum, em termos de desemprego, de pobreza e de insegurança, é igualmente um facto o cada vez maior entendimento de que as causas primeiras desta mesma crise emergem do próprio sistema económico capitalista. Este é determinado nos últimos tempos pelo ultraliberalismo, e a dimensão do seu impacto económico e social não pode deixar de reflectir a diversidade e os desequilíbrios que caracterizam o espaço e as relações entre os Estados-membros, nomeadamente os resultantes das estruturas e das especializações económico-produtivas e da perifericidade das regiões".

Por isso consideram que, no actual clima de crise, o Governo português deveria dar particular relevo "à natureza e orientação que serão concedidas aos fundos estruturais e ao tempo de concretização do novo Quadro Comunitário de Apoio", bem como, em termos mais gerais, aos aspectos ligados com a coesão económica e social".

Também nesta matéria não faltam motivos para preocupações, pois "é sobejamente conhecido o carácter centralizador da organização e do exercício

do poder por parte do Governo de Cavaco Silva".

Para os eurodeputados, "são evidentes os reflexos desta conduta na preparação do Quadro Comunitário de Apoio e do Plano de Desenvolvimento Regional, transformando o que deveria ser uma efectiva participação do poder local e dos agentes económicos, sociais e culturais numa mera consulta formal, sem incidência substancial na definição das estratégias. E acresce que a falta de democracia participativa e a actuação sigilosa do Governo se verificam no quadro da ausência de uma efectiva estratégia nacional de desenvolvimento".

Como se isso não bastasse, assiste-se por outro lado a uma confrangedora tentativa de manipulação da opinião pública, de que são exemplo as propaladas medidas do Governo para combater a crise da agricultura e para financiar o sector, que em princípio deveriam partir da realidade dos problemas nacionais e dar respostas concretas e ajustadas a essa mesma realidade, não passaram de uma transcrição antecipada das propostas, de âmbito geral, da Comissão, referentes aos fundos estruturais e que se encontram em apreciação neste momento no Conselho e no Parlamento Europeu.

Nestas condições, sem uma estratégia nacional, sem a participação e o consequente suporte do poder local e dos parceiros sociais, sem um projecto coerente de regionalização, que condições e força negociais levou o Governo português para a Cimeira, por forma a defender os interesses legítimos do País e dos trabalhadores portugueses?

A pergunta é de retórica. A resposta, óbvia: nenhuma!



## EMIGRAÇÃO

## Um lugar para os emigrantes

Um mundo de problemas, um mar de dificuldades. Que não são facilmente perceptíveis pelos portugueses que, em Portugal, os vêm passar, em cada Verão, nas estradas do país, poisar em cada vila, cidade ou aldeia, a matar as saudades que em terras de França — ou de mais longe — os consomem. Chegam de carro e são «ricos», se é que faz sentido falar assim de quem trabalha duramente fora da sua terra. Têm lá fora um lugar que não é propriamente seu, parece terem perdido o lugar que um dia foi deles aqui. São os emigrantes.

Os governos que lhe gerem interesses e aspirações, o português e o francês, não lhes cuidam nem do presente nem do futuro. Organizam-se entre si, definem os próprios problemas, lutam. Mas as perspectivas não são fáceis de tecer, o futuro não é caminho fácil de traçar. Como se pode verificar pelo que, nestas páginas, recolhidas quando da visita de Carlos Brito a França, há duas semanas atrás, fica dito.

■ LM

## Momentos difíceis e a exigência de um debate

O camarada Jaime Alves, que é membro do Organismo Coordenador na Europa do PCP, interveio, nessa qualidade, no comício de Champigny, no qual, como o «Avante!» de há duas semanas noticiou, tomou a palavra Carlos Brito, da Comissão Política do PCP, que ali se deslocara em visita. Pelo interesse da sua intervenção, que começou por saudar a iniciativa e os participantes na Festa da Amizade, aqui publicamos uma parte significativa, que se refere nomeadamente aos problemas com que os emigrantes portugueses em França se defrontam.

Vivem hoje os trabalhadores em França momentos muito difíceis.

A crise engendrada pelos capitalistas toca não só os trabalhadores mais desfavorecidos como também outros sectores da população. Enquanto mandam para o desemprego e para a miséria muitos trabalhadores, os capitalistas ganham cada vez mais, tendo em 1992 batido o recorde de lucros, com mais de um bilião e 200 milhões de francos nas maiores empresas francesas.

Claro está que, quando a crise toca os trabalhadores franceses, muito mais se faz sentir nos sectores da imigração. O desemprego é cada vez maior na nossa comunidade. Verifica-se em todos os sectores, mas é mais acentuado actualmente na construção civil.

Para alugar casa é necessário 3 ou 4 vezes mais que o aluguer, o que leva a que os emigrantes recém-chegados vivam em condições desumanas.

A estes e outros factores vêm juntar-se ainda os problemas do racismo, que agora serão acentuados com a chegada da direita ao poder em França, como se vê pela recém-aprovada Lei da Nacionalidade, do ministro Pasqua.

Mas, para além destes problemas comuns, os portugueses vêm-se defrontados ainda com alguns problemas específicos.



Jaime Alves

## Abandonados

Abandonados como temos estado pelos governos que temos tido, que nunca tiveram uma política definida para a emigração, e que só se lembram de nós nas campanhas eleitorais e das remessas que enviamos anualmente, os nossos governantes ainda vêm agora contribuir mais para o agravamento dos problemas.

No Ensino, nunca houve uma política cultural definida, cabendo às associações, em muitos casos, o pagamento dos professores, para que os nossos filhos possam aprender a ler e a escrever a Língua Portuguesa.

Mas, a partir do próximo ano lectivo, pensam ainda encerrar mais cursos, ou seja, todos aqueles que não tiverem 20 alunos, levando para o desemprego dezenas de professores e contribuindo ainda mais para que os nossos filhos não venham a saber ler e escrever em Português.

A esta situação respondem os ministros que vem aí o Instituto Camões (qual D. Sebastião no cavalo branco), apesar de ter sido criado há dois anos, ainda não se viu por cá. Alguns dizem que apenas tem servido para levar uma boa parte do orçamento que deveria ser gasto noutras coisas, outros que vai servir só para empregar os filhos de alguns amigos.

Tinhm-lhe anunciado a abertura em Paris para o início deste ano, depois mudaram-na para Setembro, e agora já

falam da Primavera de 94. Mesmo que esse Instituto viesse a fazer alguma coisa (o que não será o caso), os nossos filhos perderão o ano escolar.

## Que mal lhes fez o Camões?

O que nós gostaríamos de saber é que mal lhes fez o Camões para lhe terem dado o nome a um organismo que contribui para combater a Língua Portuguesa, que Camões tanto defendeu.

Entretanto, como se sabe, a rede consular não é modernizada. Os preços dos documentos pedidos são muitas vezes superiores aos praticados pelos consulados de Espanha e de Itália. O Bilhete de Identidade chega a tardar um ano. Os trabalhadores consulares ganham salários de miséria e os aumentos acordados são-lhes dados com um ano de atraso.

E que responde a tudo isto o Governo do PSD?

Que as coisas vão mal porque há consulados a mais em França. Como tal, resolveram encerrar, se calhar ainda este ano, dois consulados neste país.

O movimento associativo, que apesar de alguns problemas continua a ser o pólo de aglutinação dos portugueses, não tem apoio digno. A título de exemplo, as Assises da Comunidade, realizadas recentemente e que tiveram uma despesa global de mais de 20 mil contos, não obtiveram do Governo português senão a vergonha de 400 contos.

A lista poderia ser longa. Mas todos conhecem bem os problemas. Que respondem as autoridades portuguesas?

«Para acabar com todos os vossos males, é votar para as presidenciais.»

Aí, é um ver-se-te-avias.

Deputados a passear pela Europa, outros por feiras e romarias em Portugal, armados em vendedores ambulantes (com todo o respeito que temos por estes últimos), a vender a banha-da-cobra para angariar algumas assinaturas.

## Aqui há gato

A nós, que sempre nos batemos por eleições livres e democráticas, vêm esses senhores querer dar lições de democracia!

Como diz o nosso povo, aqui há gato...

Pensamos que, tal como está o voto até hoje, ou seja, por correspondência, não temos a mínima garantia da seriedade do acto eleitoral. E, conhecendo-os nós como conhecemos, temos fortes impressões de chapelada.

Aproveitamos esta oportunidade para vos lembrar que o recenseamento eleitoral está aberto até ao fim do mês, nos consulados. Devemos pois todos recensearmos-nos e, nos próximos actos eleitorais, dizer-lhes, a esses senhores, que já não nos enganam mais.

Como sabem, as próximas eleições são para o Parlamento Europeu, no ano que vem. Finalizo com o apelo para que assinem o abaixo-assinado que hoje circula, no qual já foram recolhidas mais de 7 mil assinaturas e que exige do Governo português um debate parlamentar, ainda este ano, sobre a problemática da emigração.



## Integração pode configurar a personalidade dum povo

Dirigente associativo, membro da direcção da ACAP — Associação Coordenadora das Associações Portuguesas 77 (Seine et Marne), um dos maiores departamentos de França, na região parisiense, José Barros foi um dos mais empenhados activistas na promoção e organização das Assises da Comunidade Portuguesa em França, que tiveram lugar recentemente. Conhecedor da problemática da emigração, deu-nos um pouco do seu tempo e falou para o «Avante!». Denunciando o facto de essa problemática ser sistematicamente ocultada.

«Foi um acto altamente positivo», disse-nos José Barros, referindo-se à realidade recente das Assises das Comunidades Portuguesas em França. «Pelo próprio facto de se terem realizado e por terem reagrupado tantas organizações de emigrantes, sem partidarismos e em pé de igualdade.»

Quanto aos objectivos que presidiram à iniciativa, sublinhou que o fundamental foi apresentar a comunidade portuguesa, afirmá-la em alta voz. «Porque ela não se vê, nem se fala dela.»

Como pode uma comunidade de tantas centenas de milhares de pessoas apagar-se desse modo? Por várias razões, diz José Barros:

«Por um lado porque a hostilidade é muito maior em relação a outras imigrações em França, como as dos africanos e dos magrebianos. Quanto aos portugueses, a hostilidade não é tão visível na sociedade francesa. O problema é serem ignorados, é não trazerem os seus problemas a público.»

Embora a entrada na CEE tenha, na opinião de José Barros, sido vista como a entrada de um país pertencente a uma região da Europa, subsistem problemas.

Um deles, «enorme» — o problema cultural. «Fala-se muito de integração. Mas isso afinal significa a desfiguração total de uma personalidade. Há diferenças entre a integração e a inserção. Poderíamos estar inseridos e manter a nossa cultura, a nossa nacionalidade.»

No entanto, as dificuldades são maiores que os apoios. «Apoios oficiais são cada vez menos, tanto a nível das autoridades portuguesas,

## EMIGRAÇÃO

## Os jovens não voltam?

António Barão entrevistamo-lo na Associação Portuguesa de Abril, onde o encontro estava aprazado. Durante muitos anos dirigente do Conselho da Comunidade Portuguesa em França, o camarada falou-nos sobre os vários problemas que hoje afectam a emigração portuguesa. Que já não é o que era dantes — já vai na segunda e terceira gerações. Que perspectivas para os que terminam uma vida de trabalho? Que problemas para os que entram na vida activa? O futuro não se afigura feliz.

«Em relação aos emigrantes dos anos 60/70, grande parte já se encontra em situação de reforma, e voltou ao país ou vai e vem, entre França e Portugal», diz-nos António Barão.

«Embora o retorno definitivo implique o corte de

direitos, e isto após 25 a 30 anos de trabalho em França. Embora hoje a situação se tenha modificado para melhor, há muitos emigrantes que preferem manter a residência em França. A grande maioria tem cá família, filhos, e isso facilita-lhes a vida, tanto mais que há muitos analfabetos entre esses emigrantes.

«Quanto aos jovens cá nascidos, a questão é mais complexa, devido à grave situação que se vive na Europa, a nível económico. Por outro lado, entre eles, a larga maioria sai da escola sem qualquer diploma a nível profissional.»

António Barão explica: «Isto também tem a ver com a mentalidade. A formação profissional não era uma realidade em Portugal, nem mesmo ainda hoje. E as necessidades económicas levam os jovens a entrarem cedo no mercado de trabalho. Há ainda o facto de os portugueses serem talvez os que menos sofrem o desemprego, através do que se

tempo. Quando lá volta, já nada é o mesmo, tudo é completamente diferente.»

E abandonando um pouco o tom de pessimismo, torna ao tema das Assises, que, embora não tendo sido encaradas como um embrião de organização da emigração, abriu algumas perspectivas.

«Talvez por isso mesmo tenha sido possível avançar tanto», disse José Barros. «Vejo as Assises como uma procura de identidade, em que um povo quer mostrar a sua existência. Que não tem pátria nem país, mas que é constituído por homens, mulheres e crianças; por trabalhadores e empresários; por instituições. Houve uma espécie de procura nesse sentido.»

«Receio, no entanto, que não seja possível continuar», adianta, tornando ao pessimismo, não lamentando embora o «trabalho tão empenhador, que quase acabou por esgotar-se na sua preparação, em que alguns despenderam 20 horas por dia!»

Quanto aos apoios, e considerando embora que tenha havido algum, relativo, da parte diplomática e governamental, não deixou de referir a contribuição pequena da parte das autoridades portuguesas, que concederam um subsídio da ordem dos 400 contos, para uma despesa global que atingiu os 20 mil contos...

Quanto aos outros apoios, revelam também as dificuldades com que os emigrantes contam: a Bruxelas pediram 220 mil francos franceses — receberam 30 mil; o Ministério dos Assuntos Europeus francês, a quem solicitaram 100 mil, concedeu 10 mil; o Ministério da Cultura de França contribuiu com 50 mil; a maior subvenção foi concedida pelo Fundo de Acção Social, organismo criado para «apoio» às emigrações, e que «deu» 200 mil (cerca de 5 mil contos), do dinheiro que recebe das contribuições sociais dos emigrantes...

mesma. O regresso não é possível.»

Porquê? Fundamentalmente porque em Portugal não os querem de retorno:

«A noção que as autoridades portuguesas fazem passar é a de que já não temos lugar lá em baixo. O próprio PR, em Bordéus, disse mais ou menos isso — não podem regressar.»

«Fiz parte», recorda José Barros, «de um grupo de pesquisa francesa, quando se falava em pagar um milhão aos emigrantes para o regresso, que foi a Portugal verificar se era possível acolher tanta gente em pouco tempo. Estava-se em 78. O ministro do Plano dizia então que o saldo da emigração era sempre positivo, que as saídas eram sempre maiores que os regressos. Quer dizer, as próprias estruturas de planeamento estavam a trabalhar numa lógica oposta.»

Mas há mais do que isso. Há a própria vida dos emigrantes que contraria o próprio pensar nas vantagens e desvantagens de voltar a Portugal.

«Há a vivência, o nascimento dos filhos, o acompanhamento dos filhos. Tudo isso vem modificar as razões pensadas um dia, as razões para vir e as razões para voltar, que eram razões económicas. Aquele período muito duro, dos primeiros dez a quinze anos, passou, tudo se modificou depois.»

«É claro que continua a haver gente que regressa. E gente que acaba por ficar a meio caminho. E mesmo gente que regressou e acaba por emigrar de novo.»

## Um movimento hermético

Falando depois do movimento associativo, José Barros pensa que se trata de um «movimento muito vivo entre os portugueses. Um movimento dinâmico, mas muito hermético. Toca a pessoas portuguesas, mas as suas iniciativas não chegam ao público em geral.»

E, no entanto, a opinião do nosso entrevistado é a de que a maioria dos portugueses não vai regressar a Portugal: «Vão ficar. A ideia de aqui há dez anos, de que se ia regressar, já não é a

zação da legislação. Mas ainda há dias, numa conferência, se concluiu que nada melhorou substancialmente.

«É certo que desde 1992, o estatuto favorece a integração, na base da livre circulação, o que veio dar solução a algumas situações difíceis entre os portugueses. Mas três quartos dos outros emigrantes (árabes, africanos, indianos, vietnamitas e outros) continuam de fora.

«Quanto à cidadania na Europa, é uma questão muito longe de estar resolvida, e mais de 21 mil jovens portugueses vão ser atingidos pelo novo código.

«Há ainda as questões ligadas ao Tratado de Maastricht que, depois do não dinamarquês, do sim reduzido em França e do não sim da Dinamarca, já levou uma grande volta. O Governo francês, nos últimos meses, faz por esquecer esses acordos e não há força para os fazer aplicar. Uns acusam outros — a Grécia e a Itália, Espanha e Portugal, países em que a entrada é fácil. Mas a própria Alemanha tenta impor condições difíceis de aceitar — a moeda, o banco central, etc. Mesmo que o Tratado venha a ser ratificado por todos não vai haver condições para aplicá-lo», vaticina António Barão.

«No entanto», sublinha, «a

tância ao movimento associativo dos emigrantes. Mas há muito que os socialistas lhe tinham virado as costas, antes da derrota que sofreram há meses.

«O movimento associativo português aqui é muito importante, e hoje com algumas associações de jovens. Mas são "ilhas utópicas" num grande movimento, são ainda insuficientes para mudar o carácter geral, que é o do fado, do futebol e do "folclore".

«Houve várias tentativas no passado de criar uma Coordenadora. A única que conseguiu fazê-lo foi a CCPF, hoje Coordenadora das Colectividades Portuguesas em França. Esta Coordenadora representa cerca de 200 associações — incluindo federações com mais de 20 associações.

«Mas o movimento associativo», insiste António Barão, «continua ainda na fase de ligação ao tradicional, com algumas vontades manifestando-se isoladamente no sentido de imprimir maior qualidade às suas actividades.»

## Frustrações

«A comunidade portuguesa ainda não está a sentir-se dos efeitos da recessão», diz o nosso interlocutor quando indagamos



circulação de capitais há muito tempo que se faz, mesmo sem Maastricht»...

## «Ilhas utópicas»

«A situação social e política francesa faz-se sentir muito fortemente no movimento associativo português dos emigrantes em França», começa por dizer António Barão quando abordamos a situação do movimento naquele país. E recorda:

«Com o Governo socialista, nos princípios dos anos 80, pareceu haver uma certa vontade de dar impor-

gos. Por isso têm escapado relativamente à crise.

«Continuam também a ser a primeira comunidade estrangeira no país.»

E o regresso?, perguntamos.

«O regresso tem sido uma frustração. Regressam os que já não podem fazer mais nada. Os da terceira idade, que já conseguiram um mínimo para a velhice.

«Este estado de coisas também se reflecte negativamente em Portugal. Para lá regressam os velhos. Para cá vêm jovens com estudos, alguns já formados. O que virá a criar um fosso ainda maior entre os países de maior e de menor desenvolvimento.»

Quanto à consciência social e política dos emigrantes, a ideia que António Barão tem também não é cor-de-rosa:

«Têm a tendência de fazer comparações entre Portugal e os países de acolhimento, e os problemas burocráticos em Portugal deixam-lhes muito má impressão. Quanto à política, acham que são todos os mesmos. E o espírito do desenrasca impera.

«Isto reflecte-se na segunda geração. O que não quer dizer que não haja casos de gente interessado e empenhada.»

No entanto, e embora

António Barão pense que os jovens portugueses em França tenham de Portugal uma imagem utópica, de férias, pensa que poderão vir a participar mais, do ponto de vista cívico, no país onde vivem:

«É que a situação dos jovens em França é hoje tal que me parece que, dentro de dois ou três anos, vão ter de meter a sua marca nesta sociedade. Dada a situação de desemprego, de trabalho precário, de salários baixos, isto tem de rebentar por qualquer lado.

«Mas os jovens portugueses emigrados não me parece que estejam voltados para Portugal.»



## Itália

A Câmara de deputados italiana, chamada a pronunciar-se sobre a nova lei eleitoral, adoptou o sistema eleitoral de uma única volta.

O sistema maioritário uninominal, apresentado como forma de simplificar o sistema político e evitar crises governamentais, destina-se a reduzir o número de partidos com representação parlamentar.

Por este sistema de escrutínio de uma só volta pronunciaram-se a Democracia Cristã, partido no poder desde o fim da guerra e hoje de maioria relativa, e a Liga Lombarda, organização de direita que tem vindo a registar crescentes votações, nomeadamente nas últimas eleições municipais parciais no Norte do país.

Votaram também a favor do novo sistema, parte dos socialistas, da Refundação Comunista, dos sociais-democratas e do Movimento Social Italiano (neo-fascistas).

Por um sistema de escrutínio com duas voltas pronunciaram-se o Partido Democrático de Esquerda (PDS, ex-PCI), os liberais, uma parte dos socialistas, e o organizador do referendo sobre a reforma eleitoral, Mario Segni, dissidente democrata-cristão.

## Espanha

Felipe Gonzalez concluiu a primeira fase de contactos com as forças parlamentares com quem eventualmente poderá vir a constituir um governo de coligação ou pactos de legislatura para formar um executivo estável.

O líder socialista pretende concluir acordos quanto ao próximo governo antes de 29 de Junho, data em que se constituirão as Cortes.

Nesta primeira série de contactos registaram-se encontros políticos formais com a "Esquerda Unida" e os nacionalistas bascos e catalães. Paralelamente estão previstos contactos com dirigentes sindicais e empresariais, com o objectivo de negociar um pacto social.

Entretanto, a formação do novo executivo não parece vir a ser tarefa simples. E provavelmente também não o será a eventual negociação de um pacto social, num quadro de grande degradação das condições de vida dos trabalhadores e de elevadíssimas taxas de desemprego.

A "Esquerda Unida" não foi convidada a participar num governo de coligação, mas apenas a dar a sua cooperação.

A atitude dos nacionalistas catalães e bascos, entretanto convidados a participar num governo de coligação, parece ser, para já, a de apoiarem a governabilidade do país com pactos globais ou pontuais, mas sem participarem no executivo.

Por outro lado, o secretário-geral das Comisiones Obreras afirmou claramente que "negociar com Convergência e União de Catalunha, assumindo o seu programa económico, seria pôr ponto final no diálogo social ainda antes de começar".

## Camboja

O príncipe Norodom Sihanouk anunciou um acordo entre o Partido do Povo Cambojano (PPC), no poder, e o partido vencedor das eleições, o Funcinpec, para formar um governo de coligação.

O novo governo ficará encarregado de gerir os assuntos do país até à partida das forças das Nações Unidas no Camboja, prevista para finais de Agosto.

Nos termos do acordo, o príncipe Norodom Ranaridh, da Funcinpec, e Hun Sen, do PPC, serão os co-presidentes do Conselho de Ministros, com o príncipe Sihanouk como chefe de Estado.

O antigo primeiro-ministro Son Sann, chefe do Partido Democrata Liberal Budista (PDLB), presidirá à nova Assembleia Nacional.

Os cargos ministeriais serão repartidos a 45 por cento para cada um entre o PPC e o Funcinpec. O PDLB de Son Sann ocupará os restantes cargos.

Um conjunto de difíceis acordos num quadro político muito delicado, em que a memória do genocídio praticado pelos khmer vermelhos não pode deixar de estar sempre presente.

## Japão

O governo e o Partido Democrático Liberal, no poder no Japão, decidiram marcar eleições gerais antecipadas para 18 de Julho, na sequência da dissolução da Câmara Baixa do Parlamento.

A campanha eleitoral terá início em 4 de Julho, três dias antes da cimeira em Tóquio (de 7 a 9 de Julho) dos chefes de Estado e de governo do "grupo dos sete" países mais industrializados, que será presidida pelo primeiro-ministro japonês, Kiichi Miyazawa.

O governo pretende que as eleições se realizem antes do início do julgamento do antigo "padrinho" do Partido Democrático Liberal, Shin Kanemaru, marcado para 22 de Julho.

## Apelo

## Não aos ensaios nucleares

Um conjunto de personalidades, ligadas aos movimentos da Paz na Europa, divulgou recentemente um Apelo pelo fim dos ensaios nucleares, cujo conteúdo aqui divulgamos.

De entre os subscritores é de referir Martins Coelho, secretário-geral da Coligação da Esquerda no Parlamento Europeu.

"As moratórias relativas aos ensaios nucleares e decididas pela Rússia, a França e os Estados Unidos vão terminar no próximo 1 de Julho. Importantes pressões políticas, militares e industriais têm vindo a fazer-se sentir nesses países para que sejam retomados os ensaios nucleares no mundo.

"Participantes no encontro de Rixensart em 10 de Junho de 1993, opomo-nos com a maior firmeza, a maior determinação, a qualquer recomeço dos ensaios nucleares no mundo, seja qual for o pretexto.

"Fazemo-lo porque o recomeço dos ensaios teria graves consequências:

"Seria contrário aos compromissos assumidos pelas potências nucleares no artigo VI do Tratado de Não Proliferação e como tal comprometeria a conferência de extensão deste mesmo Tratado de Não Proliferação (TNP) em 1995.

"Levaria ao recomeço da corrida pela modernização das armas nucleares, que as tornaria ainda mais perigosas e levaria à criação de novas, num momento em que o confronto leste-oeste terminou e foi programada a destruição de armas nucleares.

"Encorajaria os países que se esforçam por obter a arma nuclear e como tal favoreceria a proliferação destas armas de destruição massiva. A chamada lógica de dissuasão nuclear agravar-se-ia com a lógica da proliferação nuclear.

"Acarretaria um risco máximo de guerras nucleares, de acumulação de poluição e de detritos nucleares.

"Apelamos aos chefes e Estado e aos governos das 5 potências nucleares para que afirmem a sua vontade e actuem:

"Por uma prorrogação das moratórias nucleares  
"Pela suspensão definitiva dos ensaios nucleares

"Apelamos à opinião pública e aos dirigentes políticos para que se pronunciem com força a favor destes objectivos. Apelamos à Cimeira de Copenhague para se pronunciar neste sentido."



Os jovens são particularmente sensíveis à luta pela paz e o desarmamento. Manifestação contra a guerra do Golfo.

## Os dez principais exportadores de armas em 1992

Classificação (números em milhões de dólares, valor de 1990):

	1992	1991
1.º Estados Unidos	8 429	11 666
2.º Rússia/URSS	2 043	4 448
3.º Alemanha	1 928	2 530
4.º China	1 535	1 705
5.º França	1 151	820
6.º Reino Unido	952	801
7.º Checoslováquia	779	74
8.º Itália	335	163
9.º Holanda	305	365
10.º Suécia	113	101

## O estado do mundo

## Relatório do SIPRI

As vendas de armas convencionais no mundo diminuíram 25 por cento em 1992 comparativamente a 1991, totalizando 18,405 mil milhões de dólares, segundo o Relatório do Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI).

Este resultado confirma a tendência registada para a baixa desde há vários anos no sector da venda de armas convencionais, sublinha o Instituto suco no seu relatório anual agora conhecido.

Porém, este conceituado instituto enumera 30 grandes conflitos armados a nível mundial no ano passado, número à semelhança do de 1991. O SIPRI contara 32 em 1989.

No continente africano, «as esperanças de paz e estabilidade» na África do Sul «dissiparam-se no final de 1992», refere o SIPRI. No ano passado, a guerra rea-

endeu-se em Angola, enquanto que em Moçambique «não se registou nenhum progresso consequente no caminho da paz», apesar do cessar-fogo em vigor desde 1992.

O relatório adverte que se a guerra na Bósnia prosseguir, «será cada vez mais difícil resistir aos pedidos muçulmanos de actuação... ou caso a segurança dos soldados estrangeiros seja posta em causa pode haver retaliação». O Instituto calcula que cem mil bósnios morreram no conflito até ao fim do ano passado.

A guerra surgiu também nas antigas repúblicas soviéticas do Tadjiquistão e Azerbaijão, onde o confronto em torno do enclave, povoado por arménios, de Nagorno-Karabakh se estendeu a novas áreas. Até 30 mil pessoas poderão ter sido mortas no Tadjiquistão, afirma o SIPRI, o que torna este no

mais sangrento dos conflitos logo após o da Bósnia.

Os restantes dois novos conflitos citados pelo Instituto em 1992 foram o de Cachemira, disputado entre o Paquistão e a Índia, e o do Laos, onde o confronto recrudescceu em Janeiro e Junho. Tanto o Laos como Cachemira estavam relativamente calmos desde 1990, refere o Instituto.

A fonte considera como grande conflito o que envolver contendas implicando mais de mil mortes por ano.

Destaca também cinco países que estavam em guerra em 1991 mas que passaram a uma situação de paz no ano seguinte: El Salvador, Etiópia, Kuwait, Saara Ocidental e Uganda.

O Instituto aponta como outro sinal positivo o facto de os gastos militares terem diminuído 15 por cento em 1992 face ao ano anterior, essencialmente devido a

grandes reduções na antiga União Soviética. As exportações de armas diminuíram 25 por cento, diz o Instituto. A URSS costumava ser o maior exportador de armas a nível mundial, papel assumido pelos Estados Unidos em 1991.

Os EUA exportaram 46 por cento de todos os carregamentos de armas a nível mundial durante o ano passado, nota o SIPRI.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos e a Rússia criaram as condições para o acordo «START II», assinado em Janeiro último, limitando as suas forças nucleares estratégicas a menos de 3500 ogivas nucleares cada.

O documento acrescenta ainda que o número de ensaios nucleares efectuados em 1992 foi o mais baixo em mais de três décadas. Os Estados Unidos procederam a seis explosões subterráneas e a China a duas.



# Conferência de Viena Direitos humanos em debate

O Comité de redacção da Conferência Mundial dos Direitos Humanos chegou a acordo sobre o princípio da universabilidade e indivisibilidade dos direitos do homem, da sua interdependência e inter-relação.

Esta decisão deve ainda ser ratificada pela reunião plenária dos 183 Estados presentes na Conferência, após a aprovação do texto da Declaração final pelo Comité de redacção.

"Todos os direitos do homem são universais, indivisíveis e interdependentes e inter-relacionais", sublinha o texto apresentado pelo secretário-geral da Conferência, o senegalês Ibrahim Fall.

"A comunidade internacional deve tratar os direitos do homem de forma global, justa e equitativa, numa base de igualdade e com a mesma urgência", acrescenta-se no projecto da Declaração.

"Se convém não perder de vista a importância das particularidades nacionais e regionais e a divisão histórica, cultural e religiosa, é dever dos Estados, quaisquer que sejam os seus sistemas políticos, económicos e culturais, promover os direitos do homem e as liberdades fundamentais", lê-se ainda no texto.

Estas algumas das grandes questões polémicas que marcaram os trabalhos destes quinze dias de debates - que terminam amanhã, dia 25.

Dois grandes questões dividiram no fundamental os participantes.

Os governos ocidentais cingem-se a uma definição formal dos direitos humanos, limitados à liberdade individual de expressão, circulação e voto. A intervenção norte-americana, para citar um exemplo significativo, aposta claramente na palavra democracia, como fundamento exclusivo dos direitos humanos (ignorando mesmo, entretanto, a questão da pena de morte).

São assim ignoradas questões centrais como a pobreza, a pilhagem do mundo sub-desenvolvido, e a sobre-exploração dos homens.

Por seu lado alguns governos da Ásia, América Latina e Médio Oriente, argumentam com o sub-desenvolvimento ou especificidades culturais para rejeitar as normas da Carta Internacional dos Direitos do Homem.

Esta questão central tinha já sido abordada pelo secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, no relatório 1992 sobre a actividade da ONU, em que se sublinha: "Os direitos do

homem são uma componente essencial de um desenvolvimento sustentável e um desenvolvimento sustentável é impossível sem o respeito pelos direitos do homem". Ou seja, os direitos económicos, sociais, culturais, políticos e civis são indissociáveis uns dos outros.

Um princípio fundamental que agora aparece aprovado em Declaração final.

Sem minimizar a importância da sua simples aprovação, resta saber que práticas se seguirão aos belos princípios consagrados em Viena.

Para o fórum paralelo, organizado pelos prémios Nobel da paz, e que lançou um apelo aos participantes oficiais na Conferência, o respeito dos direitos humanos é mesmo "a chave da paz". Pois "não pode haver verdadeira paz sem justiça".

Na sua intervenção inicial, o secretário-geral da ONU tocou em múltiplas outras questões do actual quadro internacional.

"Alguns Estados utilizam os direitos do homem como um instrumento da sua política, enquanto outros confiscam-nos", constata Boutros-Ghali. E exprime o seu receio de que uma tal situação torne inoperante o próprio conceito de direitos do homem.

Reafirmando a íntima ligação entre desenvolvimento e democracia, insiste por diversas vezes que "é necessário que todos compreendam que é a ajuda ao desenvolvimento que favorece a democracia e os direitos do homem".

O secretário-geral das Nações Unidas lançou um apelo aos participantes para que não se fique pela aprovação de fórmulas vazias, mas se chegue a acordo sobre "uma concepção verdadeiramente universal dos direitos do homem, que seria o menor denominador comum para todas as nações".

E especificou três pontos: "a universalidade dos direitos do homem, a garantia do seu respeito (sem o que a ONU perderá toda a sua credibilidade) e o imperativo da democratização dentro de cada Estado e na comunidade das nações".

Recorde-se que a convocação desta conferência foi decidida pela ONU, em 8 de Dezembro de 1990, pela resolução 45-155, que considerava os seguintes objectivos:

- Fazer o balanço dos progressos realizados no domínio dos direitos do homem, desde a adopção da declaração universal de 1948.

- Estudar a ligação entre desenvolvimento e direitos humanos.

- Encontrar formas de melhorar a aplicação das normas actuais em matéria



Palestina, uma das muitas zonas do mundo onde o respeito pelos direitos humanos é completamente ignorado

de direitos humanos e proceder à avaliação de métodos utilizados pela ONU e formular recomendações.

- Assegurar às Nações Unidas os recursos financeiros e outros, necessários à protecção dos direitos do homem.

## ONGs denunciam e propõem

O balanço de qual é a realidade hoje, no que respeita aos direitos humanos - mesmo tendo em conta curtos períodos de tempo - é assustador.

Depois de as Nações Unidas terem decidido convocar a Conferência Mundial agora realizada em Viena (Dezembro de 1990), e enquanto os governos participan-

em torturas ou maus tratos aos detidos, 45 Estados executam arbitrariamente os presos políticos e mais de 300 000 pessoas encontram-se em prisões ou campos de concentração pelos seus ideais políticos.

Por outro lado, e de acordo com dados compilados pelas organizações não governamentais (ONG), pelo menos metade da população mundial não goza dos seus direitos fundamentais - políticos, económicos, sociais e culturais.

No planeta existem 17 milhões de refugiados, mais de 25 milhões de pessoas deslocadas e entre 150 e 200 milhões de crianças constringidas a trabalhar.

Na pobreza absoluta vivem 1,5 mil milhões de indivíduos e 780 milhões sofrem de subnutrição.

Reunidas em várias redes internacionais, as ONG do mundo (que foram excluídas das reuniões informais do Comité de redacção da declaração final), elaboraram um conjunto de recomendações, apresentadas à Conferência de Viena e ao secretário-geral das Nações Unidas.

Das recomendações destacam-se o apoio à criação do cargo de Alto comissário para os direitos humanos, com a missão de garantir a inviolabilidade dos direitos fundamentais, a constituição de mecanismos que tornem eficaz a acção da ONU na superação dos obstáculos ao desenvolvimento dos povos, a definição e concretização de planos de protecção aos refugiados e deslocados, em especial mulheres e crianças.

É ainda recomendada a adopção de medidas, pelas Nações Unidas e por outros organismos, para evitar a violação dos direitos das mulheres.

tes se ocupavam a discutir questões processuais, desapareceram, pelo menos, 2200 pessoas em 25 países, foram executadas pelo menos 4000, e pelo menos 7500 foram condenadas à morte em mais de 30 países, de acordo com dados da Amnistia Internacional (AI).

É ainda a AI que denuncia: em mais de uma centena de países, o Estado participa

### POBREZA NOS MEIOS RURAIS

Cerca de mil milhões de pessoas vivem em condições de extrema pobreza nas zonas rurais de 114 países, revela um relatório do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com sede em Roma.

Segundo este estudo, apresentado em Nairobi, cerca de 204 milhões de pessoas, 67 por cento da população rural em África, vivem em condições de extrema pobreza.

O relatório revela também que os meios rurais representam mais de 80 por cento do total dos pobres dos 114 países subdesenvolvidos e destaca o "fenómeno crescente" da pobreza nos grandes centros urbanos.

A África subsaariana, América Latina e Caraíbas registam o maior índice de pobreza, com 60 por cento, seguido da Ásia, com 31 por cento, e do Médio Oriente e Norte de África, ambos com 26 por cento.

### VIOLÊNCIA NO BRASIL

Setenta dirigentes sindicais do Estado brasileiro de Pernambuco exigiram às autoridades a punição dos assassinos de Amâncio Francisco Dias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município pernambucano de Belém de Maria.

Em comunicado conjunto enviado às autoridades, os dirigentes sindicais de Pernambuco recordam que Amâncio Dias foi o sexto trabalhador rural assassinado este ano naquele Estado brasileiro, onde 71 agricultores pobres morreram desde 1980 em conflitos laborais e confrontos pela posse da terra.

Os líderes sindicais sublinham que apenas um assassino foi detido desde 1980 e que nunca um fazendeiro ou empresário agrícola foi responsabilizado pelos crimes.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues, afirmou que o assassinio de Amâncio Dias tem a ver com a sua luta em defesa dos direitos dos operários das plantações e refinarias de cana de açúcar da localidade de Belém Maria (a 160 quilómetros de Recife).

### CRIANÇAS ASSASSINADAS

Pelo menos 90 crianças foram assassinadas nos últimos 10 meses no Estado de Pernambuco, no Norte do Brasil, denunciou a organização norte-americana "Human Rights Watch".

De acordo com os investigadores desta organização humanitária americana, que se dedica à vigilância e defesa

dos direitos humanos no mundo, somente 10 por cento dos assassinios de menores nesse Estado são atribuídos aos "esquadrões da morte". 45 por cento das crianças foram mortas por comerciantes e outros civis.

A maioria das vítimas - 68,7 por cento - tinham idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos.

### VOLTAR AS COSTAS AOS PAÍSES MAIS POBRES

Os países mais ricos estão a cortar a ajuda económica às nações mais pobres, agravando drasticamente as condições de vida de cerca de 1,2 mil milhões de pessoas que já vivem na extrema pobreza, revela um relatório da organização humanitária britânica ACTIONAID.

Segundo um inquérito efectuado pela ACTIONAID entre os 20 principais países doadores da organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 13 decidiram reduzir ou congelar a sua ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

As promessas de ajuda feitas há um ano na Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro, aparentemente "foram esquecidas devido aos problemas económicos internos" dos países mais ricos, refere o relatório.

As Nações Unidas estabeleceram a meta de 0,7 por cento do produto nacional bruto, como alvo da ajuda dos países ricos aos países pobres, mas a maioria das 20 nações incluídas no inquérito não atingiram essa meta.

Por outro lado, os principais países doadores, nomeadamente a Grã-Bretanha e a Alemanha, já anunciaram que iriam desviar para os países do Leste da Europa a ajuda anteriormente canalizada para os países em vias de desenvolvimento.

### A SITUAÇÃO DA CRIANÇA EM ANGOLA

Angola tem 761.612 crianças deslocadas de guerra, 150 mil separadas das famílias e 50 mil orfãs ou abandonadas, noticiou o "Jornal de Angola", que diz que meio milhão de crianças angolanas morreu depois do reacender da guerra.

O Instituto Nacional da criança (INAC) disse que mais de 419 crianças morrem diariamente em Angola de paludismo, doenças diarreicas agudas, infecções respiratórias, tétano neonatal e sarampo. O documento, divulgado por ocasião do "Dia da criança africana", acrescenta que 70 por cento das crianças angolanas não frequentarão ainda este ano a escola, por causa da guerra.

A declaração do INAC recorda o "trágico massacre" de crianças sul-africanas no Soweto em 1976, em cuja memória a Organização de Unidade Africana (OUA) instituiu em 1990 o dia 16 de junho como sendo o Dia da criança africana.



## Branqueamento de capitais provenientes do tráfico ilícito de

# Comunistas abrem o debate que o PSD recusou

A 22 de Abril deste ano, durante o «bloqueio» dos jornalistas à cobertura dos trabalhos parlamentares, o PSD fez aprovar uma autorização legislativa para que o Governo faça a transposição para o Direito português de um directiva comunitária que pretende evitar a utilização do sistema financeiro para o branqueamento de capitais. Um decreto-lei de Fevereiro tinha já vindo definir como crime o branqueamento de capitais provenientes do tráfico ilícito de estupefacientes.

O PCP, reconhecendo a importância do problema e a necessidade de tomar medidas eficazes para o combater, propôs a discussão pública antes da aprovação da autorização legislativa - o que foi recusado pela maioria *laranja*. Os comunistas, contudo, não deram o assunto por encerrado, tanto mais que o texto da autorização legislativa suscita interrogações e preocupações. Assim, o grupo de trabalho do PCP para as questões da toxicod dependência e narcotráfico, e os deputados do PCP no Parlamento

Europeu avançaram com a realização de um seminário que reuniu, no passado dia 16, quase uma centena de pessoas e mostrou que, afinal, o tema merece uma ampla discussão.

No Centro Jean Monnet, onde decorreu a iniciativa, estiveram, entre outros, representantes da Directoria Geral da Polícia Judiciária e da respectiva Escola Superior (além de diversos agentes), da Direcção-Geral das Alfândegas, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (e vários procuradores), do Sindicato dos Juizes, do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga, dos sindicatos dos Bancários e dos Seguros, membros de comissões de trabalhadores.

Publicamos aqui extractos das intervenções de fundo feitas pelos camaradas Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, Carlos Gonçalves, Ana Serrano, António Filipe, Francisco Navarro e Francisco Lopes, da Comissão Política do Partido.

## Drogarização da economia

■ Sérgio Ribeiro

“A primeira observação tem a ver com o facto de a minha primeira intervenção, no Parlamento Europeu, há três anos, ter sido sobre **reciclagem do produto de actividades ilegais**, no quadro da discussão de relatórios do Parlamento que antecederam a adopção, pelo Conselho de Ministros, da directiva de 10 de Junho de 1991. Ao fazer a revisão desse debate, nele encontrei reflectidas as questões que hoje aqui nos merecem particular atenção.”

(...)

“No final do debate, o vice-presidente da Comissão Bangemans alertou para o facto de que as propostas feitas pela Comissão tinham o “primeiro objectivo” de impedir a utilização do sistema financeiro para a reciclagem do produto de actividades ilegais, “impedindo assim que quando for aplicado o princípio da livre circulação no mercado único, estas possibilidades aumentem”. E não fugia a acrescentar imediatamente: “Esse seria um drama que temos de impedir” (fim de citação). E o mercado único começou em 1 de Janeiro deste ano, sem se ter impedido o drama.”

(...)

“Se não faltou quem prevenisse contra uma utilização de mecanismos e meios decorrentes da directiva que pudesse vir a ser nociva para a actividade de transferência de capitais, já menos presente esteve a preocupação quanto a utilização poder ser prejudicial aos direitos dos cidadãos.

Se há uma verdadeira máquina instalada para lavagem de dinheiro, a contra máquina a criar não lhe pode ficar atrás em imaginação e capacidade, mas é indispensável que seja sobretudo preventiva e que faça bem a destriça entre o que é prevenção, investigação e penalização.”

(...)

“Muitas vezes se diz que se não fosse um grande negócio, o segundo mundial depois do das armas, não haveria o problema da droga. Mas seria um grande negócio se não fosse possível “lavar” os lucros que dele resultam, ou se essa “recuperação” fosse dificultada, por prevenida e investigada? Só uma estratégia global pode responder a uma estratégia global, ainda por cima com agentes infiltrados e beneficiando de regras gerais que, erigidas em absoluto, tudo mercandizam, de tudo fazem mercadoria. Desde que dê lucro e, se ele for “sujo”, se ele for resultado de morte e de destruição, desde que seja lavável.

Depois da militarização da economia, temos, e em acumulação, a drogarização da economia.

Tudo isto reclama debate, exige discussão. Sem fugir às questões mais delicadas, sem escamotear as razões de fundo.

Pelo nosso lado, pelos responsáveis pela iniciativa, pelo PCP, não queremos mais, nesta oportunidade, que debater, que discutir. Não temos a intenção de vir a tirar conclusões no final do seminário e, assim, dar por encerrada a iniciativa. Ela tem de ser um passo. Tem de ficar em aberto.”

## Acção das forças de segurança

■ Carlos Gonçalves

(...)

“No nosso país, onde o atraso no acompanhamento também estatístico destes problemas é notório, tem-se como certa a existência de pelo menos 50 mil toxicod dependentes ainda que se fale de 100 e mesmo 150 mil. Daqui resultam números para o comércio interno de drogas que vão dos 50 aos 200 milhões de contos ou mesmo mais.

Parte significativa deste “dinheiro negro” carece de branqueamento no nosso país, juntando-se para esse efeito a verbas oriundas do exterior, por exemplo da Espanha ou da Colômbia, se dermos crédito a algumas informações da Drugs Enforcement Agency dos EUA.

Vamos admitir por hipótese especulativa, mas a nosso ver nada absurda, que são lavados em Portugal, no ano de 1993, 100 milhões de contos oriundos do tráfico ilícito de estupefacientes.» (...)

«É caso para questionar se não haverá nenhum Banco como o BCCI, o Habib, o Scilla, o Ambrosiano ou o Shakarchi, nenhuma instituição financeira íntima das do Luxemburgo, do Liechtenstein, da Suíça, do Vaticano, do Mónaco, do Panamá, do Uruguai, da Florida, de Hong-Kong ou do Paquistão, especialistas em branqueamento.

Se pela zona franca Madeira, à bolina de qualquer movimento especulativo de uma pequena parte dos 150 mil milhões de dólares que circulam por dia nos mercados internacionais de câmbios estrangeiros, não circularão os números de código electrónico das verbas ocultas pelo segredo bancário dos *off shore* das Ilhas Virgem, Caimão ou de Man, das Bahamas ou das Seychelles.

Se nos investimentos turísticos do Algarve, nos negócios nebulosos das especulações de terrenos, das casas de jogo e dos futebolis não correrão dinheiros do tráfico da “morte branca”.

Se nos enormes e não lucrativos investimentos na comunicação social, no súbito aparecimento de grandes empórios comerciais ou bancários e nos milhões que adquiriram algumas grandes empresas do Estado não andarão os capitais da droga dos cartéis de Medellín, da Galiza ou de algures, em processo de branqueamento.

Teme-se que as respostas a estas perguntas sejam afirmativas e sabe-se que não estamos sós nesta presunção.»

(...)

«Por todo o mundo os capitais da droga, branqueados ou não, estão entrosados com o poder.»

(...) «É positivo que a humanidade tenha compreendido finalmente a relevância do combate ao gigantesco polvo do tráfico de drogas, que as Nações Unidas o preconizam e promovem, mas subsiste o risco de que, em muitos casos, essa determinação se esvaia num proibicionismo mais ou menos impotente ou mesmo hipócrita, sem vontade política, sem eficácia, sem efectiva independência face aos poderes económicos e políticos constituídos.

Para que assim não seja, é indispensável a colaboração internacional numa série de aspectos relevantes, no domínio penal e entre as autoridades judiciais e policiais.

A nosso ver, essa colaboração internacional, particularmente no quadro comunitário, deve ser a necessária, talvez até um pouco mais, mas não deve ser excessiva nem sobretudo precipitadamente substituída por qualquer estrutura policial federal como a Europol, decidida no quadro do controverso Tratado de Maastricht e conduzindo a qualquer hipoteca de soberania.»

## A situação jurídica internacional

■ Ana Serrano

(...)

“Mesmo sendo o sector da droga o mais vulnerável, constata-se curiosamente que falta algum empenho das autoridades mundiais para atacar esses polos com o objectivo de os destruir por completo.”

(...)

“A regulamentação legal nos diversos Estados diverge substancialmente (e a sua aplicação prática bastante mais ainda).

Na **Grã-Bretanha**, o “Drug Trafficking Offences Act” de 1986, posteriormente inserido no “Criminal Justice Act” de 1989, regulamenta em certa medida o processo de denúncia desde que haja suspeita fundamentada da proveniência ilícita do dinheiro. Houve entretanto uma série de recomendações da Associação de Bancueiros Britânicos aos seus associados no sentido do controlo e supervisão de algumas situações anormais.

Em **Itália**, existem duas disposições fundamentais: a Lei nº 147 de 5 de Julho de 1991 e o Código Penal; ambas prevêem punição com pena de prisão e/ou multa que pode ir de 1 a 20 milhões de liras para actividades ligadas ao tráfico de estupefacientes e actividades de investimento do seu produto.

Em **Espanha**, o branqueamento constitui uma infracção específica prevista no artigo 546 do Código Penal (comete o delito quem aceitar o produto financeiro proveniente do tráfico de estupefacientes, desde que beneficiários e ao corrente da origem criminosa do dinheiro). O Banco Central de Espanha colabora com as autoridades competentes (judiciais e policiais) nos inquéritos e processos judiciais relativos às operações de branqueamento.

Em **França**, a Lei de 31 de Dezembro de 1987, relativa à luta contra o tráfico de droga, considera como infracção toda a actividade que, por meios fraudulentos, facilita ou tenta facilitar a justificação da proveniência de recursos ou de bens provenientes das infracções em matéria de estupefacientes.

Na **Suíça**, o segredo bancário está previsto no Código Civil. Os advogados, notários, agentes de câmbio, podem funcionar como estabelecimentos bancários sem estarem submetidos a legislação bancária. São aceites contas sob pseudónimo e a utilização de assinaturas “codificadas”. São possíveis depósitos anónimos ou por intermediários. A identificação dos clientes quase não se processa. Não existem disposições que regulamentem a cooperação entre as entidades financeiras e a polícia. Um verdadeiro “paraíso”. Em Março de 1990 foram introduzidas no Código Penal disposições que prevêm as infracções de branqueamento de capitais e de falta de vigilância em matéria de operações financeiras. Até agora ainda não se vislumbram resultados da sua aplicação.

Ao nível internacional registam-se já alguns instrumentos de que se destacam a Recomendação do Conselho da Europa de 1980 sobre o branqueamento, identificação, apreensão e confiscação dos rendimentos de actividades ilícitas; a Convenção das Nações Unidas de Dezembro de 1988 contra o tráfico ilícito de substâncias estupefacientes e psicotrópicas; a Declaração de Princípios adoptada em Basileia pelos Governadores dos Bancos Emissores em Dezembro de 1988; as Recomendações do Grupo de Acção Financeira criado pela Cimeira de Paris em Julho de 1989; as Recomendações do Grupo de Trabalho Ad-Hoc do Parlamento Europeu para a Conferência sobre a Droga, de Março de 1990, e finalmente a Directiva do Conselho das Comunidades, de Junho de 1991, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.”

(...)

“Tem necessariamente de ser encontrado um ponto de equilíbrio que contribua para a prevenção. Devem ser definidos critérios de procedimentos práticos em relação aos controlos fronteiriços, técnicas de aplicação financeira, formação dos quadros de pessoal das entidades envolvidas, responsabilização dos funcionários, mecanismos de controlo das entidades bancárias, previsão de mecanismos automáticos de denúncia, etc..”(...)



# Estupefacientes



REPÚBLICA

Lei n.º 169/93  
de 3 de Junho

Autorização ao Governo para legislar em matéria de utilização do sistema financeiro para efeitos de prevenção do branqueamento de capitais.

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea e), 168.º, n.º 1, alíneas b), d) e q), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

Fica o Governo autorizado a legislar em matéria de:

- Dever de segredo das entidades financeiras, seus dirigentes e empregados;
- Obtenção de informações, por parte das entidades financeiras, seus dirigentes e empregados, sobre a identidade daquele ou daqueles por conta de quem o cliente actue e, bem assim, sobre a origem e o destino dos fundos financeiros a que se reporte a operação;
- Regime geral de punição das infracções disciplinares e dos actos ilícitos de mera ordenação social e respectivo processo.

## Profundas preocupações

■ António Filipe

(...)  
Não se conhece ainda o conteúdo exacto das disposições que irão integrar o diploma a aprovar pelo Governo ao abrigo da autorização legislativa que lhe foi concedida num momento em que o "black-out informativo à Assembleia da República" privou a generalidade dos cidadãos do acesso aos debates parlamentares. Porém, o conteúdo da autorização legislativa já aprovada e publicada é de molde a suscitar profundas preocupações...

(...)  
"A lei de autorização legislativa contém disposições como a do seu artigo 2º, a), que visa isentar as entidades financeiras, seus agentes e empregados, do dever do segredo, pela prestação de informações sobre factos relacionados com a prática de crimes de tráfico de drogas ou de branqueamento de capitais, de que tenham conhecimento.

São então as entidades financeiras que decidem sobre se determinado facto se relaciona ou não com a prática de um crime e que decidem consequentemente se devem ou não quebrar o dever de sigilo? Cumpre perguntar com que direito e com que critério. Não será que a decisão de recolher informações sobre factos supostamente relacionados com crimes compete exclusivamente às autoridades judiciais e policiais? Não deverá uma decisão como a quebra do sigilo bancário ser determinada exclusivamente por um juiz?

(...)  
"A alínea c) do mesmo artigo visa permitir que as entidades financeiras, por sua iniciativa, exijam ao cliente determinadas informações - relacionadas designadamente com a sua identidade e com a justificação das operações que pretende efectuar - não em todos os casos nem a todos os clientes, nem de acordo com parâmetros objectivamente definidos, mas sempre que as operações, segundo o critério da entidade financeira, sejam susceptíveis de integrar a prática do crime de branqueamento de capitais.

Poderá uma entidade financeira decidir sobre quais são as operações susceptíveis de integrar a prática de um crime? Não deverá a decisão quanto à recolha de informações que não sejam universalmente exigidas ser tomada pelas autoridades judiciais?

O nº 3 da alínea e) do mesmo artigo prevê a identificação obrigatória dos clientes do sistema financeiro, não em todos os casos, nem de acordo com critérios objectivamente definidos, mas só quando exista uma suspeita de prática do crime de branqueamento. A entidade financeira suspeita, logo investiga."

(...)  
"Em suma: as entidades financeiras identificam ou não os clientes, obtêm ou não informações, examinam ou não as operações com especial atenção, isto é, fazem investigação criminal por sua própria iniciativa, de acordo com as suas próprias suspeições."

(...)  
"Impõe-se portanto às entidades financeiras que decidam sobre o quê e sobre quem é suspeito e que em função dessas suspeitas actuem por conta própria, examinando, recolhendo informações e suspendendo operações, sob pena de incorrerem em pesadas sanções a aplicar pela Administração Pública."

(...)  
"A questão está em distinguir as acções de prevenção que as entidades financeiras podem e devem levar a cabo, das acções de investigação criminal que só podem ser decididas e realizadas pelas autoridades judiciais e pelos órgãos de polícia criminal.

Importa pois deixar claro que as medidas a adoptar com vista a prevenir o branqueamento de capitais não podem servir de pretexto para a imposição de medidas que não sendo de prevenção, podem conduzir à preterição das competências exclusivas das autoridades judiciais e dos órgãos de polícia criminal e introduzir graves limitações a direitos fundamentais dos cidadãos."

## O papel da banca

■ Francisco Navarro

(...)  
"Só a 30 de Março de 1993, o Governo viria a apresentar na Assembleia da República a Proposta de Lei nº 52/VI, solicitando autorização para "...legislar em matéria de prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais".

Esta proposta de Lei, apesar de nº 4 do seu Preâmbulo apontar para as duas vertentes da colaboração com as autoridades, referidas na Directiva Comunitária - a preventiva e a repressiva -, não se vislumbra que as consagre no seu articulado, pois a referência ao dever de colaboração aparece apenas associada à solicitação da "autoridade judiciária competente" - alínea h) do nº 2 - e a obrigatoriedade do "exame, com especial atenção, pelas entidades financeiras, das operações que (...) possam ser susceptíveis de integrar o tipo legal de crime previsto no artigo 23º do Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro" não está, pelo menos explicitamente, ligada à obrigatoriedade de dar a conhecer, voluntariamente, as operações já realizadas e que "a posteriori" se suspeite terem conexão com o branqueamento de capitais."

(...)  
"A Proposta de Lei é, ainda, omissa no respeitante à imperiosa necessidade de dar aos trabalhadores bancários os meios necessários a uma intervenção responsável, segura e eficaz em matéria tão delicada, nomeadamente no que se refere à necessária formação específica, consagrada na directiva, cuja transposição para o nosso ordenamento jurídico se diz perseguir com a presente iniciativa.

(...)  
Tendo presente que o nosso País está transformado numa importante porta de entrada da droga na Europa e que é considerado extremamente vulnerável também ao nível do processo de branqueamento de capitais provenientes do tráfico, e atendendo ainda ao papel especial que a banca desempenha em tal processo, solicitamos de todos os presentes que contribuam com as suas opiniões sobre matérias como:

- Qual a amplitude da isenção do "dever de segredo"?
- Quem na Banca deve ser especialmente responsabilizado pelo colaboração com as autoridades?
- Todos os empregados bancários?
- Camadas específicas dos bancários, com destaque para os que estão ligados ao crédito, às operações internacionais e às operações "por grosso"?
- Apenas alguns dirigentes, através da criação de um órgão vocacionado para a recolha e tratamento da informação relativa a estas questões ou da responsabilização de determinado tipo de quadro(s) superior(es)?
- Qual o papel e tipo de responsabilização das autoridades de supervisão, com especial destaque para o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários?
- Qual o papel e tipo de responsabilização dos Conselhos Fiscais, dos Revisores Oficiais de Contas, dos Auditores Externos e das Comissões de Trabalhadores?
- Quais as vantagens e desvantagens da fixação de montantes mínimos para efeitos de controlo, tendo em atenção a realidade do nosso sector e a possibilidade de tais montantes caírem no domínio público?
- Qual o grau de correcção e de eficácia da fixação de montantes e tipos de operações passíveis de informação automática às autoridades competentes para efeitos de averiguação sobre a sua potencial ligação a operações de branqueamento de capitais?
- Quais as possibilidades técnicas e a viabilidade e correcção jurídica, bom como as vantagens e desvantagens, da consagração legal da possibilidade de as autoridades judiciais competentes terem acesso directo às bases de dados das instituições financeiras?"

## Necessidade de debate

■ Francisco Lopes

(...)  
"Sobre a situação do branqueamento de capitais em Portugal não se conhece muito. Alguns elementos já hoje aqui foram revelados. Considerando as técnicas referidas internacionalmente e o caldo de cultura em que se desenvolve não é difícil imaginar, confirmando declarações dum conhecido traficante galego, que muitos milhões de contos têm sido branqueados em Portugal nos últimos anos. A liberalização completa dos movimentos de capitais, os incentivos fiscais e o estímulo ao investimento estrangeiro que atinge quase dois mil milhões de contos desde 1986, a forte especulação bolsista e o escandaloso processo de privatizações, envolvendo cerca de 700 milhões de contos a partir do qual grandes grupos económicos, nomeadamente multinacionais passaram a dominar importantes sectores da economia nacional, os fundos comunitários e todo o ambiente de fraude que lhe está associado, a expansão de serviços, a crise económica e a descapitalização de inúmeras empresas não podem deixar de ter influência no branqueamento de vultuosas somas."

(...)  
"O processo em curso para aplicação da directiva comunitária na legislação portuguesa, importante tema deste seminário merece-nos algumas observações críticas muitas das quais já aqui referenciadas.

- A separação feita entre o ataque ao branqueamento de dinheiros oriundos do tráfico de estupefacientes (penalizado) e de outras origens - tráfico de armas, prostituição - (não penalizados), quando em geral são práticas que estão associadas e que devem ser combatidas globalmente.

- O insuficiente debate público e particularmente uma reduzida auscultação das entidades que de uma ou outra forma estão ligadas ao combate a tais práticas, incluindo as estruturas representativas dos trabalhadores que vão ser abrangidas por normas da lei. Parece aliás inaceitável este quase secretismo na elaboração de legislação desta importância.

- O facto de abranger apenas a banca, os seguros e os correios, deixando de fora actividades que internacionalmente são citadas como importantes alavancas de branqueamento de dinheiros, particularmente na fase de ocultação de somas consideráveis em notas, como sejam: agentes de comercialização de ouro, pedras preciosas, obras de arte e antiguidades; casas de jogo (casinos e bingos), centros de apostas e sociedades de leasing, entre outros.

- A não definição das entidades responsáveis pela recepção, encaminhamento e tratamento da informação, sobre o papel de cada estrutura, bem como sobre a articulação entre elas.

- A não referência à atribuição de meios adequados às magistraturas e à Polícia Judiciária, para actuar nesta área.

- A omissão no respeitante à formação específica a dar aos trabalhadores bancários e dos seguros nesta matéria.

- A não atribuição às autoridades portuguesas de supervisão de cada entidade financeira de obrigações e direitos específicos na área da prevenção e de combate ao branqueamento.

- Uma formulação geral em termos ambíguos, não permitindo verificar da eficácia das medidas apontadas, da sua executibilidade, nomeadamente no sector segurador, e da sua compatibilidade com a defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, nomeadamente trabalhadores bancários e de seguros. A possível consideração de multas sobre os trabalhadores, na base de procedimentos pouco definidos e em grande medida discricionários. Quem e em que condições define o que é boa fé ou má fé, quem avalia se uma operação foi ou não suspeita, se houve ou não negligência e como é que na base de factores tão aleatórios se pode admitir a decisão de multas elevadíssimas sobre os trabalhadores."



# Trabalho infantil

## - acusação à política de direita

**1** - Poderão ser 200 000, têm idades entre os 10 e os 15 anos, às vezes menos, e em vez de estudar, brincar e crescer de forma livre e sadia, abandonam precocemente a escola e são obrigados a trabalhar, sem horários, com remunerações de miséria, sujeitos a altos níveis de acidentes de trabalho que conduzem a mortes e tantas vezes a estropiamentos para toda a vida.

O trabalho infantil abate-se sobre as crianças, reduz a sua formação, marca negativamente o seu futuro e prejudica o interesse nacional.

**2** - O trabalho infantil não é um fenómeno recente, nem específico de Portugal, mas tem no nosso país uma expressão particularmente chocante.

O trabalho infantil é consequência de factores sociais, económicos, culturais, educativos, em que a política de direita tem enormes responsabilidades.

Radica na situação económica extremamente débil de inúmeras famílias, com problemas de desemprego e rendimentos baixíssimos sem apoios sociais significativos que os empurra para colocar os filhos menores a trabalhar de forma a reforçar o orçamento familiar.

Está associado a razões culturais e de mentalidades, nomeadamente das famílias, que não avaliam o papel fundamental que tem hoje a educação para a vida dos jovens e para o país e consideram que o trabalho em idade precoce é o melhor para o seu futuro.

É influenciado por razões educativas, falta de estímulo à frequência e ao sucesso escolar e ausência de subsídios de apoio social escolar.

Mas o que mais contribui para o desenvolvimento do trabalho infantil é o facto de este ser altamente lucrativo. Trabalhando horas a fio, fazendo praticamente o trabalho dos mais velhos e por um quarto ou um quinto dos seus salários, as crianças propiciam lucros elevadíssimos às empresas que as utilizam. Sobre elas as suas remunerações de miséria e a violência dos seus horários de trabalho, têm sido acumuladas grandes fortunas por pessoas a quem o Primeiro-Ministro e o PSD chamam empreendedores de sucesso. O trabalho infantil hoje como sempre é o resultado da lógica do lucro, que domina e supera qualquer outro valor no implacável critério do sistema capitalista e dos seus defensores.

O Governo tem contemporizado com esta situação. Aprovada legislação sobre esta matéria em 1991, que apesar das insuficiências, nomeadamente na penalização daqueles que beneficiam do trabalho infantil, é importante. O Governo, que tinha 90 dias para a regulamentar no que se refere aos trabalhos leves admitidos nessa legislação para maiores de 14 anos e de trabalhos pesados só permitidos para os maiores de 18 anos, passados quase dois anos ainda nada fez nesse sentido. O não cumprimento da lei é também exemplificado pela não referência a muitas empresas prevaricadoras na publicação anual do «Diário da República» a que o Governo estava obrigado. A Inspeção Geral do Trabalho (IGT) tem tido uma acção claramente insuficiente e continua a carecer de meios necessários para uma actuação eficaz.

O trabalho infantil agrava-se, tendo triplicado entre o último trimestre de 1992 e o 1º trimestre de 1993 o número de casos de trabalho infantil detectados pela IGT.

A grave crise económica e social para que a política

do PSD nos está a conduzir - salários em atraso, despedimentos, encerramento de empresas, atraso no pagamento dos subsídios de desemprego - está a criar as condições para o agravamento do trabalho infantil. Verificam-se já casos de famílias em que com o pai e a mãe desempregados, são os filhos menores que trazem para casa boa parte dos meios para o sustento da família.

**3** - O Governo que começou por negar a existência do trabalho infantil (ficaram célebres as deslocações dum Secretário de Estado nesse sentido), foi obrigado a reconhecer o problema. A dimensão do trabalho infantil, o seu agravamento, as denúncias das organizações sindicais, com destaque para a CGTP-IN e a Interjovem e de organizações internacionais, a consciência do problema na sociedade portuguesa não lhe deixaram outra saída. Passou assim da declaração da inexistência de trabalho infantil para o anúncio de medidas que se destinam, não a erradicar o fenómeno que não é possível com a sua política, mas apenas para dar a ideia que o ataca.

O Governo quando não tem soluções ou não as quer aplicar, inventa campanhas, que não sendo condenáveis em si, não atacam os problemas de fundo.

É neste quadro que na passada semana foi lançada uma campanha contra o trabalho infantil, anunciada pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social sob o lema "Tempo para Crescer", a desenvolver até ao final do ano. O que é a campanha? Podíamos estar à espera duma campanha de medidas integradas para combater este problema nas suas várias áreas. Mas não. O ministro diz que todas as medidas legislativas já estão tomadas e que é preciso agora, é sensibilizar os empresários, os pais e as crianças.

Trata-se afinal duma campanha de propaganda com a edição de folhetos, cartazes, vídeos, "spots", "T-shirts", debates e seminários.

Dos 50 000 contos que se diz irem ser gastos, sempre ficará algum eco da denúncia do problema no país. Mas de facto, esta campanha nada vai alterar, não encerra nenhu-

ma medida eficaz e a não serem encaradas outras acções no fim do ano tudo estará na mesma ou pode, por efeito da crise económica e social, vir a estar ainda pior.

Mas para ter uma exacta ideia da preocupação do Governo com o trabalho infantil e do significado da campanha agora lançada basta ver as declarações de Cavaco Silva em recente iniciativa do Instituto da Juventude:

Cavaco Silva disse (sic): "E quero-vos até dizer que o trabalho infantil que mais me chocou ainda não foi o de encontrar um jovem português a trabalhar a pedra no Norte de Portugal. Foi nos Jogos Olímpicos verificar que crianças de 12 anos levaram anos a chegar aquela perfeição, que às vezes até aplaudimos, mas se levou anos a chegar aquela perfeição uma jovem de 12 anos é porque ela nunca teve a oportunidade de ter um brinquedo; ela nunca teve a oportunidade de brincar".

Parece anedota, mas não é. Quer-se melhor desculpabilização do trabalho infantil?

Depois disto está tudo esclarecido quanto à vontade do Governo para combater o trabalho infantil.

**4** - Sem pôr em causa a utilidade dos alertas à sociedade portuguesa em torno deste, como de outros problemas, as medidas tomadas deveriam incidir na eliminação das causas do trabalho infantil. Impõe-se por isso:

Uma política económica e social que assegure o desenvolvimento, o emprego, a justa remuneração, o cumprimento das responsabilidades do Estado em serviços sociais fundamentais como a educação, a saúde e a habitação e o apoio às famílias mais carenciadas.

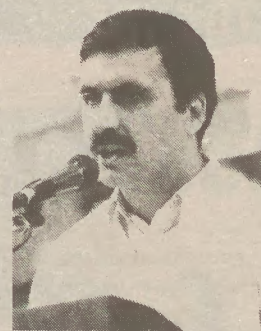
A adopção de medidas legislativas mais eficazes e a sua efectiva aplicação, nomeadamente com a dotação dos meios indispensáveis para uma acção eficaz contra o trabalho infantil que penalize fortemente as entidades que se aproveitem dele.

A criação duma comissão nacional para o combate ao trabalho infantil, bem como a criação de comissões junto de cada delegação do IEFP das áreas onde se verifique maior incidência do trabalho infantil, que actuem junto dos estabelecimentos de ensino, das empresas e no acompanhamento aos jovens que abandonam a escola.

Uma política que estimule o cumprimento da escolaridade obrigatória com aproveitamento, um ensino motivador, um apoio ao sucesso escolar ajustado às necessidades de cada jovem. O estabelecimento de subsídios sociais escolares para as famílias mais carenciadas com jovens a frequentar o ensino até à idade do cumprimento da escolaridade obrigatória.

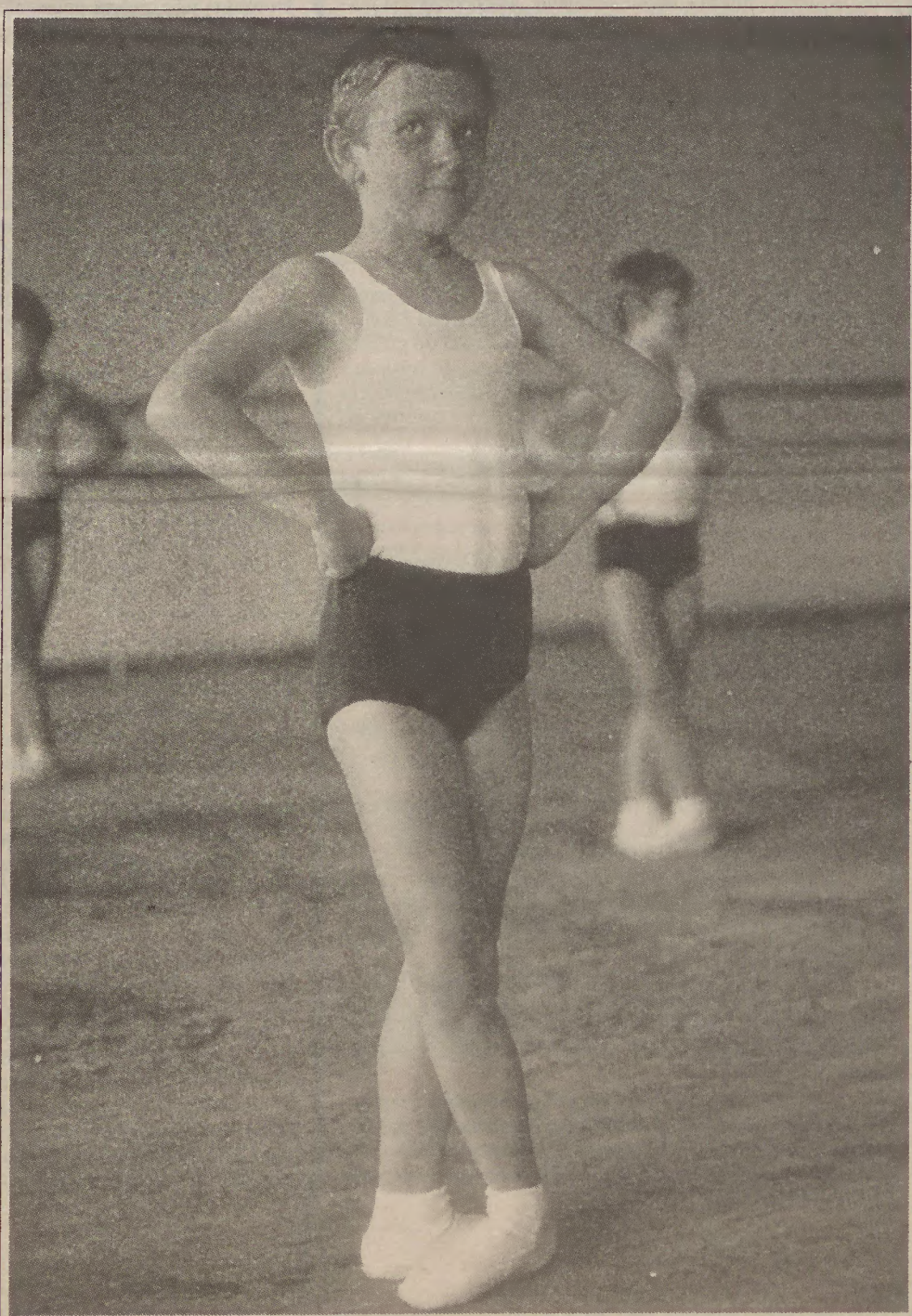
O alargamento do sistema existente de formação profissional em alternativa e pré-aprendizagem, garantindo os direitos dos formandos, bolsas de aprendizagem justas e a sua integração nas empresas escolares logo que completem os cursos de formação.

**5** - O trabalho infantil é um símbolo de subdesenvolvimento do país, produto de atrasos históricos e constitui uma acusação à política do PSD, que não o tem combatido eficazmente e está a criar as condições para ao seu agravamento com a crise e a agudização da pobreza e das desigualdades sociais. Conscientes da sua complexidade, coloca-se às organizações sindicais, a todos aqueles que querem a liberdade, a democracia e a justiça social a tarefa de o combater. O PCP e a JCP pela sua parte continuarão a tomar a iniciativa com esse objectivo.



FRANCISCO LOPES  
Membro da Comissão Política

O que mais contribui para o desenvolvimento do trabalho infantil é o facto de este ser altamente lucrativo. Sobre as suas remunerações de miséria e a violência dos seus horários de trabalho têm sido acumuladas grandes fortunas por pessoas a quem o Primeiro-Ministro e o PSD chamam empreendedores de sucesso.





# Interpelação do PCP ao Governo

## "Há em curso um processo de erosão da democracia"

— afirmou João Amaral

O estado da democracia em Portugal esteve ontem no centro do debate parlamentar, constituindo o mote da interpelação ao Governo agendada por iniciativa do PCP. Na intervenção de abertura, proferida em nome da formação comunista, o deputado João Amaral passou detalhadamente em revista aspectos essenciais que caracterizam o momento político, demonstrou como a "erosão da democracia" - assim lhe chamou - , cuja responsabilidade imputou ao PSD, não está dissociada da sua estratégia de perpetuação no Poder e formulou doze acusações ao Governo, fundadas noutros tantos factos, que, do seu ponto de vista, mostram "como efectivamente a democracia se degrada e como sobre o regime democrático se desenham mais ameaças". São excertos dessa intervenção que a seguir publicamos:

Esta interpelação ao Governo tem por objecto o estado da democracia em Portugal.

É uma questão que ganhou crescente atenção no debate político e social. A repercussão que assumiu por exemplo a questão do segredo de Estado ou a questão dos poderes da PJ na investigação de crimes contra a corrupção é expressão dessa relevância do debate sobre a democracia e os perigos que sobre ela impendem. Como sucedeu, por exemplo, também, com o debate sobre a situação da vida democrática na empresa, profundamente afectada pela nova legislação sobre direito à greve ou pela impunidade com que é ofendido o direito de acção sindical.

Estas questões - e muitas outras de que falei adiante - aparecem no debate político de forma casuística e não integrada. No entanto, o resultado objectivo que operam sobre a democracia portuguesa não se traduz numa simples soma aritmética de factores negativos, perigos e ameaças. A verdade é que o estado da vida democrática em Portugal tem paulatinamente mudado. Há em curso um processo de erosão da democracia. Em muitos sectores da sociedade portuguesa instalou-se o medo e a desconfiança. O exercício de direitos fundamentais é já visto como um acto de coragem quixotesca. A acomodação e o oportunismo aparecem despidos de qualquer reprovação moral, pelo contrário, aparecem como meios toleráveis e socialmente típicos de ter êxito, de trepar na escala e atingir os lugares de topo.

A democracia do medo que se foi instalando é o resultado directo da acção política do Governo em diferentes domínios. É o resultado da crescente policiação da vida nacional. É o resultado da ofensiva contra a liberdade de imprensa. É o resultado da governamentalização das instituições e da vida política. É o resultado da criação e actuação dos Serviços de Informações como uma polícia política. É o resultado da crescente precarização da relação laboral e das limitações aos direitos fundamentais dos trabalhadores. É o resultado da instigação de sentimentos racistas e xenófobos. É o resultado de uma prática política que privilegia o *diktat* em prejuízo do diálogo, que prefere o autoritarismo e esvazia os mecanismos de participação popular e cívica. É o resultado das práticas censórias que o Governo praticou e quis legitimar. É o resultado da proliferação das fichagens e ficheiros sobre os cidadãos e o secretismo que os rodeia.

A esta democracia do medo junta-se hoje uma outra pecha, uma espécie de democracia de alcova, que talvez seja a melhor forma de caracterizar esta situação de ser necessário ter uma qualquer promiscuidade com o partido no poder, com o PSD, para poder obter um lugar na Administração Pública, ou um deferimento rápido a uma qualquer pretensão. O PSD funciona já como uma espécie de União Nacional, com um poder de atracção que nada tem de ideológico ou programático. São o carreirismo, o oportunismo e o favorecimento ilícito que hoje constituem o denominador comum dos que agora se encostam ao PSD, erigido em partido de favores.

O império da cidadania tal como está configurado no projecto político subjacente à Constituição da República cede lugar ao autoritarismo e ao uniformismo imposto pelos critérios e interesses do partido no poder. No centro da vida política deixa de estar o cidadão na pluralidade das suas aspirações para passar a estar o PSD e o seu projecto de poder tendencialmente exclusivo e absoluto; deixa de estar a sociedade e a expressão plural dos interesses das diferentes camadas que a integram, para passar a estar o Governo e a sua vontade de sobrevivência e domínio; deixa de estar a política entendida como gestão dos interesses públicos e colectivos para passar a estar o autoproveito, a corrupção e a opacidade de processos e de fins.

A responsabilidade por esta situação de degradação da democracia cabe ao Governo do PSD.

Esta interpelação visa precisamente denunciar essas responsabilidades. Responsabilidades que resultam do PSD pôr em prática uma política de degradação sistemática da democracia, traduzida no crescente autoritarismo de métodos, na governamentalização da vida política, na policiação da sociedade e dos cidadãos, na limitação da liberdade de imprensa,

no cerceamento de direitos fundamentais incluindo dos trabalhadores, na ocupação abusiva e tentacular do aparelho de Estado.

Responsabilidades que resultam do PSD, com esta acção sistemática de degradação da democracia, visar espartilhar a oposição política e social, e reduzir os sistemas constitucionais de fiscalização e controlo da sua actividade, tendo em vista a sua perpetuação no poder. (...)

Analisaremos alguns dos mais significativos desses factos e processos. Analisaremos 12 factos, que constituem 12 acusações que formulamos ao Governo.

**Primeira acusação: acusamos o Governo e o PSD de governamentalização e centralização da vida política nacional e de conduzir uma violenta campanha contra os órgãos superiores do Estado que não domina,** e particularmente contra aqueles que fiscalizam ou controlam os actos do Governo e da Administração Pública, tentando limitar a sua acção e condicionar a sua independência. A teoria das forças de bloqueio, lançada contra os órgãos do Estado como o Presidente da República, a Procuradoria Geral da República e o Tribunal de Contas, é a escandalosa confissão pública daquele objectivo, da assumida conspiração contra os outros órgãos de Estado tendo em vista deixar o Governo de mãos livres para prosseguir os interesses político-partidário do PSD. (...)

**Segunda acusação: acusamos o Governo e o PSD de pretenderem subverter o sistema eleitoral,** criando artificialmente situações de maioria do PSD mesmo com quebra de votos, quer através do retalho oportunista dos círculos eleitorais, nas eleições da Assembleia da República, quer por indevidas majorações do voto para as câmaras municipais.

Quanto à campanha para o voto dos emigrantes nas eleições presidenciais, o que o PSD pretende é fazer beneficiar um seu candidato das possibilidades que tem de manipulação do aparelho consular, tanto no recenseamento como nos actos de campanha, procurando assim obter fora do estrito respeito das regras democráticas, o controlo que hoje lhe escapa do órgão Presidência da República.

**Terceira acusação: acusamos o Governo e o PSD da ocupação sistemática do aparelho de Estado por pessoal do PSD e com base em exclusivos critérios partidários,** criando o caldo de cultura onde medra o favoritismo e a corrupção.

E se há algumas excepções, é sempre ainda o interesse partidário do PSD a justificá-las e enquadrá-las. Se for preciso, o budo de lugares e sinecuras serve tanto para afilhados como para premiar defecções, esquecendo o velho exemplo de dignidade segundo o qual Roma não paga a traidores.

**Quarta acusação: acusamos o Governo de transformar os Serviços de Informações de Segurança (SIS) numa verdadeira polícia política,** ao serviço dos objectivos político-partidários do Governo e do PSD, actuando numa escalada de ilegalidades, abusos e atropelos; que vão desde as acções de vigilância sobre actividades lícitas dos cidadãos (como sejam manifestações de estudantes, trabalhadores ou agricultores) até às infiltrações, sob as mais variadas capas (incluindo de jornalistas, o que, além do mais, se pode tipificar como um crime de usurpação de funções). (...)

**Quinta acusação: acusamos o Governo de criar na prática uma Administração fechada e secretista,** hostil aos cidadãos e vedada aos jornalistas. Não posso deixar de citar aqui o excelente trabalho realizado pelo «Expresso», «O Estado dos Segredos», onde perguntas sem nenhuma carga opinativa e sobre matéria pública - como por exemplo, "qual é o Orçamento dessa Direcção Geral?" - não foram respondidas, como se se tratasse de informação estratégica e dela dependesse o bom nome do professor Cavaco Silva e de todos os ministros e directores gerais deste país de segredos.

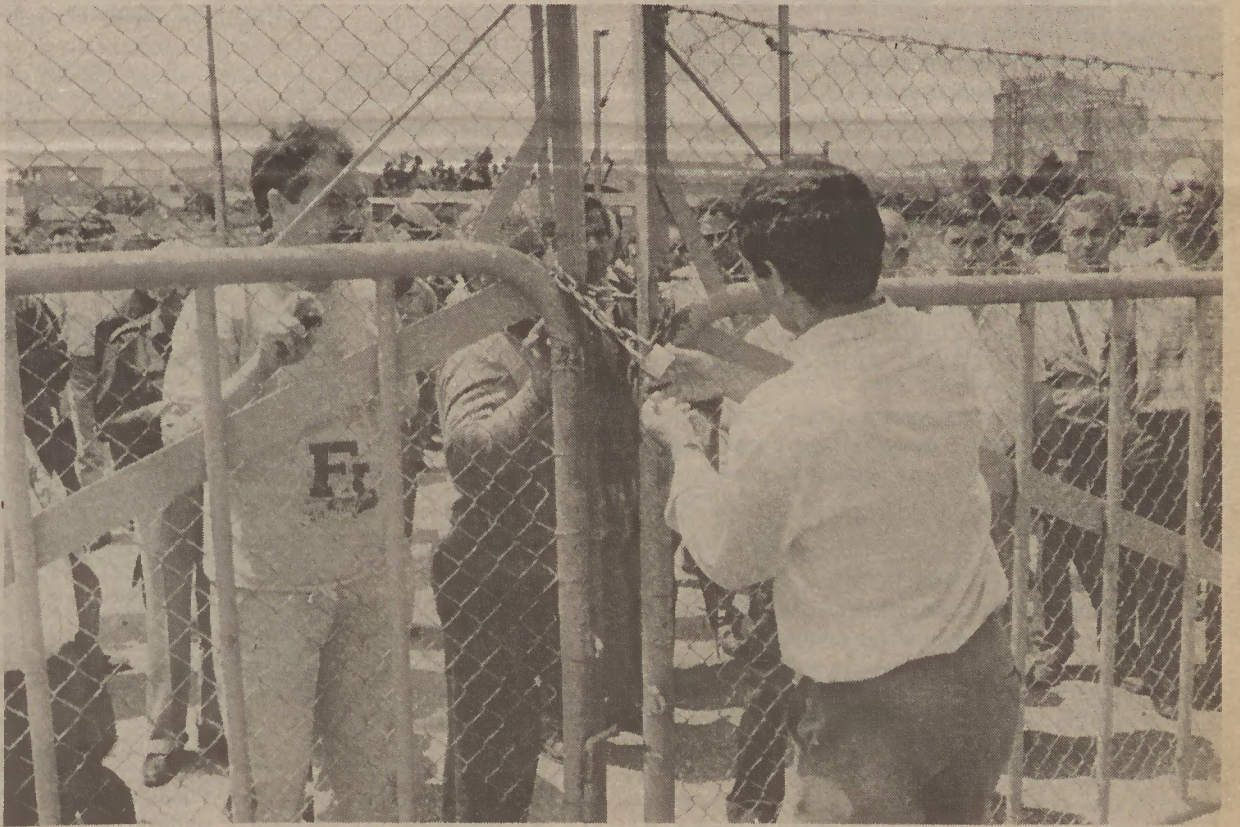
**A falta de transparência atinge o inqualificável no projecto do PSD de segredo de Estado,** não só pelo larguíssimo leque de matérias passíveis de classificação e de entidades que classificam, como pelos deveres que faz recair sobre os cidadãos e em primeira linha, porque são esses os visados, sobre os cidadãos jornalistas. Tal como está configurado, o segredo de Estado passa a ser a arma do segredo nas mãos do Governo para calar escândalos e tudo o que possa macular o *marketing* governamental de boas acções. (...)

**Sexta acusação: acusamos o Governo do propósito de cerceamento da liberdade de imprensa e de limitação da independência e das garantias dos jornalistas.**

Desde os anunciados projectos de revisão da lei de imprensa, passando pelos novos crimes e novas obrigações processuais constantes do Código Penal e Código de Processo Penal, passando por torpes processos de quase achincalhamento da profissão como foi o caso do famigerado Regulamento da Assembleia, até à composição governamentalizadora da Alta Autoridade da Comunicação Social e a extinção do Conselho de Imprensa, o jornalista e a sua liberdade tornaram-se alvos privilegiados do Governo e do PSD, alvos a atingir para limitar a sua capacidade de intervenção, de acesso às fontes, de denúncia. (...)

**Sétima acusação: acusamos o Governo de permitir e até incentivar a concentração de empresas de comunicação social,** ficando assim em risco crescente a liberdade e independência dos órgãos de comunicação social no seu conjunto face ao poder económico. (...)

As principais vítimas são os jornalistas e a liberdade de



Neste caldo de cultura, desenvolve-se uma rede de compromissos, dependências e interesses que tornam inevitável a proliferação de fenómenos de corrupção. A corrupção aparece, como na vida política italiana, não como um fenómeno conjuntural e exterior mas como um fenómeno sistémico e estrutural, resultado da crescente confusão entre o aparelho partidário do PSD e o aparelho de Estado cada vez mais ocupado partidariamente.

imprensa, aqueles cada vez mais com vínculos precários e sem alternativas num mercado quase em oligopólio, esta cada vez mais vítima das chantagens, discriminações e prepotências desses senhores dos impérios dos *media*.

**Oitava acusação: acusamos o Governo da crescente policiação da sociedade e dos cidadãos, incluindo através da proliferação de ficheiros informáticos poli-**





## Interpelação do PCP ao Governo

É o que mostra, por exemplo, o recente caso da chamada lei anticorrupção, e a tentativa de subtrair do controlo da Procuradoria Geral da República e entregar a uma polícia funções de processo criminal que não lhe cabem.

Mas o mais grave é a proliferação sem qualquer controlo de paisanos e infiltrados, de ficheiros e indêbitas interconexões informáticas, de abusivas ligações dos Serviços de Informações ao exercício de funções de polícia. O submundo policial, tal como o Governo o desenvolve e dele se aproveita, tem os contornos de um Big Brother, que ameaça tanto a transparência da vida democrática como os direitos fundamentais dos cidadãos.

**Nona acusação:** acusamos o Governo e o PSD de responsabilidades no crescimento de sentimentos de racismo e xenofobia na sociedade portuguesa.

É perfeitamente lamentável e indigno o que se tem vindo a passar neste campo. Pressionado pela sua pressa de aparecer como um fiel amigo dos países da Europa que resolveram fechar as portas à imigração, particularmente da Alemanha e agora da França, o Governo promoveu legislação que restringe o direito de asilo e dificulta a entrada de estrangeiros e facilita a sua expulsão, ao mesmo tempo que toma medidas administrativas que fazem das comunidades de imigrantes, particularmente dos africanos de língua portuguesa, alvos de sentimentos de desconfiança e de "ghetização". (...)

**Décima acusação:** acusamos o Governo de tentar esvaziar de conteúdo o direito de greve, com definição de serviços mínimos, por iniciativa das empresas públicas que tutela, que correspondem na prática à totalidade da actividade da empresa. O caso da TAP é exemplar. Os serviços mínimos decretados correspondiam a 100% dos voos para as ilhas, para a Holanda e para o Luxemburgo, a 75% dos voos para a Suíça, Reino Unido e Alemanha e a 70% dos voos para França! (...)

**Décima primeira acusação:** acusamos o Governo de provocar uma prática de negação do direito de acção sindical, particularmente dentro da empresa. Responsáveis principais são a proliferação das formas de trabalho precário, que provocam a dependência do trabalhador; o clima de repressão e medo e a impunidade com que as autoridades permitem os comportamentos lesivos do direito de acção sindical.

**Décima segunda acusação:** acusamos o Governo de persistir na militarização de significativos segmentos das instituições públicas, como ainda recentemente se passou com a GNR e Guarda Fiscal, que, segundo o relato da reunião do Conselho de Ministros, vêm confirmadas a natureza de corpos militares e a aplicação do estatuto da condição militar, situação claramente incompatível com a sua natureza de forças de segurança e com o tipo de missões que exercem.

Esta militarização (que se chegou a pretender estender aos sapadores bombeiros!), corresponde a uma certa óptica sobre o exercício de funções policiais. É a óptica que privilegia a repressão ao diálogo, que considera que a desejável aproximação das instituições policiais e dos seus membros à sociedade e aos cidadãos constitui uma "perigosa promiscuidade". É a óptica da força policial ao serviço do poder e não da população, enquistada, constituída por polícias sem sentimentos e que de preferência obedecem em vez de pensarem.

Felizmente para a democracia portuguesa, são cada vez maiores os sinais de que essa óptica não tem futuro. As recentes eleições para os órgãos superiores da PSP onde existe representação das associações socioprofissionais constitui uma estrondosa derrota dos propósitos repressivos do Ministro da Administração Interna. Seja o Ministro capaz de perceber, de ter a hombridade de acabar com os vergonhosos processos políticos que mandou instaurar contra dirigentes de uma associação socioprofissional pelo uso dos seus direitos e liberdades. (...)

Estes doze factos acusatórios evidentemente que não esgotam os casos de autoritarismo, de ilegalidades e de práticas antidemocráticas do Governo. Não abarcam, por exemplo, práticas censórias, como as de que foi vítima o José Saramago; ou a morosidade dos tribunais, que na prática nega o direito dos cidadãos à justiça.

Mas, os doze factos acusatórios, no seu conjunto, mostram como efectivamente a democracia se degrada e como sobre o regime democrático se desenham mais ameaças. A par da degradação dos serviços públicos de saúde, segurança social, educação e habitação; ou da ausência de uma política de ambiente; ou de agravamento da crise económica, da progressiva destruição da agricultura, e do processo de desindustrialização, a própria democracia política e o regime de liberdades e direitos dos cidadãos estão em situação de erosão continuada, num processo em que o cariz autoritário do Governo e do PSD emerge cada vez com mais clareza. A democracia política e as liberdades não se tomam por metade, nem se partilham com outros fins do Estado. Têm um valor intrínseco, que a política governamental nega quotidianamente. (...)

Da nossa parte, com esta interpelação questionamos, criticamos e combatemos essa política do Governo.

Apresentamos propostas concretas com esse objectivo. Anuncio agora uma proposta. Face ao que se tem vindo a passar com o SIS, face à ausência de resposta dos responsáveis, anunciamos que o PCP propõe a realização de um inquérito parlamentar à actuação do Serviço de Informações de Segurança, designadamente contra estudantes, agricultores e sindicalistas, e violação da Constituição e da Lei. (...)



## A CGTP-IN e a CES ■ Marco Aurélio

O pedido de filiação da CGTP-IN na CES (Confederação Europeia dos Sindicatos) foi tomado no pressuposto de que o ingresso da grande central sindical dos trabalhadores portugueses seria um importante contributo para a unidade e a combatividade dos trabalhadores e do movimento sindical europeus. Há no entanto forças para quem, ao que parece, isto é coisa pouco importante.

Notícias recentemente vindas a público em vários órgãos de comunicação social davam-nos conta de que a CES tinha adiado *sine die* a apreciação do pedido de filiação da CGTP-IN, agendada para o mês de Junho.

Ainda a fazer fé nas mesmas notícias, as razões invocadas (há mesmo quem considere a causa única) radicar-se-iam no desagrado que teriam causado nas cúpulas da CES o "afastamento" de José Luís Judas (apontado pelas mesmas fontes como "interlocutor privilegiado" da CES e "garante" de um "projecto modernista" para o movimento sindical português) e as orientações saídas do VII Congresso, consideradas pouco "europeístas".

Tal decisão, a confirmarem-se os pressupostos, suscita duas observações.

A primeira é que a CES dá mostras de não ter superado uma linha tradicional de discriminações, exclusões e divisões do movimento sindical europeu, o que tendo sido sempre grave e causado enormes prejuízos à luta dos trabalhadores, é-o muito mais numa altura em que por toda a Europa os trabalhadores enfrentam graves problemas socioeconómicos e o patronato e os seus "governos europeístas" põem em causa direitos fundamentais conquistados com muita luta.

A segunda observação é que - a confirmarem-se os alegados pressupostos - a decisão da CES funcionaria como uma forma de pressão e intromissão inadmissível na vida interna de uma central nacional que tem o direito soberano de decidir das suas orientações e de ter os dirigentes que considere dever ter.

O atraso na filiação da CGTP-IN não pode deixar de prejudicar o movimento sindical europeu. A CGTP-IN, com as características essenciais que marcam o seu papel na sociedade, é a grande central dos trabalhadores portugueses. Pode haver (e há) quem não goste deste facto, mas esta é a realidade, que não está nas suas mãos alterar.

O VII Congresso, para quem objectivamente e despreconceituadamente se queira debruçar sobre esse importante acontecimento na vida nacional, foi um exemplo da vitalidade do movimento sindical unitário, do sentido de responsabilidade de quantos sinceramente abraçaram o seu projecto e a sua luta e demonstrou quanto eram ilusórios e precipitados certos projectos, alimentados no plano interno e externo, quanto à descaracterização da CGTP-IN.

Se essas forças sobrestimaram o papel dos "interlocutores privilegiados", esse é um problema seu. Mas reflectir sobre tudo isto e extrair as devidas conclusões, é um dever de todos os sindicalistas e trabalhadores empenhados em defender a sua organização de classe para fazer frente à política de direita, à intensificação da exploração, para lutar pelo progresso social.

No decurso da preparação e realização do VII Congresso da CGTP-IN (tendo por pano de fundo o chamado "caso Judas") foi montada uma poderosa operação mediática com o objectivo de condicionar e influenciar as decisões do Congresso. Talvez em momento algum tenha sido dedicado tanto espaço nos *media* aos "problemas" sindicais, fazendo perdurar os ecos do Congresso muito para além da sua realização temporal.

Entretanto o chamado "caso Judas" só faz sentido se se tiver em conta que aquilo que deveria ser um mero problema interno da Central Sindical, encobria - aberta ou encapotadamente - uma longa e acesa discussão sobre a natureza e a profundidade dos problemas que enfrenta o movimento sindical na actualidade,

de, os caminhos a percorrer para os ultrapassar e, de forma muito particular a discussão sobre a natureza e o papel do movimento sindical na sociedade.

Se o chamado "caso José Luís Judas" polarizou as atenções em termos informativos não foi obviamente por esses meios terçarem armas por uma CGTP-IN mais forte, mais actuante, mais unida, mas porque JL Judas, se lhes apresentara como o rosto (e o instrumento) de uma "plataforma" unificadora de quantos jogavam a cartada da descaracterização da CGTP-IN.

As esperanças depositadas em José Luís Judas para se alcançar a descaracterização da CGTP-IN vêm de longa data.

Em 1982, num relatório um tanto ou quanto insólito do Conselho de Ministros, a propósito da greve geral de 12 de Fevereiro (em relação à qual o Governo concluiu ter sido uma grande derrota do PCP) tecem-se algumas esperanças acerca da evolução (segundo a sua óptica, obviamente) da CGTP e de José Luís Judas, "um dirigente que - no dizer do relatório - nunca será um Walesa, mas é óbvio que já não quer ser George Séguy" (1). Estávamos em 1982 e como se vê já então havia quem se interessasse pela evolução da pessoa e, na altura, ainda José Luís Judas não havia dito "que se vivesse na Polónia seria do Solidariedade" (2).

As esperanças depositadas no papel que J. Luís Judas poderia desempenhar na "modernização" da CGTP-IN (entenda-se na sua descaracterização) ajuda-nos a compreender os lamentos de um comentador de serviço às "coisas" sindicais, ao dizer que "a marginalização de José Luís Judas deitou a perder um trabalho de oito anos" e que o seu afastamento era visto (na Europa), "como um retrocesso no lento, mas seguro processo de abertura e europeização da Central" (3).

Lento, mas seguro? Manifestamente um exagero por parte de quem conhece mal a realidade sindical portuguesa, mas de qualquer modo palavras a reter porque elas exprimem a confiança que depositavam nas alterações a introduzir na CGTP-IN, tanto mais que o articulista mais não fez do que exprimir uma convicção adquirida por muita outra gente.

A 13 de Fevereiro de 1992, o sr. Torres Couto enviava a todas as organizações filiadas na CES um SOS no qual, depois de informar que "tem procurado manter e aprofundar um diálogo positivo com a CGTP-IN, e particularmente com a sua tendência reformadora dirigida por José Luís Judas", mostra-se preocupado com o facto dos "ortodoxos" não desarmarem pelo que, na sua opinião "é indispensável um processo prudente na adesão da CGTP-IN à CES". Qualquer precipitação no processo de adesão, advertia T. Couto, "pode facilitar os ataques aos reformadores da CGTP-IN e a sua respectiva substituição".

Imaginando-se um grande estratega, tomando os desejos por realidade, ignorando a dimensão da sua estatura, T. Couto conclui a sua missiva informando as suas congéneres que a UGT vai "continuar empenhada em contribuir para o "aggiornamento" da CGTP".

Não é preciso ser-se adivinho para, baseados na experiência da prática sindical da UGT e dos seus enfeudamentos ao grande patronato e ao Governo Cavaco Silva, imaginar no que se tornaria a CGTP-IN "aggiornada" pela UGT.

Felizmente, para bem do movimento sindical português e da luta dos trabalhadores essa possibilidade não passa de uma miragem do sr. Torres Couto e que a CGTP-IN vai continuar a ser a grande central dos trabalhadores portugueses, uma central combativa, profundamente ligada às massas e solidária com a luta dos trabalhadores de todo o mundo.

(1) S. Séguy foi destado dirigente do PCF e da CGT Francesa

(2) Entrevista ao «Expresso», 29/9/89

(3) José Pedro Castanheira, in IGOMETALL, 26/4/93



EM FOCO

# Resolução aprovada em Assembleia-Geral União Europeia Ocidental exige embargo à Indonésia

A Assembleia-Geral da UEO - União Europeia Ocidental - aprovou na semana passada uma resolução onde se exige ao Governo indonésio que «cesse toda a violência e toda a violação das normas internacionais, garantindo o respeito pelos direitos humanos e o direito dos povos à autodeterminação e à independência e a libertação dos prisioneiros políticos». A importante resolução foi aprovada por unanimidade por todos os países membros da UEO, e o primeiro orador em defesa do projecto, apresentado em nome da Comissão Política pelo português Pedro Roseta foi, significativamente, o britânico e vice-presidente da UEO, Lord Finsbeg, tendo o texto final sido enviado ao embaixador indonésio em Paris.

A importância política desta resolução ultrapassa a simples condenação dos actos indonésios. Na realidade, a Assembleia-Geral da UEO exige aos estados membros (alguns dos quais mantêm relações de cooperação com o

regime de Suharto) o embargo imediato de armas com destino à Indonésia e mesmo «a suspensão imediata de acordos e de ajuda económica e militar» com aquele país. O texto recomenda ainda o encorajamento de Portugal e da Indonésia para iniciar o diálogo com o povo de Timor-Leste com vista ao encontro de uma solução aceitável.

A resolução exige a retirada das forças armadas indonésias de território timorense e a criação das condições políticas necessárias para o livre exercício da autodeterminação do povo maubere. Por outro lado, exige-se a Jacarta que permita às organizações de ajuda internacional e de defesa dos direitos do homem, assim como às missões das Nações Unidas, o exercício das suas actividades humanitárias em Timor-Leste e a avaliação da situação no que diz respeito à violação dos direitos humanos.

O projecto de recomendação aprovado pela Assembleia-Geral da UEO começa por relembrar uma resolução

anterior aprovada em Dezembro de 1991, na sequência do massacre do cemitério de Santa Cruz e recorda a recente condenação indonésia de Xanana Gusmão, líder da resistência timorense, por «rebelião», «secessionismos» e «posse ilegal de armas», bem como as prisões arbitrárias de muitos outros timorenses.

Lembrando que a anexação de Timor-Leste pela Indonésia nunca foi reconhecida pela ONU, a resolução considera que a comunidade internacional deve tomar novas medidas com vista a criar condições que permitam ao povo maubere o exercício do seu direito à autodeterminação e independência, «direito que lhe é reconhecido pela Carta das Nações Unidas e pelas resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral desta organização», assim como «pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e pelo Parlamento Europeu».

## Miguel Urbano Rodrigues na UEO Um importante acto de solidariedade com Timor-Leste

O deputado comunista, Miguel Urbano Rodrigues, apresentou na Assembleia-Geral da UEO (União Europeia Ocidental) uma intervenção onde relembra a actual situação vivida em Timor-Leste, o papel da Indonésia e de outros países da Comunidade Internacional. Miguel Urbano defenderia a adopção pela Assembleia da UEO da recomendação apresentada sobre Timor-Leste e que reflecte a posição portuguesa sobre o assunto. O texto lido por Miguel Urbano Rodrigues era o seguinte:

O projecto de resolução sobre Timor-Leste expressa o que sobre o tema pensam os membros da delegação portuguesa na Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental.

A UEO, atenta às violações dos direitos humanos e defensora do direito dos povos à autodeterminação, não pode permanecer indiferente ao continuado e desafiador desrespeito por ambos em Timor-Leste. A Indonésia, que invadiu o território em 1975 e depois procedeu à sua anexação, praticou ali uma política de genocídio (massacrando mais de um quarto da população) e recusa-se a cumprir Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O julgamento do dirigente da resistência timorense, Xanana Gusmão, preso em Novembro do ano passado, foi uma farsa jurídica, denunciada como tal a nível internacional. A sentença que o condenou a prisão perpétua foi o desfecho amoralíssimo de um processo ilegítimo com que o acusado foi privado dos meios mais elementares de defesa.

Não há também informações a respeito da situação de Ma Huno, o patriota timorense que dirigia a Resistência quando foi preso a 3 de Abril. Desde então as autoridades indonésias mantêm-no em regime de rigorosa incomunicabilidade. Ignora-se inclusive o seu paradeiro.



Crime Indonésio em Timor

### Contradições

A contradição entre as palavras e os actos dos governantes indonésios assume aspectos chocantes. O presidente da república indonésia, general Suharto, apresenta o seu país como campeão na luta pelas liberdades e direitos dos povos. No discurso de encerramento que pronunciou em Jacarta, na Cimeira dos Não Alinhados, condenou, cito, «o domínio do forte sobre o fraco, do rico sobre o pobre». Foi também categórico na sua condenação das atrocidades cometidas na Bósnia e das graves violações dos direitos humanos que ali atingem as populações. Afirmou então que os Estados poderosos devem respeitar os vizinhos débeis e aproveitou a oportunidade para reafirmar o seu apoio à luta do povo palestino cito «pelo seu

direito inalienável à autodeterminação e à independência».

De Timor-Leste não disse uma palavra.

Os factos confirmam, assim, estarmos perante uma contradição frontal entre os princípios, aliás justíssimos, que o general Suharto proclamou na Conferência dos Não Alinhados e uma prática que os nega.

Assim o entendeu a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas que na sua última sessão, em Genebra, aprovou por ampla maioria uma resolução que denunciou com firmeza a situação de desrespeito pelos direitos humanos existente em Timor-Leste, alertando a comunidade internacional para a recusa da Indonésia em permitir o acesso dos relatores especiais da ONU àquele território.

Cumplicidades amorais de alguns governos ocidentais, designadamente o dos EUA (que reconhece a anexação de Timor-Leste como facto consumado) tem, entretanto, facultado ao governo da Indonésia uma margem de manobra tal que Jacarta foi recentemente escolhida — ironia grotesca — para sede de uma Conferência Internacional Sobre Direitos do Homem.

### Insensibilidade internacional

Encorajada por uma atitude de certa insensibilidade internacional perante o sofrimento do povo de Timor-Leste (onde o corte de orelhas é uma punição policial comum) a ditadura indonésia exhibe já a sua arrogância na

própria Europa através de comportamentos inadmissíveis. Cito apenas um exemplo: ao visitar Paris em Novembro, o general Suharto ofereceu na capital francesa uma demonstração prática do seu conceito de democracia e de respeito pelas liberdades. Elementos da polícia secreta indonésia, ao encontrarem numa das cerimónias oficiais trabalhadores imigrantes portugueses e timorenses que protestavam contra a anexação de Timor-Leste e as últimas violências ali cometidas, retiraram faixas e cartazes das mãos dos manifestantes e agrediram mesmo alguns. Jacarta nem sequer respeitou em Paris a soberania francesa.

A aprovação pela nossa Assembleia do projecto de recomendação sobre Timor-Leste será um importante acto de solidariedade da UEO a um povo vítima de monstruosos actos de violência por parte do Estado indonésio, um povo que luta há 18 anos pelo seu inalienável direito à autodeterminação e independência que lhe é reconhecido expressamente por Resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

## Sérgio Ribeiro no Encontro PE/AIPO Embaixador indonésio diz que se Xanana fosse comunista estaria morto

O deputado comunista Sérgio Ribeiro fez uma intervenção no 9º Encontro Parlamentar PE/AIPO (Organização Inter-Parlamentar dos Países ANASE), terça-feira, onde a dado passo refere a situação vivida em Timor-Leste onde afirma que as relações entre a Comunidade Europeia e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANASE) «estão lamentavelmente inquinadas pelo comportamento da Indonésia relativamente a Timor-Leste».

Mais adiante Sérgio Ribeiro diria:

«É questão de direitos humanos, de desrespeito de direito internacional, de recusa a um povo do exercício do direito a autodeterminar-se pelo qual luta há décadas e sacrifica os melhores dos seus filhos».

«As posições do PE têm sido claras, e não podemos aceitar que sejam tratadas com menosprezo, para não dizer desprezo, pelas autoridades e pela diplomacia indonésias», referiu.

«Estamos numa reunião entre parlamentares. Política. No lugar próprio para colocar, sem ambiguidades, esta questão. Porque se trata de questão política. Porque o próprio presidente do Parlamento Europeu o afirma, ao considerar ser esta delegação o único órgão do Parlamento Europeu encarregado das relações com os países membros da ANASE».

A seguir:

«Lamento ter tido de levantar a questão, e recuso manobras de diversão de atribuição de responsabilidades históricas como alibi para homologação de desrespeito pelo direito internacional, de recusa do exercício da autodeterminação, de crimes contra os direitos humanos. E repudio, com veemência, como deputado europeu e como comunista, uma concepção de direitos humanos que o senhor embaixador da Indonésia traduziu na reunião de preparação que antecedeu esta, ao afirmar que se Xanana Gusmão fosse comunista não teria sido preso e julgado mas logo abatido».

«Mas, sobretudo, faço esta intervenção como uma contribuição para que não se esqueça, neste lugar, a existência e a resistência de um povo».

«E denuncio o caricato que representa a inclusão, à última hora, depois da reunião de há duas semanas, na delegação parlamentar indonésia, de dois nomes que, por portugueses, devem ser ex-timorenses, talvez assim se procurando uma legitimidade onomástica que essa resistência, a resistência desse povo, não consente».

«Deste encontro espero que algo saia que, reforçando a relevância da cooperação CE/ANASE, contribua para a solução do que entrava o seu progresso, uma questão política, uma questão de direitos humanos, uma questão do direito internacional», concluiu o deputado.



EM FOCO

# A Somália e a Bósnia enervaram a UEO

■ Miguel Urbano Rodrigues

Três debates de urgência – Timor Leste, Bósnia e Somália – imprimiram, em Junho, à sessão da Assembleia Parlamentar da UEO, características inéditas. A situação de desordem em que o mundo vive contribuiu para que no plenário fossem ditas coisas incomuns. A atmosfera foi tão diferente da habitual que até a Comunicação Social, excepcionalmente, se interessou pelos debates.

Um relatório sobre a Política Europeia de Segurança, apresentado pelo britânico Jim Marshall provocou o primeiro choque. Aquele deputado do Labour fez uma análise honesta das relações (?) entre a NATO e a UEO. Lembrou que «o contrato transatlântico, base das tradicionais relações entre a Europa Ocidental e os EUA, implicava para a Europa o reconhecimento da supremacia dos EUA». Marshall não acredita na complementaridade NATO-UEO. Sem papas na língua, disse em Paris, ser «muito difícil saber até que ponto os EUA e alguns países europeus membros da NATO permitirão a esse pilar europeu (a UEO) ser algo mais do que um simples anexo da NATO e obter alguma forma de independência.»

A franqueza de Jim Marshall permitiu-me, no comentário ao seu relatório, sublinhar que os EUA continuam a tratar a Europa como um protectorado, mas que a alternativa à hegemonia da NATO não deve ser o crescimento da UEO e do seu papel operacional.

O relatório Marshall, que desagradou à maioria dos seus compatriotas, deu-me também a oportunidade de criticar os excessos e as perversões da integração europeia. Afirmei, nomeadamente, que «a política externa e de segurança comum definida pelo Tratado de Maastricht está destinada, pelos perigos e efeitos nocivos da supranacionalidade, a um malogro histórico.»

## Bósnia em causa

A Bósnia foi tema de outro debate que chamou a atenção dos jornalistas. O relator – o ex-ministro francês Jacques Baumel – havia preparado um projecto de relatório e de recomendação que não passou na Comissão Política. Era tão belicista e intervencionista que teve de ser reescrito. Baumel redigiu uma segunda versão, mais discreta, na esperança de que o texto fosse aprovado por unanimidade no plenário. A Comissão deu-lhe sinal verde. Baumel pretende que a UEO se empenhe no reforço das sanções económicas e do bloqueio que atingem a Sérvia e o Montenegro, e estude o envio de tropas operacionais dos seus países membros para a Macedónia.

Quando o projecto foi debatido no plenário eu era o único deputado comunista presente. Votei naturalmente contra, estragando a festa ao impedir a unanimidade, pois não houve sequer uma abstenção...

Salientei na minha intervenção que não será por caminhos que podem levar ao alastramento da guerra que chegaremos à paz na Bósnia e à normalização da situação no espaço da antiga Jugoslávia. «A nova desordem mundial –

lembrei – comprova, dia após dia, que as Nações Unidas não estão a cumprir o seu papel. Desviaram-se da sua vocação de instituição universal ao serviço da paz e do entendimento entre os homens. O ONU tornou-se um instrumento de políticas de Poder. A Humanidade precisa, urgentemente, de reconstruir as Nações Unidas de alto a baixo, restituindo-as à sua vocação humanista.»

## Um plenário vazio

O debate sobre a Somália teve antecedentes que passaram despercebidos ao plenário. Não estava previsto. O pedido de discussão urgente foi apresentado à última hora por um deputado belga, De Decker. Falei com ele quando tratava de reunir as assinaturas indispensáveis (10) para que a Assembleia apreciasse a iniciativa. O preâmbulo sublinhava que «a operação conduzida pela ONU na Somália está a caminho de degenerar de uma maneira que se arrisca a atingir a autoridade da ONU». A recomendação ao Conselho de Ministros sugeria uma reunião urgente «para coordenar os esforços dos países membros a fim de conseguir que a acção empreendida na Somália respeite os princípios que governam a acção das Nações Unidas.»

Conheço o deputado De Decker. É um liberal com posições fortemente críticas no tocante aos atlantistas e à política imperial dos EUA.

O pedido de urgência foi aprovado pela Assembleia. Mas De Decker não estava presente no plenário – teve de se ausentar de Paris – quando se realizou o debate, agendado para uma hora péssima, no final de uma sessão, antes de um jantar na Torre Eiffel. A Comissão Política designou então para o substituir como relator o deputado espanhol Luis Puig. A escolha deixou logo transparecer que a Comissão Política se sentia incomodada.

Houve apenas duas inscrições para o debate: a do deputado italiano Ferrarini, do PDS, e a minha.

Depois de afirmar que «o povo somali é uma única tribo», o deputado Puig imprimiu ao relatório uma orientação que não expressou o espírito da proposta de Decker que motivara o debate. Apesar de cosignatário do pedido de urgência, o relator quase justificou a situação criada na Somália pelas acções repressivas da responsabilidade dos EUA.

Lamentei que o hemiciclo estivesse quase vazio (apenas 12 deputados, incluindo o presidente) num debate sobre tema tão importante. Era mau para a imagem da UEO.

E, ao terminar, declarei que votaria a favor do projecto de recomendação, mas que registava o facto de o relator se ter afastado do espírito do texto de Decker.

Ocorreu então uma situação que foi muito comentada



## Bombas substituem arroz

Publicamos a seguir passagens da intervenção proferida na Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental pelo camarada Miguel Urbano Rodrigues durante o debate de urgência sobre a «Situação na Somália».

«A Operação intitulada «Restaurar a Esperança», iniciada com um *show* mediático inédito no género, não atingiu os objectivos humanitários invocados para a justificar. Os acontecimentos dos últimos dias tornam mais transparentes situações que comprometem a autoridade e o prestígio das Nações Unidas. Lamentavelmente, forças armadas de quatro países membros da UEO aparecem envolvidas na Operação ONUSOM II, que assume a cada dia os contornos de uma aventura irresponsável e, o que é mais grave, criminoso.»

Na Somália as bombas substituíram o arroz. Forças militares que desembarcaram afirmando-se investidas de uma missão humanitária e empenhadas, em nome da civilização, em criar no país uma atmosfera de reconciliação e uma paz duradoura, assumem atitudes inimagináveis à luz do direito internacional. Hoje actuam ostensivamente como instrumento de uma política que generaliza a violência irracional.

A Somália torna-se palco de um espectáculo de represálias sangrentas que lembram episódios da Guerra dos Trinta Anos. A confusão é ali tamanha que não é já possível saber o que é da responsabilidade da ONU, e o que resulta de decisões unilaterais do comando dos capacetes azuis e do governo dos Estados Unidos.

Os bombardeamentos da Força Aérea norte-americana e as acções repressivas de vindicta das tropas paquistanesas ferem a consciência da humanidade democrática. Os factos demonstram que uma força criada para restabelecer e defender a paz, sugada pelo movimento de uma engrenagem própria de uma tragédia grega, se transformou na prática em força de morte. As dúvidas do ministro Klaus Kinkel sobre a permanência das tropas alemãs implicam um convite à reflexão.»

(...) «O massacre dos manifestantes

somalis pelos capacetes azuis paquistaneses, que pretendiam vingar a morte dos seus companheiros, ficará na história como episódio repugnante (...) Direi o mesmo dos bombardeamentos americanos. São moralmente ainda mais graves, porque os EUA são uma grande nação civilizada e democrática. É difícil compreender como pôde o presidente Clinton saudar com entusiasmo os bombardeamentos de Mogadíscio, afirmando sentir orgulho «pela coragem e pelo talento» – as palavras são dele – dos militares norte-americanos que participaram nesses *raids* de consequências dramáticas. Não é verdade, o mundo não lhe agradece esse tipo de façanhas. Falando como o fez, ofendeu uma grande parte da humanidade e do seu próprio povo.»

(...) «A tragédia somaliana é uma fonte inesgotável de lições importantes para todos aqueles que, na UEO e fora da nossa Organização, procuram soluções para outra tragédia contemporânea – a que se desenvolve no espaço geográfico da ex-Jugoslávia.»

A Somália ensina-nos, pelo menos, aquilo que se não deve fazer (...). Nas ruas da capital somali, uma parcela considerável da população começa a amaldiçoar as tropas das Nações Unidas, americanas e europeias, os brancos em geral, e também soldados do Terceiro Mundo desembarcados no Corno de África para matar civis africanos.

O balanço provisório da luta contra a fome e a miséria, bandeira oficial da Operação «Restaurar a Esperança», foi apresentado em Dezembro como teste da nova Ordem Internacional. Entretanto, emerge como capítulo sangrento da nova desordem internacional.

É inquietante – repito – que tropas de quatro países membros da UEO estejam envolvidas numa Operação tão humilhante para a consciência das nações ditas civilizadas e democráticas.»

nos corredores. Tanto o relator como o presidente da Comissão Política sentiram-se no dever de me dirigir críticas. Puig fez o elogio entusiástico da Operação «Restaurar a Esperança», justificou a repressão e acrescentou que «a parte legítima do poder político somali era (...) favorável a essa acção». A terminar, acusou-me de utilizar «fórmulas antiamericanas absolutamente ultrapassadas».

Senti-me reconfortado pelas felicitações que recebi mais tarde de funcionários da UEO e de deputados que tomaram conhecimento do que se passara no debate sobre a Somália num hemiciclo praticamente vazio.

## A UEO essa desconhecida

Muita gente em Portugal desconhece a existência da União da Europa Ocidental – UEO – organização voltada para os problemas de segurança continental.

Não sem ironia, já lhe chamaram a NATO da Europa. O Tratado de Maastricht foi mais modesto ao defini-la como o pilar europeu da NATO.

Na realidade, a UEO, criada em 1948, reformada em 1954 pelo Tratado de Bruxelas Modificado (Portugal só se tornou membro em 1990), continua a ser mais uma ambição do que uma realidade. Para ser um pilar da NATO, ou, como alguns pretendem, uma alternativa à NATO, precisaria antes de mais de uma estrutura militar própria.

Debates como os travados na última Assembleia Parlamentar da organização confirmam que muita gente na UEO sonha agora com um papel operacional para «o pilar europeu».

A meta não parece fácil. Na própria casa da UEO aumenta a confusão. Em Paris chegou ao plenário para votação, e só foi retirada à última hora, uma moção na qual a Assembleia era convidada a desaprovar o XXXVIII Relatório do seu próprio Conselho, constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos nove países da organização.

A Assembleia sente-se esquecida e desprezada pelo Conselho.



# Promessas de Verão

São hábitos adquiridos. A lembrança, agora que começa o Verão, do bocado que ficará melhor guardado, lá mais para o fim da época estival. Na Atalaia, em Setembro. Um país que se espelha na decoração escolhida, na gastronomia oferecida, no artesanato que se expõe. Cinco ideias aqui se mostram. Promessas para a Festa.

## Évora

Aglomerado urbano tipicamente alentejano  
 Ensopado de borrego, vinhos e bagaceiras do Redondo, Reguengos e Borba  
 Bifanas, entrecosto ou passarinhos fritos  
 Barros, chocalhos, cutelaria e madeiras do Redondo, São Pedro do Corval, Estremoz, Viana do Alentejo e Alandroal  
 Queijos de ovelha  
 Mel  
 Bolos regionais

## Portalegre

Reprodução de ruas e praças tipicamente alentejanas  
 Ensopado de borrego  
 Peles, couros, feltros bordados, barros e outra olaria, capotes alentejanos, vimes  
 Artesanato de Terrugem, Elvas, Monforte, Nisa ou Santa Eulália  
 Enchidos  
 Queijos  
 Vinhos da Serra de São Mamede e da Adega Cooperativa de Portalegre

## Viseu

Varanda beirã com a reprodução de uma casa em granito  
 Artesanato da região  
 Restaurante «Pátio Beirão»  
 Vinhos do Dão, Terras do Douro e Lafões  
 Sopa de cebola, vitelinha à tia Lurdes, entrecosto à beirão  
 Broa  
 Folar de Vouzela

## Braga

Reprodução da Pousada de Santa Maria (Guimarães) e de fachadas de prédios da Praça de Oliveira  
 Bacalhau frito, broa caseira, feijoada minhota, arroz malandro, caldo verde  
 Chouriços, morcela, chispe  
 Vinho verde  
 Barros, cantarinhas dos namorados, mantas, cestas, chapéus de palha, linhos  
 Artesanato de Barcelos, Guimarães, Vicira do Minho (dos artesãos da zona montanhosa)  
 Ainda de Braga, Fafe e São Torcato  
 Feijão com tripa, morcela e pernil  
 Lombo ou cabrito assado

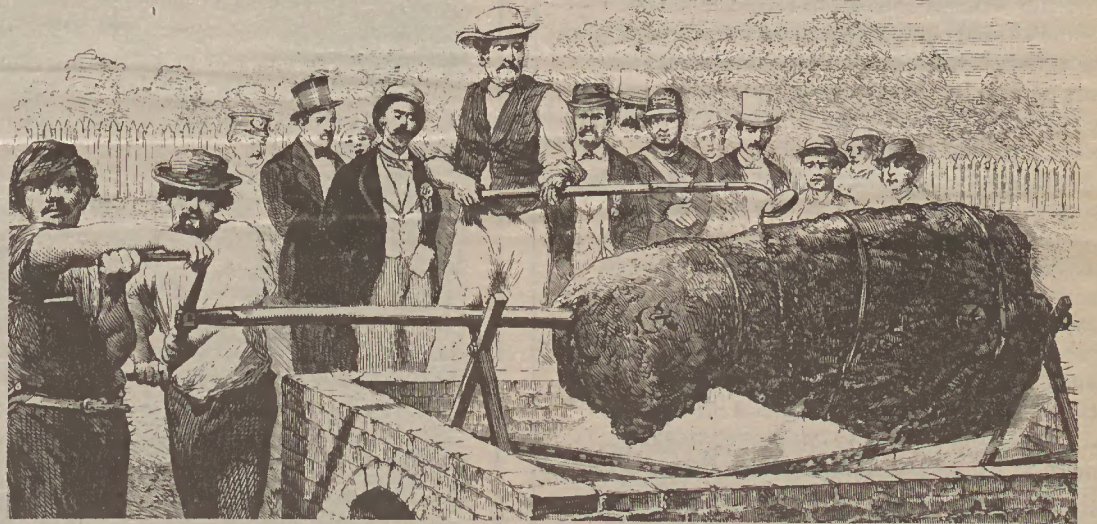
## Guarda

Fabrico e venda de cestos regionais no local  
 Taberna com feijoada, enchidos, salada de bacalhau, orelha de vinagrete  
 Vinhos de Pinhel, Figueiró e Meda  
 Quejo da Serra  
 Presuntos

# FESTA 1993

Avante!

... eu soube que precisam de pedreiros, carpinteiros, electricistas, serralheiros, pintores... por isso viemos para as jornadas de trabalho deste fim-de-semana.



## «Avante!» com a venda antecipada da EP!

SECTORES	0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	110%	120%	130%
AÇORES	█												
AVEIRO	█	█											
BEJA	█	█	█										
BRAGA	█	█	█	█									
BRAGANÇA	█	█	█	█	█								
COIMBRA	█	█	█	█	█	█							
CASTELO BRANCO	█	█	█	█	█	█	█						
ÉVORA	█	█	█	█	█	█	█	█					
FARO	█	█	█	█	█	█	█	█	█				
GUARDA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█			
LEIRIA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█		
LISBOA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	
MADEIRA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
PORTALEGRE	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
PORTO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SANTARÉM	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
SETÚBAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
VIANA DO CASTELO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
VILA REAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
UIXEU	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
EMIGRAÇÃO	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
MULHERES	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
JCP	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
CÉLULA FESTA	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
S. SINDICAL	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
«O MILITANTE»	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█
PIONEIROS	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█	█

Pela primeira vez este ano, apresentamos um gráfico com a evolução de vendas antecipadas de EP's - Entradas Permanentes na Festa! - registadas até ao momento pelas diversas organizações do PCP, com as percentagens já alcançadas em relação aos objectivos que cada uma delas se propôs cumprir, antes do início da edição deste ano desta importante iniciativa dos comunistas.

De Norte a Sul do país, passando pelas Regiões Autónomas da Madeira e Açores, pretende-se assim dar uma ajuda à construção da Festa! com a venda do maior número possível de EP's, ou seja, com a promoção e concretização de uma simples manifestação individual de solidariedade para com a importante manifestação cultural, política e desportiva que todos os anos se concretiza na Atalaia.

A realização de porta-a-porta por brigadas especificamente constituídas para a promoção da venda antecipada da EP, o aproveitamento de festas locais para a venda militante do bilhete de ingresso na Festa do «Avante!», a venda da EP nas diversas iniciativas do Partido e outras iniciativas similares, a concretização de postos fixos de venda em locais de grande movimentação de pessoas, são algumas ideias para a promoção da venda antecipada da Entrada Permanente na Festa!, experiências já em outros anos efectuadas com resultados amplamente positivos e que agora é necessário retomar.

Esta é uma questão política de grande importância, já que o fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». Aqui se lembra, mais uma vez, que a venda antecipada da EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante acontecimento.



FESTA  
1993  
Avante!

## Máquina do tempo

Fernando Lopes Graça e Carlos Paredes eram os dois nomes a citar para uma resposta certa à pergunta deixada, à guisa de passatempo, na semana passada, nesta nossa «Máquina do Tempo» que recorda alguns momentos de edições anteriores da Festa. Nesse apelo à memória, perguntava-se, em relação à primeira Festa do «Avante!», realizada na FIL em 1976, qual o nome de dois compositores e músicos portugueses que foram então objecto de homenagens particulares, que o nosso jornal descreveria, na sua edição de 30 de Setembro, sob o título: «Duas homenagens revolucionárias».

Adiantou-se ainda uma pista, ao dizer-se que em ambos os casos, o trabalho dessas duas personalidades da cultura portuguesa vai em grande parte buscar raízes à música popular do nosso país.

Já agora, aqui fica outra «adivinha»:

Ela nasceu em 1935 em Tucuman (Argentina), no dia e no próprio local onde, em 1816, fora proclamada a independência do seu país. Em 1962 juntou-se com outros artistas e intelectuais no movimento «Nuevo Cancionero Argentino», cuja finalidade era promover a canção de raiz folclórica e elevar o nível artístico da canção argentina, na esteira da influência deixada por Atahualpa Yupanqui no que diz respeito ao renascimento e dignificação da música tradicional. Em 1976 a artista a que nos referimos é obrigada a exilar-se. O seu sucesso ultrapassa fronteiras e actua em países como a Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça, todos os países da América Latina, Estados Unidos, Itália, URSS, Polónia e... Portugal, perante uma plateia de milhares de pessoas e para um dos espectáculos mais emocionantes e comoventes da história da Festa do «Avante!».

Considerada por muitos como a maior cantora argentina, as suas canções foram desde muito cedo associadas à denúncia de injustiças e atentados à dignidade do homem, à ideia da concretização das esperanças mais profundas dos povos. O seu trabalho passou também pela colaboração com nomes bem conhecidos dos portugueses, como os brasileiros Milton Nascimento ou Chico Buarque. De quem estamos a falar e em que ano é que esta artista argentina esteve na Festa?



FIL, no dia 4 de Setembro de 1976. A primeira Festa do «Avante!»



## Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Directivas comunitárias.

## Sua transposição para o quadro jurídico português

Particularmente a partir da assinatura do Acto Único Europeu, que reviu o Tratado de Roma, o qual como é sabido esteve na base de constituição da Comunidade Económica Europeia, que a produção de instrumentos comunitários de harmonização — directivas — teve efectivamente uma expressão significativa. No presente momento mais de uma trintena de documentos desta natureza foram já publicados, alguns dos quais vigoram no nosso país por terem sido adoptados sob a forma de decretos-leis.

Regressando ao Acto Único, devemos atender a que este aditamento ao referido tratado consubstanciou a ideia do Grande Mercado Europeu, naturalmente mercado este funcionando dentro de regras económicas de «viva e sã» concorrência. Isto obrigaria a que em vários domínios, os Estados-membros e as suas empresas contraíssem obrigações, designadamente de ordem social, que as colocassem em condições próximas, por forma a terem custos fixos de produção idênticos, sem o que se estaria em situações de «dumping» e, conseqüentemente, de concorrência desleal. Não deixa de se reconhecer, igualmente, que as directivas, para além de uma estratégia de harmonização legislativa se insiram num processo que vise assegurar a dimensão social que deverá acompanhar a construção económica da Europa.

Das directivas até agora estabelecidas, deverá reconhecer-se desde logo que a sua aplicação no nosso país promoverá a melhoria e uma verdadeira política de desenvolvimento das condições de trabalho a níveis materiais, sociolaborais e outros e promoverá modelos de participação dos trabalhadores na vida das empresas que ultrapassam a nossa prática generalizada. Desses instrumentos merecem saliência a designada Directiva Quadro, as relativas às prescrições mínimas de higiene, segurança e saúde nos locais e sobre os equipamentos de trabalho, as respeitantes aos agentes físicos, químicos e biológicos (ruído, radiações ionizantes, chumbo, amianto, produtos e processos com risco de natureza cancerígena) e por fim as respeitantes à sinalização de segurança, trabalho com computadores, transporte manual de cargas, protecção das trabalhadoras em situações especiais como seja durante a gravidez. Estas simples referências, bem como as intenções conhecidas da CE, embora ainda em fase de projectos, dão uma medida do alcance pretendido quanto a esta importante matéria.

Sem entrar em pormenores quanto aos procedimentos preparatórios das directivas, apenas adiantaremos que todas têm merecido aprovação pelo Governo português, o qual de acordo com o próprio texto de cada uma delas se obriga a proceder à sua transposição dentro de prazos perfeitamente estabelecidos. E que acontece?

A Directiva Quadro foi «adoptada» antes do prazo previsto, mas está bloqueada em parte significativa por falta de legislação complementar que acompanharia a sua transposição, outras importantes directivas aguardam os diplomas de adopção e outras estão apenas parcialmente transpostas. O Governo português está, pois, em falta, além de que o cumprimento dos diplomas já em vigor deixa muito a desejar, resultado da ausência de uma acção inspectiva consistente.

O Governo dá externamente uma imagem que depois no plano interno não cumpre, exactamente pela teia de compromissos e interesses com o grande patronato.

Poderá concluir-se por isto e por tudo o mais que é sobejamente conhecido que os avanços em Portugal em matéria de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho têm sido muito limitados. E que efeitos poderá ter tal situação?

Numa primeira fase admitir-se-á como crível que os sobressaltos não sejam muitos. O nosso atraso tecnológico será compensado pelos baixos salários e ausência de esquemas adequados de protecção social e continuará a caracterizar-se por más condições de trabalho na maioria das nossas empresas.

Numa segunda fase e que surgirá tão rápida quanto os mercados se reanimarem, as regras da tal dura e «sã» concorrência, tanto externa como interna, o que não deverá esquecer-se, impor-se-ão e será o desastre para muitas empresas. Os custos de produção, a falta de qualidade, a ausência de condições de trabalho dentro dos padrões mínimos estabelecidos na Comunidade irão ter um efeito devastador.

Tem sido exactamente este o motivo e a autêntica chaga social que continua a constituir a sinistralidade no trabalho e as doenças profissionais no nosso país que têm obrigado a que o PCP esteja atento ao fenómeno da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, traduzido nos últimos tempos por contributos mais que nenhum outro partido, senão o único, para alterar a situação em Portugal em tal matéria.

De facto, quem ganha com estes atrasos e com a ausência de uma verdadeira política para a Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho?

É efectivamente incompreensível o que se passa em Portugal. Sobretudo os empresários não têm uma visão integrada quanto à estratégia operacional a desenvolver nas empresas e que deverá equacionar a qualidade e a segurança do trabalho exactamente em condições paralelas a outros factores de produção. A visão arcaica da empresa continua a marcar os nossos modelos tradicionais de gestão empresarial e estas vão-se transformando progressivamente em corpos mortos, cada vez mais incapazes de responder às constantes mudanças que os desafios das próximas décadas imporão.

Corroborando estas ideias, serão apresentados em termos de conclusão dois breves extractos de uma entrevista dada em Dezembro de 1989 em Portugal pelo responsável máximo da Direcção de Saúde da Comissão da Comunidade Europeia:

«Algumas empresas portuguesas poderão ser acusadas de concorrência desleal dentro do Mercado Único Europeu. A sua participação na actividade mercantil estará mesmo em risco, se dentro de dois anos não estiverem a ser aplicadas as regras comunitárias relativas à Higiene, Segurança e Saúde no local de trabalho. Os preços mais baixos dos produtos serão entendidos como a poupança dos direitos sociais dos trabalhadores.»

«... Não hesitarei mesmo em levar Portugal à barra do Tribunal Europeu, se for caso disso.»



# "Feminização" da pobreza Mas ... será que existe?

■ **Paula Coelho**  
Membro do Comité Central

"Ser pobre não é apenas (...) ter um rendimento inferior a um determinado limiar, é viver sem a satisfação das necessidades socialmente necessárias e na incerteza do amanhã, é não dispor senão de fracos meios de defesa ou de pressão, é fazer cada dia a experiência da diferença dos outros, ou mesmo do desprezo por si próprio".

Henri Bartoli (1981)

A proporção das mulheres entre os pobres não só está a crescer como sempre foi uma realidade subestimada.

"Feminização da pobreza" porquê?

De facto, sem esquecer factores mais gerais que afectam por igual homens e mulheres e que são determinantes no aumento de manchas de pobreza no nosso país, a política sócio-económica deste Governo tem consequências directas no aumento do desemprego, maior exploração dos trabalhadores, situações caóticas em relação à saúde, habitação, educação - enfim, o aumento das desigualdades, das discriminações ...

O objectivo deste artigo é tentar demonstrar que, para além de factores determinantes e causadores do aumento da crise e de situações já alarmantes de pobreza no nosso país, existem também factores concretos e muito particulares que levam uma parte das mulheres portuguesas à pobreza e que só a elas afectam.

Não gostaria, contudo, que ficassem com a ideia de que vou dizer que só as mulheres são pobres. Não, nada disso, apenas que existem causas de pobreza das mulheres, com mecanismos particulares que geram o seu empobrecimento e sobretudo tentar demonstrar a necessidade da existência de respostas políticas, sociais e económicas específicas capazes de prevenir, minorar e combater essa mesma pobreza.

Elementos de diversa ordem considerados no decurso de uma pesquisa efectuada sobre "A pobreza no feminino na cidade de Lisboa" de Heloïse Periste e que deu origem à atribuição do prémio "Mulheres Investigação, 1991" promovido pelas ONGS da CIDM, permitiram concluir que a feminização da pobreza, ou seja a pobreza no feminino (para quem não entender a situação de pobreza das mulheres) é um fenómeno grave, quer por atingir largas faixas da população, quer porque as situações vividas pelas mulheres, em particular as que vivem em bairros degradados, permitem afirmar que as mulheres se revelam particularmente vulneráveis à pobreza, pois não só são portadoras dos factores sociais que agravam a sua posição face ao empobrecimento, como ainda sofrem os efeitos da pobreza familiar de maneira acrescida.

Blanca Vigueira dizia-nos sobre alguns dos mecanismos específicos que levam a mulher à pobreza:

1) a maior probabilidade que uma família com uma mulher por responsável tem de cair na pobreza;

2) a maior intensidade das situações de pobreza vividas pelas mulheres, na medida em que dispõem de menos recursos e de uma menor protecção social;

3) a maior responsabilização delegada (e/ou assumida) pelas mulheres na gestão de recursos escassos em situações de pobreza, na substituição de meios exteriores à família por trabalho não pago (por ex: no cuidado de idosos, doentes, na precariedade existente) e na procura de apoio social.

4) e uma forma diferente de viver e sentir as situações de pobreza, tanto no que toca às causas que se atribuem, como à sua percepção subjectiva, e às formas de as superar.

Também alguns dados da Comissão das Comunidades Europeias (1991) dizem-nos que "o emprego é um dos mais importantes problemas da luta contra a exclusão. Porque é ele que garante rendimento e confere a identidade social, a exclusão de emprego constitui um processo que, sem intervenção específica, conduz quase inevitavelmente à exclusão social"...

Dados publicados no estudo de Heloïse Periste, referidos a bairros degradados de Lisboa, sobre a incidência da pobreza em função da ocupação dos membros da família, permitem constatar que a percentagem de famílias pobres é mais baixa quando os 2 elementos do casal se encontram a trabalhar.

2 elementos a trabalhar 36%

1 elemento a trabalhar e outro desempregado 62%

1 " " " doméstico 66%

1 " " " pensionista e outro doméstico 60%

De salientar ainda que sempre que no casal a mulher é doméstica a vulnerabilidade à pobreza revela-se particularmente aguda.

A menor integração das mulheres no mercado do trabalho, o facto de serem também a percentagem mais elevada nos despedimentos, nas situações de precarização e de salários reduzidos, cria uma situação que gera, por sua vez, situações de "isolamento" social e económico, particularmente vivido pelas mulheres (cuja inserção no mundo exterior, no "mundo dos não pobres" é ainda mais débil). Para muitas destas mulheres, ser pobre é muitas vezes sinónimo

de viver nos limites rígidos do bairro, dos vizinhos, da família, é ser excluída de uma participação social activa.

Ainda mais grave é a situação entre as das famílias monoparentais, ou seja, quando não existe cônjuge: nesse caso, a percentagem de famílias pobres é muito mais elevada e nas situações em que a respon-

sabilidade pela família é da mulher, esse número aumenta (segundo as estatísticas disponíveis, em 1970 eram 27 415 casos; em 1981 esse número aumentara para 42 766 casos).

As mulheres com encargos familiares não partilhados revelam-se ainda extremamente vulneráveis a processos bruscos de empobrecimento, caindo muitas vezes em situações de nova pobreza.

A falta de recursos e apoios sociais agrava ainda mais esta realidade. As mulheres estão mais expostas a riscos de pobreza duplos, a posição no mercado de trabalho é mais débil, são na sua maioria (continuamos a referir o inquérito efectuado em zonas de pobreza) mais vulneráveis à separação ou ao divórcio.

A monoparentalidade resulta, na maior parte dos casos, de divórcio ou separação e constitui-se (porque não existem mecanismos de apoio, sociais, económicos e mesmo legislativos) como uma das principais razões geradoras de pobreza entre as mulheres. Sendo a mulher, quando trabalhadora activa, o único produtor de rendimento (ausência muitas vezes de apoio do ex-cônjuge e escassez de benefícios sociais), dispõe de um salário geralmente mais baixo, e a exigência e cuidado com as crianças limitam-na ainda mais nas hipóteses de emprego.

Diz Heloïse Perista: "Numa sociedade onde se sobervaloriza a dimensão produtivista da vida, a desigualdade de géneros, que atribui às mulheres prioritariamente, mas não exclusivamente, funções de reprodução, o trabalho doméstico na família manifesta-se sobremaneira".



"Uns têm de trabalhar para ganhar o salário, enquanto que outros têm de trabalhar para não o ganhar sequer (...) mas reformam-se e saem do emprego com certa idade, enquanto que outras, que nunca tiveram o privilégio (ou o direito) de entrar nele, não têm tão pouco o privilégio de o deixar e prosseguem a sua actividade não paga até muito mais tarde ...". Quantas vezes até ao fim das suas vidas ...

Outro grupo de risco é, sem dúvida, o das viúvas idosas. Enviuvando na sua maioria com uma idade em que já não podem trabalhar, não tendo muitas vezes direito a pensão de velhice ou sendo esta muito baixa, na medida em que nunca receberam um salário e nunca tiveram vínculo patrimonial, muitas vezes em actividades clandestinas ou marginais, tendo sempre vivido na dependência económica da

família - quando estas mulheres se encontram sozinhas, muitas vezes sem qualquer familiar, a sua situação torna-se completamente precária e degradante.

Diz Virgínia Ferreira:

"Em períodos de forte ritmo de acumulação a segurança social sofre consideráveis incrementos, coincidindo com o aumento do emprego de mulheres na produção e o abrandamento do discurso sobre a espiritualidade da maternidade, a felicidade do lar e as benesses da família. Em épocas de crise, ressurgem o ideal da mulher materna e os valores tradicionais da família, tornando-se a sociedade menos permissiva e evidentemente tentando reduzir os benefícios sociais".

A mulher até pode ter um rendimento familiar *per capita* superior a situações de limiar de pobreza, mas não tem pleno acesso ao dinheiro próprio, a bens de seu uso, a gerir os dinheiros com capacidade de decisão e à presença e participação públicas. Há quem leve ainda mais longe esta ideia: "Tanto as mulheres que fazem parte de famílias pobres como as mulheres que fazem parte de famílias consideradas não pobres, vivem dentro da família na situação de precariedade que analisada isoladamente entra na definição de pobreza mais comunemente aceite".

A participação das mulheres em associações de bairro (Lisboa) não é significativa já que 74% das mulheres declararam nunca as frequentar. O estado civil altera também significativamente a sua participação associativa. As normas sociais têm aqui também um peso importante, como nos diz o trabalho realizado por H.P.: "Por um lado fica mal a uma mulher separada frequentar certos sítios. Por outro, quando casada, e tal como foi referido pela maioria das mulheres entrevistadas, a mulher nunca sai sozinha à noite ou ao fim-de-semana: ou fica em casa quando o marido sai ou saem os dois, ou ainda, "como o meu marido trabalha por turnos, não temos muitas ocasiões para sair, por isso ... passo os dias em casa".

Se, das inquiridas neste universo, 92% não são membros de qualquer tipo de estrutura associativa, a filiação partidária é ainda mais irrisória, tanto para mulheres como para homens.

A participação em actos eleitorais é igualmente esclarecedora:

Votação nas eleições desde 1974 segundo o sexo (%)

	M	H
Votou em todas	60	74
Votou em algumas	14	12
Nunca votou	26	14
TOTAL	100	100

Neste bairros, 1 em cada 4 mulheres não votam.

A esta situação não serão certamente alheios factores como o tipo de discurso e intervenção ideológica junto destas mulheres (mulheres pertencentes a famílias carenciadas) quanto à sua presença na família, o seu "estar" recatado e discreto, afinal o "seu lugar" em casa, a fuga fingida de uma segurança cada vez mais insegura, que não existe ...

Mas temos também toda a sobrecarga a que as mulheres estão sujeitas: tarefas profissionais, o cuidado dos filhos, lides domésticas, "sem terem a máquina de roupa ou o micro-ondas...", o esforço de gerir o dinheiro até ao fim do mês, não são também situações que encorajam e mobilizem as mulheres para uma maior participação.

Por outro lado, muitas vezes, as associações, os clubes, os partidos não estão preparados para as receber, compreender, incentivar, aceitar a diferença de ser mulher, inclusive encontrando outras formas que permitam a sua maior participação e envolvimento.

A não participação das mulheres também é pobreza?

Algumas, apesar de tudo isto e do resto, à custa de quantas coisas, participam, intervêm e são extraordinárias, pena é que muitos continuem a esquecer que elas existem.

Mas elas existem também assim!

"As discriminações e desigualdades das mulheres são barómetros do seu desenvolvimento".

As mulheres são receptivas e mobilizáveis para a mudança; poderão também nos meios mais empobrecidos ter um papel determinante para a mudança destas situações.

Permitam que o façam!

É fundamental a adopção de políticas de intervenção social mais dirigidas às mulheres.

Compreende-se porquê.

O grande problema é saltarmos da compreensão para a concretização!

Bibliografia consultada

\* *A pobreza no feminino na cidade de Lisboa*

Heloïse Perista

Blanca F. Vigueira

\* *As Mulheres, a Família e o Trabalho*, de Virgínia Ferreira



## EM FOCO

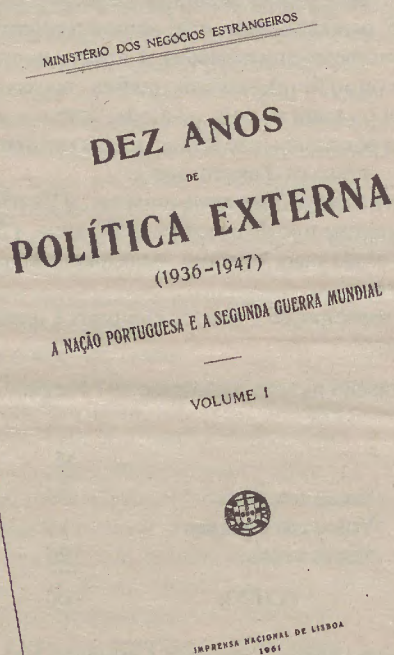
Um  
livro  
por  
quinzena

■ Pedro Ramos de Almeida

## O salazarismo e a guerra de Espanha

1. Em 1961, começam a ser editados pela Imprensa Nacional de Lisboa, por iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) do Governo de Salazar (AOS), «Dez anos de política externa (1936/1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial».

O I volume — de formato grande, com 590 páginas, uma compilação que contém mais de 400 cópias de documentos e telegramas originais de ministros, secretários de Estado e seus serviços, ou de representantes diplomáticos e consulares salazaristas — é encabeçado pela portaria de 15-1-1960, da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE, assinada pelo respectivo Director-Geral, na altura Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira: «Reconstituindo nos termos do Decreto-Lei n.º 35 604, de 18.IV.1946, a comissão que há-de coligir os documentos relativos à política externa de Portugal



durante a última guerra (...), a qual fica a ser constituída do seguinte modo: Presidente — Fernando Santos Costa. Vogais: Conselheiro de Legação Alfredo Lencastre da Veiga; Cônsul de 1.ª classe Júlio Menino Salcedas; Secretário — Adido de Legação Fernão M. Homem de Gouveia Favila Vieira».

Por si só, a escolha de Santos Costa, um recomendado e utilizado pré-nazi hitleriano desses mesmo período, é uma certeza de falta de seriedade da recolha e transcrição dos documentos...

Numa Nota Prévia, Santos Costa assinala que esta obra «abrange o período decorrido entre 6.XI.1936 e 5.II.1947, em que a pasta dos Negócios Estrangeiros foi gerida pelo Presidente do Conselho, Doutor AOS (...), e terá a seguinte sistematização: I Parte — O rearmamento do Exército, no quadro político da Aliança Luso-Britânica [e não só...] (...); II Parte — Portugal e a guerra de libertação [sic!] de Espanha (...); III Parte — A campanha da neutralidade na Segunda Guerra Mundial (...); IV Parte — Em busca de decisão da guerra (...); V Parte — A guerra no Extremo Oriente — Os incidentes de Timor (...);

VI Parte — Portugal na guerra económica — (...) (1939/1945); VII Parte — Portugal e os EUA — colaboração luso-americana nos Açores (1945/1947) (...)».

Por sua vez, numa introdução de dois parágrafos, datada de Dezembro de 1937, AOS escreve: «Como muitos outros, defendo, do alto de fortalezas erguidas por gigantes em séculos de esforços, [!] um vasto património — a unidade política [!] e moral da Pátria e a integridade de um império [NB!] ultramarino».

E concluía: «Mas adiante da escola nova ou remoçada "em espírito e em verdade", eu espero — espero no duplo sentido que a palavra tem, isto é, no tempo e na esperança: aguardo e confio».

2. Desta colectânea, o III volume — Imprensa Nacional de Lisboa, 1964, 802 pp., igualmente formato grande — que é o que agora nos interessa pelo seu tema de crucial importância, é completamente dedicado à «guerra de libertação de Espanha» (...). «Os alvares do conflito. Primeiras escaramuças diplomáticas». São centenas de páginas que apenas se ocupam do ano de 1936 e da primeira quinzena de 1937.

Este volume é precedido de um novo «preâmbulo» de Santos Costa (13.V.1964), desta feita mais longo e integral e insistentemente dedicada à «guerra de libertação de Espanha». Iniciado por uma homenagem a Armindo Monteiro, há quase 10 anos falecido — «o grande e apaixonado colaborador» de AOS, mas que este afinal afastou da sua embaixada londrina sob a suspeita de ser mais um simpatizante, digamos, um agente inglês, do que um seu representante — o preâmbulo destaca o relevo da ajuda salazarista (uma retaguarda, diplomática, política e material de primeira grandeza) para a vitória da conspiração e sublevação franquista:

«Logo no início do conflito, o Governo Português marcou uma linha de conduta, inflexivelmente seguida ao longo dos três anos em que a luta sangrenta se desenvolveu, a atitude portuguesa, tão decisiva que ela viria a ser para o desenlace final da contenda, foi objecto de preocupações das chancelarias e chamou sobre si as mais incisivas atenções da opinião pública internacional».

E mais adiante, o anticomunismo revela, aqui e sempre, a sua natureza essencial no pensamento salazarista, mesmo quando a sua projecção contra a realidade é desmedidamente grotesca, encobrindo mal o seu objectivo antidemocrático dominante, tanto em Espanha como em Portugal: «(...) estas considerações sobre a importância da localização estratégica da Península desde logo nos indicam que a posse do bastião ibérico pelo comunismo corresponderia ao envolvimento da velha Europa, onde a civilização cristã encontra o seu mais forte núcleo de resistência. Dispondo livremente do mar Mediterrâneo e das portas de Gibraltar e do Suez, o castelo da grande meseta africana ruiria rápida e estrondosamente, dele fazendo o comunismo fácil e segura presa. À luz do profundo exame dos aconte-

cimentos vividos, pode mesmo dizer-se que a conquista da Ibéria pelo comunismo, em 1936, representaria na conta de resultados um saldo que, não obstante a entrega que lhe foi feita no final da segunda conflagração mundial e as facilidades de acesso que constantemente lhe são oferecidas pela ignorância ou pela inconsciência dos homens do Ocidente, ainda até hoje não pôde ser atingido (...).

Como poderia então qualquer governo lusitano verdadeiramente consciente das suas responsabilidades ficar indiferente ante a tempestade que culminou na mais sangrenta guerra que a história de Espanha aponta?»

Como não agir, três anos antes do início da ofensiva mundial hitleriana, pelo derrube da Espanha democrática e pela estabilização da conquista fascista da península mais ocidental da Europa?

3. Muito antes do início da aventura franquista contra a liberdade e da «guerra de libertação de Espanha», já Salazar e os seus governantes e agentes intrigavam e conspiravam contra a República Espanhola. Um exemplo claro é dado em 21.III.1936, por Armindo Monteiro, então ministro dos Negócios Estrangeiros de AOS, ao telegrafar de Londres:

«Tive hoje no Foreign Office longa conversa com o Secretário de Estado acerca da questão espanhola. Expus-lhe longamente a importância do Partido Comunista Espanhol, as suas alianças com outros elementos extremistas, a sua influência dentro do Governo e o perigo de uma explosão comunista em Espanha. Falei das ideias anexionistas ou federalistas ibéricas. Pareceu-me muito importante focar este ponto, único que verdadeiramente pode interessar ao Foreign Office. Conte o caso de contrabando de armas. Falei por fim das nossas informações sobre a actual intervenção do Governo Espanhol nos assuntos da nossa política interna com o fim de auxiliar os revolucionários portugueses. Disse que, em minha opinião pessoal, esta atitude espanhola se filiava nas ambições de constituir uma grande federação ibérica (...). Concluí perguntando se, enquanto este estado de coisas não tomava proporções maiores, Eden não poderia intervir em Madrid. (...)»

Respondeu dizendo que esperava que o Governo Português fizesse o possível para evitar complicações. Respondei que o fazia, mas que tudo tinha limites. Concordei. (...) Então agradeceu a comunicação que lhe fiz e que considerava da maior importância. (...) pensaria numa fórmula de nos ser útil. A sua última frase foi: **será mais uma complicação na Europa.**» E foi... Mas de sentido oposto.

Aliás, o caso do general José Sanjurjo, ocorrido a partir desse mesmo dia 18.VII.1936, em que o general Franco lança em Tetuão a proclamação insurreccional que marca o início da «guerra de libertação de Espanha», testemunha bem a posição cem por cento colaboracionista de AOS...

É nesse mesmo dia 18 que o general Sanjurjo e o marquês de Quintanar se avistam com o cap. Agostinho Lourenço, director da PVDE, a quem comunicam a intenção de partir para Espanha em avião da aeronáutica militar espanhola, pela

mesma ocasião em que o Governo Republicano espanhol manifesta ao Encarregado dos Negócios salazarista o desejo de que Sanjurjo seja impedido de sair de Lisboa...

Moral da história: AOS proíbe que o general Sanjurjo utilize qualquer aeródromo militar, mas ordena ao capitão Agostinho Lourenço que lhe comunique que as autoridades portuguesas «ignoram o que se passa em aeródromos cívicos e particulares...»

E é assim que Sanjurjo parte, num avião vindo de Espanha, de «um campo de circunstância» — dirá Franco Nogueira —, sito perto de Cascais. Pilota-o o comandante Ansaldo, da aviação espanhola. E é assim também que «el Gordo» sai a Franco: o aparelho capota e incendia-se, ainda em Portugal, e Sanjurjo perece. E o general Franco assume a chefia política e militar do movimento. E a tradição dos desastres aéreos que se começa a afirmar...

Tradição que não impedirá AOS de afirmar, em 22.V.1939, numa sessão especial da Assembleia Nacional, referindo-se à Guerra de Espanha, glorificando o esforço de «milhares» (?) de «viriatos» salazaristas que lá combateram ao lado dos nazis alemães, dos fascistas italianos e dos franquistas espanhóis: «Orgulha-me que tenham morrido bem [!] e todos — vivos e mortos — tenham escrito pela sua valentia mais uma página da nossa alheia História. Em todos os domínios onde era livre a nossa acção ajudámos no que pudemos o nacionalismo espanhol e a civilização cristã [!] (...) Vencemos [plural fascista] — eis tudo». Assim, o milhão de mortos da «guerra libertadora de Espanha», o milhão de mortos com que a liberdade foi sepultada na Península pela vitória fascista, era ao mesmo tempo a vitória de AOS. Sinistra vitória, que já anunciava e preparava tanto os horrores da II Guerra Mundial, como a continuidade, durante decénios, do fascismo em Portugal...

Retenhamos também que a História de Portugal não pode ser livre, abastada, tranquila e pacífica, independentemente da História espanhola: muitos dos rios portugueses nascem em Espanha e não são de facto binacionais; os ventos que sopram em Espanha ventam em Portugal; as fronteiras são o salto de um sapo.

Viver de costas voltadas para Espanha e ignorar os outros povos da Península e a sua luta autónoma; esquecer a Europa que nela começa e os projectos e ofensivas imperialistas que através dela, com ela ou contra ela, tantas vezes irromperam — é contrariar o princípio e o futuro do nosso próprio movimento popular e nacional; é fazer perigar a própria liberdade portuguesa.

As relações entre as comunidades portuguesa e espanholas são, de facto, quase naturais; foram sempre para nós — correndo bem, ou evoluindo, geralmente pouco e mal — uma lei básica da nossa História.

E hoje que estamos integrados numa mesma confederação europeia que amplia a exploração e não exclui a opressão; que afecta, transforma e subverte, mesmo que diferentemente, a independência e a soberania dos povos peninsulares, mais evoluídos ou mais atrasados — esta comunhão é para nós uma norma básica. Um destino fraterno que é essencial à nossa mútua paz, independência e liberdade.



# Gazetilha

## O Pato

É do século a grande descoberta. o Couto, por um triz, viu que o desemprego aperta todo o nosso país.

Propõe, tudo visto, com o Cavaco, o Belmiro, o Ferraz:  
— Eia, compadres, vamos a isto!  
Toca a darmos as mãos e zás, trás, pás!

E pronto. Lá se arranja um pacto... com laranja.

## Actualidade

A grande manifestação mandou seus representantes com os poderes bastantes para falar ao mandão.

O qual, acusando o toque, se fez bem representar pela polícia de choque com ordens para atirar.

Isto mostra que o diálogo, logo é para já...

## Trabalho infantil

O crime é mesmo aqui à nossa beira.

O crime das crianças destruídas a quem roubaram tudo. Tudo. Até a idade de brincar e de aprender e de ter os olhos eternos enquanto as nuvens passam.

Não. Não podemos ficar indiferentes.

É preciso saber que estão matando o sol.

## O «castigo»

Andou seu nome aí muito falado. Favores, coisa e tal, uns dinheiritos, quatrocentos, quinhentos milharzitos quase um milhão, talvez, posto de lado.

Disseram dele: pronto, está arrumado adeus paródias mil, adeus apitos, jantares, curvaturas, gabaritos, Agora, aflito, só o tom do fado...

Qual quê, manos. Ontem, mal tive ensejo, abro o televisor. Então quem vejo? O tal! Na Europa ecus beijam-lhe os pés.

Donde, espertos, aprendam a lição: não caiam na modéstia de um milhão terão paga maior se forem dez...

■ IGNOTUS SUM

## PONTOS CARDEAIS

### O "Robin" domesticado

Afinal José Luís Judas, que ao aceitar a candidatura do PS para Cascais começou por se apresentar como um Robin dos Bosques que se propunha combater o capital no seu próprio ninho, mudou completamente o discurso nestes poucos meses. Foi positivamente domesticado. Não nos referimos, é claro, aos elogios que dirigiu a Isaltino Morais, presidente da Câmara de Oeiras e chefe do PSD na área metropolitana de Lisboa, que também têm o seu significado; referimo-nos sobretudo ao seu manifesto eleitoral agora anunciado. Com o slogan "Cascais diferente, Cascais de sempre", o antigo sindicalista entrega-se agora com paixão ao seu novo credo - a conciliação de classes. "Cascais é já o nome do meu novo sindicato", diz com beatitude e talvez sem se dar conta de todas as implicações da afirmação. Mas manifesta logo a seguir o seu grande desejo: "um concelho onde haja vizinhos". Estamos todos a ver: os vizinhos da Quinta da Marinha no arraial com os vizinhos de S. Domingos, de Rana. Judas ainda não diz: "sejam todos irmãos!". Mas tem a lata de dizer "desprezo e combate a demagogia e o populismo". E o oportunismo, também?

### Trabalho infantil

"E quero-vos até dizer que o trabalho infantil que mais

me chocou ainda não foi o de encontrar um jovem português a trabalhar a pedra no Norte de Portugal. Foi nos Jogos Olímpicos verificar que crianças de 12 anos levaram anos a chegar àquela perfeição, que às vezes até aplaudimos, mas se levou anos a chegar àquela perfeição uma jovem de 12 anos é porque ela nunca teve a oportunidade de ter um brinquedo; ela nunca teve a oportunidade de brincar". Com a devida vénia, reproduzimos este naco de prosa publicado pelo "Expresso" e da autoria de um dos nossos governantes. Qual o político qual é ele? Nada mais nada menos que Cavaco Silva, líder do PSD e primeiro-ministro. O dito ocorreu na videoconferência que Cavaco Silva deu na terça-feira da semana passada, na companhia de outros membros do seu governo, para responder a questões de jovens de todo o país. Parece mentira, mas não é. Parece anedota, mas não é. Por isso é que Carlos Borrego foi à vida e Cavaco ainda cá está. Cavaco falava a sério. E chocadíssimo, coitado. Pena é que as crianças portuguesas, obrigadas a trabalhar, não tenham provavelmente tido oportunidade de o escutar, ocupadas a descansar das ligeirezas do dia. Se o tivessem feito, teriam ficado muito consoladas e cheias de pena dos seus congéneres atletas, coitadinhos, esses sim vítimas de trabalhos forçados, enquanto eles só vão partindo pedra, fazendo sapatos, carregando baldes na construção civil, com

tempo de sobra para folgar e ainda dinheirinho no bolso para comprar brinquedos.

### Por estas e por outras

...é que a delegação do Porto da Inspeção-Geral do Trabalho pode muito bem continuar sem verbas para a gasolina, como tem vindo a suceder desde o início do mês. É verdade que o facto obriga a reduzir as deslocações no distrito às permitidas pelos transportes públicos, mas que importa? Se o trabalho infantil até nem existe e se as empresas portuguesas são um modelo de respeito pela legislação em vigor... E enquanto os inspectores de trabalho vão andando a penantes ou de autocarro, sempre se poupam uns cobres.

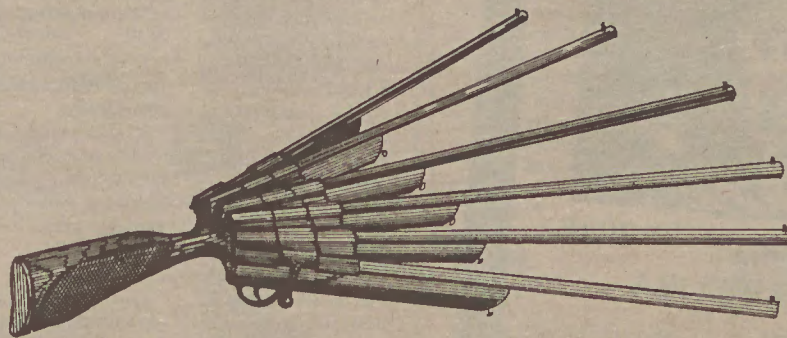
### Loucuras

Apesar de não existirem, na versão do Governo, as vacas loucas continuam a incomodar o PSD. Vai daí, os seus deputados decidiram fazer um inquérito, com o objectivo expresso de "terminar com o clima alarmista" e de "esclarecer definitivamente" que a saúde pública "esteve e está bem salvaguardada" e que "não existe qualquer surto epidémico ou de contágio relativo à doença das vacas loucas". Sabendo-se isto tudo, não se percebe o porquê do inquérito. Será que as vacas já estão como as bruxas, em que não se acredita mas lá que existem, existem?

## Armas



Revólver lança-pedras. Se a sua arma se engravar pode sempre utilizá-la como uma simples, mas robusta, fiska.



Espingarda anti-cerco. Os seus múltiplos canos dirigidos em diferentes direcções fazem dela uma arma temível sempre que o atirador se encontre cercado por vários agressores. Pode servir igualmente para caçar aves que voem em formação serrada.



Espingarda de canguru. A forma muito elaborada do cano desta espingarda imprime à bala uma trajectória sinusoidal que segue os pulos do animal. Resultados espectaculares atestados pelas numerosas cartas de felicitações que temos recebido dos nossos clientes.

## frases da Semana

"À população civil da Somália era suposto os "capacetes azuis" entregarem pães, não balas."

\*(Joaquim Vieira, "Editorial" - "Expresso", 19.06.93)

"É bom que fique claro, até para dentro do próprio partido: o próprio partido tem que ter consciência que eu não sou - se a expressão me é permitida - "pau para toda a obra". (...) Não poderei ser candidato a Lisboa, porque isso seria defraudar o eleitorado."

\*(Manuel Monteiro - "Jornal de Domingo", Canal 1, 13.06.93)

"Se a maioria do Conselho Nacional e da Comissão Política do partido decidir que eu sou candidato, eu respeitarei essa decisão."

\*(Manuel Monteiro - "Telejornal", Canal 1, 18.06.93)

"Em pequeno já era vítima dos extremos. Ou havia gente que me adorava ou que me odiava. Lembro-me de um miúdo que me dava muitos murros na cabeça. Um dia, ele confessou-me que era um homem que lhe pagava para ele fazer isso. O dito homem tinha um filho que na escola era mais burro que eu e, com os murros, ele pretendia que eu ficasse com pouca memória, igual ao filho."

\*(Silva Resende, citado em "Expresso", 19.06.93)

"Quero-vos até dizer que o trabalho infantil que mais me chocou ainda não foi o de encontrar um jovem português a trabalhar a pedra no Norte de Portugal, mas foi nos Jogos Olímpicos verificar que crianças de 12 anos levaram anos a chegar àquela perfeição, que às vezes até aplaudimos. Mas se levou anos a chegar àquela perfeição uma jovem de 12 anos é porque ela nunca teve a oportunidade de ter um brinquedo, ela nunca teve a oportunidade de brincar."

\*(Cavaco Silva, na "videoconferência" com jovens - "Público", 19.06.93)

"Os factos provaram aqueles que tinham a responsabilidade - que não é o senhor ministro. (...) A Administração Pública tem 450 mil funcionários. Cada um tem a sua área de responsabilidade. E eu não posso garantir que, um dia, algum funcionário da Administração não cometa um erro. Agora, o que existe são formas de apurar responsabilidades disciplinares de cada um."

\*(Cavaco Silva, sobre o apuramento de responsabilidades do "caso dos hemodialisados" de Évora, citado em "Expresso", 19.06.93)

"Estranho que se diga que o ministro escondeu ou guardou o segredo. (...) O ministro recusou-se, isso sim, a lançar alarmismos injustificados na opinião pública."

\*(Arlindo Cunha, sobre o silenciamento dos relatórios acerca do "caso das vacas loucas", citado em "Expresso", 19.06.93)

"Se as vacas loucas me preocupam não é tanto pela ideia dominante de se estar a reduzir o consumo da carne, mas, ao contrário, pela verificação de que algum consumo subsiste. Porque nada me permite ainda perfilar a propalada, mas dogmática, certeza de que a malícia não alastra do nobre reino do corno ósseo para esse outro, mais preocupante, em que o mesmo adereço na frente é tão-só uma metáfora, filha da metafísica e da criatividade popular."

\*(Nuno Brederodo Santos - "Expresso-Revista", 19.06.93)



## Visita do camarada Carlos Carvalhas ao distrito de Portalegre

Sábado, 26

**Ponte de Sôr** — Apresentação de candidatos CDU — bebereite no restaurante «O Jardim», 11 h.

**Foros de Arrão** — Almoço nos casões da Cooperativa Agrícola — 13 h.

**Aldeia Vela** — Encontro com a população no Lg. 1º de Maio — às 16 h.

**Avis** — Encontro com a população no Lg. Serpa Pinto — às 17.30 h.

**Benavila** — Encontro com a população — às 18.30 h.

**Cabeço de Vide** — Jantar no Restaurante Pedro — às 20 h.

**Fronteira** — Comício no Largo da Igreja — às 21.30 h.

## ALMADA

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU a todos os órgãos autárquicos do concelho de Almada

Academia Almadense  
quinta-feira, dia 1 de Julho, às 21.30

com a participação de  
**Carlos Carvalhas**

Secretário-Geral do PCP

### ALMADA

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU a todos os órgãos autárquicos do concelho de Almada: na Academia Almadense, quinta-feira, dia 1 de Julho, às 21.30, com a participação de Carlos Carvalhas, Secretário Geral do PCP.

### AMADORA

Concerto promovido pela Juventude CDU na Fábrica da Cultura com as bandas Braindead e King Size Blues Band: sexta-feira às 21.30.

### AMORA

Piquenique promovido pela CDU no Parque Natural de Amora, domingo, durante todo o dia. Torneio de Futebol de Cinco, de manhã. De tarde: espectáculo com "Mitos e Lendas". Intervenção sobre a situação política pelo camarada Carlos Humberto.

Plenário de militantes da freguesia: no Centro de Trabalho local, sábado às 15.00.

### AZAMBUJA

Almoço-convívio da CDU na Poisada do Campino, com a participação de Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP. Domingo às 13.00.

### BRAGANÇA

Sessão pública de apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos municipais: sábado às 18.00, na Albergaria Condes de Barcelos.

### COIMBRA

Passeio-convívio à Quinta da Atalaia, promovido pelo Organismo de Reformados de Coimbra do PCP: domingo (inscrições no CT da Rua da Sofia.)

### LISBOA

4ª Assembleia da organização dos comunistas da ORL tra-

balhadores em estruturas sindicais: hoje, quinta-feira, às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória. Participa o camarada José Casanova.

Almoço-convívio da organização de freguesia do Alto do Pina: domingo no Centro de Trabalho de Arroios.

Plenário da Direcção do Sector da Função Pública: terça-feira, 29, às 19.00, no CT Vitória.

**S. Domingos de Benfica:** visita promovida pela CDU a obras realizadas na cidade de Lisboa pela Coligação Por Lisboa; a partir das 10.30, contactos de eleitos na freguesia com a população em Alto dos Moínhos e Calhau; a partir das 13.30, convívio no Parque da Serafina. No sábado.

Sessão pública de solidariedade com o povo angolano, promovida pela PCP: no Hotel Plaza, quinta-feira, dia 1, às 21.00, com a participação de Domingos Lopes, do CC do PCP, e Dr. Helder Lucas, Encarregado de Negócios da R.P. Angola.

### PENICHE

Iniciativas com a participação do camarada Álvaro Cunhal, no domingo: às 10.00, encontro com Jovens CDU, durante o Encontro Distrital da Juventude CDU que se realiza no Bar Canot; no Largo do Bairro dos Pescadores, festa-convívio: às 13.00, almoço; às 17.00, espectáculo musical. Às 15.00, comício, com intervenção do camarada Álvaro Cunhal.

### PORTALEGRE

Visita do camarada Carlos Carvalhas ao distrito, no sábado: apresentação de candidatos CDU em Ponte de Sôr - às 11.00; almoço nos casões da Cooperativa Agrícola de Foros de Arrão - às 13.00; encontro com a população em Aldeia Velha - às 16.00; encontro com a população em Avis - às 17.30; encontro com a população em Benavila - às 18.30; jantar em Cabeço de Vide - às 20.00; comício no Largo da Igreja, em Fronteira - às 21.30.

**S. DOMINGOS DE RANA**

Encontro CDU da Freguesia de S. Domingos de Rana, domingo, no Grupo Musical e Dramático 1º de Maio, com apresentação pública do cabeça de lista aos órgãos da freguesia e sua equipa: às 13.00, almoço-convívio. Às 15.00 tem início o Encontro, aberto a toda a população. Participa Jorge Cordeiro, do CC do PCP.

Reunião dos militantes do Partido residentes na localidade de Caparide: sábado às 16.00, no centro de Trabalho de Tires.

**SANTARÉM**

Apresentação pública dos candidatos CDU aos órgãos autárquicos do concelho: jantar-convívio no restaurante das Portas do Sol: segunda-feira, dia 28, às 20.00.

### SINTRA

Inauguração da Sede da Candidatura CDU do concelho de Sintra - na R. D. Maria II, Baixa do Cacém - com a participação de Lino Paulo e outros candidatos aos órgãos concelhios. Sexta-feira, dia 25, às 21.30

Café Concerto promovido pela Juventude CDU na sede da candidatura CDU/Sintra: sábado, a partir das 21.30.

Festa CDU no Parque 2 de Abril em Massamá/Queluz.

Visita/passeio de candidatos e activistas da CDU pelo concelho de Sintra: domingo a partir das 11.00.

### VIEIRA DE LEIRIA

Jantar-convívio para apresentação dos candidatos da CDU: no restaurante "O Triângulo", sábado às 19.30.

### VILA NOVA DE GAIA

Encontro concelhio da CDU: nas instalações da Assembleia Municipal de Gaia, sábado, a partir das 15.00. Participa Luís Sá, da Comissão Política do CC do PCP. Convívio na Escola Preparatória de Valadares: jantar volante às 20.00; Teatro ("Virá um Dia, Virá...") às 21.30.



## AUTARQUIAS 93

### 2ª Reunião de Naturais do Distrito de Bragança

24 Junho  
(5ª Feira)

19.00 horas • CT Vitória  
(Av. da Liberdade, Lisboa)



Assunto: Apoio às Eleições Autárquicas

Serafim Brás

Responsável da DOR de Bragança do PCP

Domingo em Peniche  
10 h.

## Encontro Distrital da Juventude CDU

Com a participação de

**ÁLVARO CUNHAL**

## FESTA CONVÍVIO EM PENICHE

DOMINGO, Dia 27 de Junho de 1993

No LARGO DO BAIRRO DOS PESCADORES (junto aos balneários)

13 HORAS ALMOÇO SARDINHA ASSADA

15 HORAS INTERVENÇÃO POLÍTICA

**ÁLVARO CUNHAL**

PRESIDENTE DO CONS. NAC. DO P.C.P.

17 HORAS MÚSICA POPULAR

## Colóquio com Álvaro Cunhal em Leiria

Inserido na série de conferências promovidas pelo «Jornal de Leiria»

Tema:  
**«A sociedade socialista, a sua experiência no séc. XX e o seu futuro»**

No Auditório da Caixa Agrícola de Leiria, sábado às 21.30

## Solidariedade com o povo angolano

SESSÃO PÚBLICA EM LISBOA

quinta-feira, dia 1 de Julho  
Hotel Plaza

Com a presença de **Domingos Lopes**, do CC do PCP, e de **Dr. Helder Lucas**, Encarregado de Negócios da RPA

Sede da candidatura  
**CDU/SINTRA**

(Rua D. Maria II, Baixa do Cacém)

— Inauguração: sexta-feira, às 21.30 com a presença de **Lino Paulo** candidato à presidência da CM de Sintra

— Café concerto promovido pela Juventude CDU: sábado às 21.30

## Almoço convívio da Zona Ocidental de Lisboa

Dia 3 de Julho — CT de Alcântara

Inscrições até 30 de Junho

JUVENTUDE  
CDU  
EM MARCHA

BRAINDEAD  
KING SIZE BLUES BAND



SEXTA 25 de JUNHO 21.30 H

FÁBRICA DA CULTURA

AMADORA

Organização



Rádio  
Energia

Bebebes a 500 paces  
a venda nos Centros de Trabalho do PBP



# Avante! Agenda Televisão

## Quinta, 24

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 As Diabruras do Pimentinha
- 11.25 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.05 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Perícia e Glória
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.50 O Príncipe da Paródia (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Grande Noite
- 22.50 Sofrer na Carne
- 23.40 Pacific Station
- 00.10 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.30 Traums Chiff
- 12.30 Fórmula 1
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Terra Instável
- 15.30 Euroritmias
- 15.55 Basquetebol - Campeonato Europeu



Rogério Paulo no seu último trabalho para televisão: a peça «Soluna», de Miguel Ángel Asturias. Hoje na TV2

- 17.35 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.50 Os Trintões
- 19.40 Teatro: «Soluna»
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Sexualidades
- 24.00 A Condição Humana - Parte I (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Minas e Armadilhas
- 22.20 Holocausto
- 23.30 Último Jornal
- 24.00 Repórter da Meia-Noite
- 01.00 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhadros de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Fórum
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.35 Prisioneiro da Teia
- 23.05 Telemotor
- 23.35 O Jardim do Diabo (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Informação
- 01.35 Meteorologia

## Sexta, 25

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Diabruras do Pimentinha
- 11.30 Agora é que São Elas
- 11.50 Culinária
- 12.05 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Ford Boyard
- 15.05 Jovem para Sempre (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Marina, Marina
- 22.10 O Casamento de Betsy (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 24 Horas
- 00.35 Hitler - Os Últimos 10 Dias (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Vidas a Meias
- 12.30 Fórmula 1
- 13.30 Agora Escolha
- 14.55 Terra Instável
- 15.30 Euroritmias



16.25 Segredos da Natureza

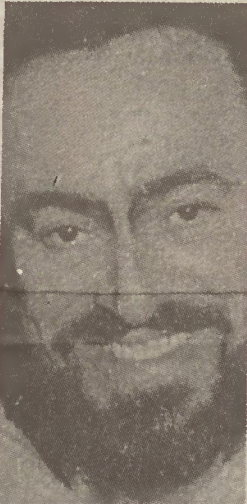
- 16.25 Segredos da Natureza
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 19.55 Uma Questão de Palavras
- 20.25 Sinais do Tempo
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.10 Sinfonia Pastoral (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Últimas Notas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Labirinto
- 22.05 O Mistério de Gorky Park (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 Último Jornal
- 01.00 Playboy
- 01.00 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhadros de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Fórum
- 21.00 Só Nós Dez
- 21.35 Grande Noite do Fado (Coliseu do Porto)

## Sábado, 26

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 12.10 Luta Livre Americana
- 13.10 Parlamento
- 13.55 Clube Disney
- 15.25 O Despertar (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Feira da Música
- 18.00 Arca de Noé
- 18.50 O Herói Relâmpago



Concerto de Pavarotti no Central Park de Nova Iorque no domingo: às 22h na TV2

- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 21.00 Despedida de Solteiro
- 22.20 Parabéns
- 23.50 Na Mira das Armas (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Reportagem Acidentada (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.05 No Dia em que a Terra Parou (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 A Caminho da Foz
- 14.15 Pé Grande e os Amigos
- 14.40 Os O'Manions
- 15.30 TV2 Desporto
- 23.00 No Cumprimento do Dever
- 23.50 O Homem Fatal
- 00.40 Popoff

- 12.00 O Soldado Joe
- 12.30 Aventuras dos T-Rex
- 13.00 Stingray, o Super Submarino
- 13.30 Batman
- 13.50 Notícias
- 14.00 As Mais Belas Máquinas
- 14.25 Selvagens e Perigosos
- 15.00 Viagem ao Fundo do Mar (ver «Filmes na TV»)
- 16.45 Justiça Negra
- 17.55 Grandes Planos
- 18.25 Portugal Radical
- 18.50 Verão Assassino
- 19.50 Príncipe de Bel Air
- 20.15 Cara Chapada
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Telefilme: «Um Amor Desesperado»
- 23.30 Crimes
- 00.15 Último Jornal
- 00.45 Valentina
- 01.15 Água na Boca
- 02.10 Box

- 10.00 Os Construtores da História
- 11.00 Colégio Interno
- 12.00 Documentário
- 13.00 Informação
- 13.10 Futebol (Brasil-Paraguai)
- 15.00 Lágrimas (compacto)
- 19.30 Informação Quatro
- 20.10 Espião à Vista
- 20.40 Marés Vivas
- 21.35 Desporto - «Na Maior»
- 22.05 O Espião do Sapato Vermelho (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 A Maria Rapaz (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Meteorologia

## Domingo, 27

- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Programa Juvenil
- 10.30 70 x 7
- 11.00 Missa
- 11.50 Programa Juvenil
- 13.00 Notícias
- 13.05 Top +
- 13.55 Olha que Dois
- 14.50 Beverly Hills 90210
- 15.40 Car Wash (ver «Filmes na TV»)
- 17.15 Sons do Sol
- 18.45 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.40 Despedida de Solteiro
- 22.20 Casa Cheia
- 23.05 Reação em Cadeia (ver «Filmes na TV»)
- 01.10 Conversa Afiada

- 08.00 Clínica Veterinária
- 09.00 Regiões
- 10.00 Em Busca de...
- 10.30 Programa Juvenil
- 11.30 Palco de Estrelas
- 11.55 Grandes Parques Nacionais
- 12.45 Forum Musical
- 13.50 Realce



Holocausto, uma série premiadíssima, vista há 14 anos na RTP, agora em retransmissão na SIC. Quinta-feira às 23h20

- 14.15 A Família Chisholms
- 15.00 TV2 Desporto
- 21.00 De Pai para Filho
- 22.00 Pavarotti no Central Park (trans. directa)
- 00.05 Hemingway

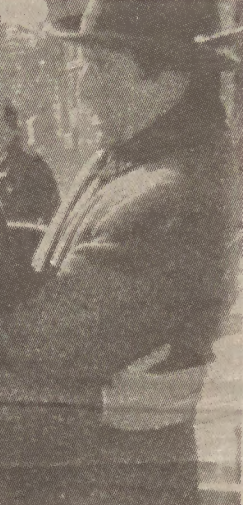
- 12.00 Livro da Selva
- 12.30 Rugrats
- 12.55 Pássaros de Fogo
- 13.45 Passo a Passo
- 14.10 Notícias
- 14.20 Um Planeta, Uma Família
- 14.50 Iolanda e o Vigarista (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Tarzan
- 17.20 National Geographic Magazine
- 18.20 Falso Suspeito
- 18.45 Benny Hill
- 19.15 Cosby Show
- 19.45 Batalhas Conjugais
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Prisão Ardente (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Último Jornal
- 24.00 Fórmula Indy

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 As Histórias Mais Bonitas
- 11.30 Actualidade Religiosa
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.15 Rica Saúde
- 13.45 Telhadros de Vidro (compacto)
- 15.45 Punky
- 16.15 Lassie
- 16.45 Prisioneiro das Chamas (ver «Filmes na TV»)
- 18.35 O Marido da Embaixadora
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Janelas Virtuais
- 20.40 Covington Cross
- 21.35 Fado, Fadinho
- 22.05 Ala-Arriba
- 23.45 Meteorologia

## Segunda, 28

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Vítor e Hugo
- 11.25 Agora é que São Elas!
- 11.55 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Santuários Selvagens
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.05 Até à... Maternidade! (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 21.40 Cupido Electrónico
- 22.10 Entre Famílias
- 23.25 A Casa das Orquídeas
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 12.05 Eternos Novatos



16.30 Rua Sésamo

- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.10 Você Decide
- 23.05 A Marcha do Tempo - «A América de Clinton»
- 00.20 24 Horas

- 12.30 Fórmula Um
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Vida de Mulher
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 A Grande Muralha
- 17.15 Ténis - Torneio de Wimbledon
- 18.15 Cinemazine
- 18.55 Basquetebol - Campeonato Europeu
- 20.35 A Ceifa de Ferro (2ª parte)
- 21.35 O Sorriso do Lagarto
- 22.45 TV2 Jornal
- 23.15 Remate
- 23.30 Fogo Cruzado
- 00.30 Artes e Letras - «Jeff Koons»

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Lágrimas
- 18.30 Telhadros de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Fórum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.40 O Jovem Leão (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Rumores
- 23.45 Informação
- 00.05 Meteorologia

## Terça, 29

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Os Esquilos Vão ao Cinema
- 11.30 Notas para Si
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 A Revolução Electrónica
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Mistério das Areias (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando



A vida de Miguel Ângelo em superprodução para televisão: 1.º episódio na terça-feira às 20h20 na TV2

- 16.30 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando
- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 A Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Isto Só Vídeo
- 22.10 Você Decide
- 23.05 A Marcha do Tempo - «A América de Clinton»
- 00.20 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 11.00 Infantil
- 11.30 Traums Chiff
- 12.30 O' Rocks
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.55 Terra Instável
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Para Além do Ano 2000
- 17.15 Ténis - Torneio de Wimbledon
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Os Trintões
- 19.55 Magazine Ecologia
- 20.20 Miguel Ângelo
- 21.30 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.15 Uma Pedra no Bolso (ver «Filmes na TV»)
- 00.45 Outras Músicas

- 16.30 Notícias
- 16.40 Gladiadores Americanos
- 17.25 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 A Brincar, a Brincar
- 22.00 Terça à Noite
- 23.15 Bagdad Café
- 23.55 Último Jornal
- 00.20 Internacional SIC
- 00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.00 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhadros de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.40 Fórum
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.40 O Jovem Leão (ver «Filmes na TV»)
- 00.10 Farda e Coração
- 01.00 Informação
- 01.15 Meteorologia

## Quarta, 30

- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Thumbelina
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Inspector Engenhocas
- 11.30 Isto é Magia
- 11.50 Culinária
- 12.15 Bebê a Bordo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 Meados do Século
- 14.25 Ponto por Ponto
- 14.55 O Mistério das Areias (ver «Filmes na TV»)
- 16.35 Rua Sésamo
- 17.00 Brinca Brincando



17.35 Calor Tropical

- 17.35 Calor Tropical
- 18.25 Roda da Sorte
- 19.00 A Banqueira do Povo
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.55 A Noite do Desespero (ver «Filmes na TV»)
- 23.40 24 Horas

- 09.00 Videotexto
- 10.30 Grandes Tormentos
- 10.55 Infantil
- 11.55 Amor à Primeira Vista
- 12.30 O' Rocks
- 13.30 Agora, Escolha!
- 14.50 «Der Blinder Richter»
- 15.30 Euroritmias
- 16.25 O Presente dos Deuses
- 17.15 Ténis - Torneio de Wimbledon
- 18.15 Carrusel
- 19.05 Os Trintões
- 19.55 TV Artes
- 20.25 Milénio
- 21.25 O Sorriso do Lagarto
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 Remate
- 23.15 Entre o Céu e o Inferno (ver «Filmes na TV»)
- 01.35 Tauromaquia

- 16.30 Notícias
- 16.35 Gladiadores Americanos
- 17.20 Santa Bárbara
- 18.10 Notícias
- 18.20 Roque Santeiro
- 19.10 Praça Pública
- 19.45 Renascer
- 20.25 Jornal da Noite
- 21.30 Falas Tu ou Falo Eu
- 22.30 Sexo Forte
- 23.35 Último Jornal
- 23.55 Deseja-me Sorte
- 00.55 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.30 O Papá das Pernas Altas
- 13.00 Uma Casa na Pradaria
- 13.45 Rica Saúde
- 17.05 A Casa do Tio Carlos
- 17.45 Lágrimas
- 18.30 Telhadros de Vidro
- 19.00 A Amiga Olga
- 19.30 Informação
- 20.15 Já Tocou!
- 20.55 Só Nós Dez
- 21.35 Cartas de Amor
- 22.40 Mancuso
- 23.30 Informação: «Frontal»
- 00.30 Desporto Motorizado
- 01.00 Ponto Final
- 01.05 Meteorologia



## Filmes na TV

### QUINTA, 24

#### O Príncipe da Paródia

«The Kid From Brooklyn» (EUA/1946). Real.: Norman Z. McLeod. Int.: Danny Kaye, Virginia Mayo, Vera Ellen. Cor, 110 min. *Comédia*. (14.50, Canal 1)

#### O Jardim do Diabo

«Garden of Evil» (EUA/1954). Real.: Henry Hathaway. Int.: Gary Cooper, Susan Hayward, Richard Widmark, Cameron Mitchell. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (23.35, Quatro)

#### A Condição Humana - Parte I

«Ningen No Joken» (Jap./1959). Real.: Masaki Kobayashi. Int.: Tatsuya Nakadai, Michiyo Aratama, So Yamamura, Eitaro Ozawa. P/B, 194 min. *Ver Destaque*. (24.00, TV 2)

### SEXTA, 25

#### Jovem Para Sempre

«Forever Young» (Gr.Br./1983). Real.: David Drury. Int.: James Aubrey, Nicholas Gekes, Karen Archer, Alec McCowen. Cor, 80 min. *Comédia dramática*. (15.05, Canal 1)

#### O Casamento de Betsy

«Betsy's Wedding» (EUA/1990). Real.: Alan Alda. Int.: Alan Alda, Joey Bishop, Madeline Kahn, Anthony Lapaglia. Cor, 90 min. *Comédia*. (22.10, Canal 1)

#### O Mistério de Gorky Park

«Gorky Park» (EUA/1983). Real.: Michael Apted. Int.: William Hurt, Lee Marvin, Joanna Pacula, Brian Dennehy. Cor, 124 min. *Espionagem*. (22.05, SIC)

#### Sinfonia Pastoral

«La Symphonie Pastorale» (Fr./1946). Real.: Jean Delannoy. Int.: Michèle Morgan, Pierre Blanchard, Line Noro, Jacques Dessailly. P/B, 102 min. *Ver Destaque*. (23.10, TV 2)

#### Hitler: Os Últimos Dias

«Hitler: The Last Ten Days» (Gr.Br./It./1973). Real.: Ennio De Concini. Int.: Alec Guinness, Doris Kunstmann, Simon Ward. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (00.35, Canal 1)

### SÁBADO, 26

#### No Dia em que a Terra Parou

«The Day The Earth Stood Still» (EUA/1951). Real.: Robert Wise. Int.: Michael Rennie, Patricia Neal, Hugh Marlowe, Sam Jaffe. P/B, 93 min. *Ver Destaque*. (11.55, TV 2)

#### Viagem ao Fundo do Mar

«Voyage to the Bottom of the Sea» (EUA/1961). Real.: Irwin Allen. Int.: Walter Pidgeon, Joan Fontaine, Peter Lorre, Frankie Avalon. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (15.00, SIC)

#### O Despertar

«The Yearling» (EUA/1946). Real.: Clarence Brown. Int.: Gregory Peck, Jane Wyman, Claude Jarman, Jr. Cor, 123 min. *Ver Destaque*. (15.20, Canal 1)

#### Um Amor Desesperado

«Desperate for Love» (EUA/1989). Real.: Michael Tuchner. Int.: Christian Slater, Tammy Lauren. Cor, 100 min. *Telefilme dramático*. (21.30, SIC)

#### O Espião do Sapato Vermelho

«The Man With One Red Shoe» (EUA/1985). Real.: Stan Dragoti. Int.: Tom Hanks, Edward Herrmann, Jim Belushi. Cor, 93 min. *Ver Destaque*. (22.05, Quatro)

#### A Maria Rapaz

«Just One of the Guys» (EUA/1985). Real.: Lisa Gottlieb. Int.: Joyce Hyser, Clayton Rohner, Toni Hudson, Bill Jacoby. Cor, 100 min. *Comédia*. (23.40, Quatro)

#### Na Mira das Armas

«In The Line of Duty: Siege at Marion» (EUA/1992). Real.: Charles Haid. Int.: Ed Begley Jr., Dennis Franz, Tess Harper. Cor, 90 min. *Policial*. (23.50, Canal 1)

#### Reportagem Acidentada

«Gallagher's Travels» (1987). Real.: Michael Caulfield. Int.: Ivar Kants, Joanne Samuel, Stuart Campbell, Jennifer Hagan. Cor, 90 min. *Comédia*. (01.30, Canal 1)

### DOMINGO, 27

#### Iolanda e o Vigarista

«Yolanda and the Thief» (EUA/1945). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Fred Astaire, Lucille Bremer, Frank Morgan. Cor, 104 min. *Ver Destaque*. (14.50, SIC)

#### Car Wash

«Car Wash» (EUA/1976). Real.: Michael Schultz. Int.: Franklyn Ajaye, Richard Brestoff, George Calin, Irwin Corey. Cor, 93 min. *Comédia*. (15.40, Canal 1)

#### Arranha-Céus em Chamas

«Fire! Trapped on the 37th Floor» (EUA/1989). Real.: Robert Day. Int.: Lee Majors, Lisa Hartman, Peter Scolari. Cor, 94 min. *Ver Destaque*. (16.45, Quatro)

#### Prisão Ardente

«Caged Heat» (EUA/1974). Real.: Jonathan Demme. Int.: Juanita Brown, Erica Gavin, Barbara Steeple. Cor, 82 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

#### Ala-Arriba!

(Port./1942). Real.: Leitão de Barros. Int.: actores amadores e pescadores da Póvoa do Varzim. P/B, 94 min. *Ver Destaque*. (22.05, Quatro)

#### Reacção em Cadeia

«Silkwood» (EUA/1983). Real.: Mike Nichols. Int.: Meryl Streep, Kurt Russell, Cher, Craig T. Nelson, Diana Scarwid. Cor, 126 m. *Ver Destaque*. (23.05, Canal 1)

### SEGUNDA, 28

#### Até à... Maternidade

«Carry on... Matron» (Gr.Br./1972). Real.: Gerald Thomas. Int.: Sidney James, Kenneth Williams, Hattie Jacques, Charles Hawtrey. Cor, 85 min. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

#### A Escolha de Salomão

«Solomon's Choice» (EUA). Real.: Andrew Tennant. Int.: Joanna Kerns, Bruce Davison, Reese Witherspoon, Joseph Mazello. Cor, 93 min. *Drama*. (21.40, Quatro)

#### Fábrica de Loucuras

«Gung Ho!» (EUA/1986). Real.: Ron Howard. Int.: Michael Keaton, Gedde Watanabe, Mimi Rogers, John Turturro. Cor, 107 min. *Comédia*. (22.00, SIC)

### TERÇA, 29

#### Raffles

«Raffles» (EUA/1939). Real.: Sam Wood. Int.: David Niven, Olivia de Havilland, May Whitty, Dudley Digges. P/B, 70 min. *Comédia*. (15.15, Canal 1)

#### O Jovem Leão

«Young Churchill» (Gr.Br./1972). Real.: Richard Attenborough. Int.: Robert Shaw, Simon Ward, Anne Bancroft, John Mills, Jack Hawkins. Cor, 145 min. *Ver Destaque*. (21.40, Quatro)

#### Uma Pedra no Bolso

(Port./1988). Real.: Joaquim Pinto. Int.: Inês de Medeiros, Isabel de Castro, Bruno Leite, Manuel Lobão, Luís Miguel Cintra. Cor, 87 min. *Ver Destaque*. (23.15, TV 2)

### QUARTA, 30

#### O Preço de um Triunfo

«Splendor» (EUA/1935). Real.: Elliott Nugent. Int.: Miriam Hopkins, Joel McCrea, Paul Cavanagh, Helen Westley. P/B, 73 min. *Melodrama*. (14.55, Canal 1)

#### A Noite do Desespero

«Desperate Hours» (EUA/1990). Real.: Michael Cimino. Int.: Mickey Rourke, Anthony Hopkins, Mimi Rogers, Lindsay Crouse. Cor, 101 min. *Ver Destaque*. (21.55, Canal 1)

#### Entre o Céu e o Inferno

«Tengoku To Jigoku» (Jap./1963). Real.: Akira Kurosawa. Int.: Toshiro Mifune, Kyoko Kagawa, Tatsuya Nakadai. P/B, 137 min. *Ver Destaque*. (23.15, TV 2)

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## — Por isto e por aquilo... —

### O Jardim do Diabo (Quinta, 23.35, Quatro)

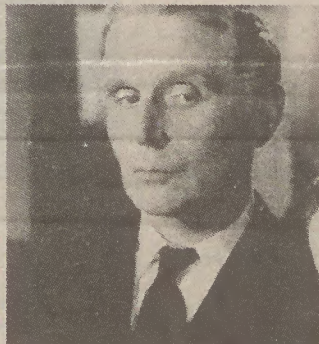
Com este filme datado de 1954, inicia a *Quatro* um ciclo dedicado a um cineasta - Henry Hathaway - que, não tendo alcançado o estatuto dos mestres incontestáveis de Hollywood, de algum modo se destacou do conjunto dos realizadores de segunda linha. E o seu talento e eficácia oficiais ficaram a marcar vários géneros, desde o exótico filme de aventuras até à renovação do filme *policicial*, passando, sobretudo, pelo *western* - de que este *O Jardim do Diabo* é um dos mais representativos. Um filme que conta a história de três aventureiros e de uma mulher que os contratara para uma expedição em demanda do seu marido e de uma mina de ouro implantada algures em pleno território infestado de índios - desgraçadamente, como sempre, os «maus da fita». Três grandes interpretações, de Gary Cooper, Richard Widmark e Susan Hayward, compõem o ramalhete.

### A Condição Humana - Parte I (Quinta, 24.00, TV 2)

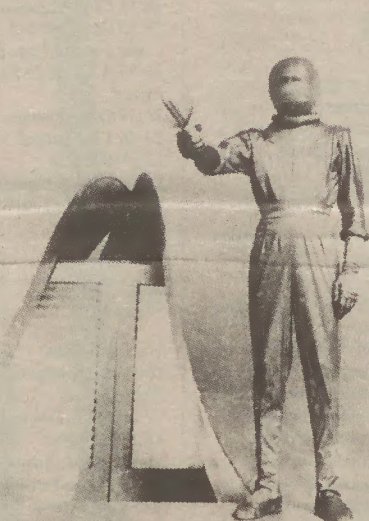
Cá está uma ocasião única de vermos um dos filmes mais longos da História do Cinema - mais de nove horas de duração - adaptado que foi, pelo realizador Masaki Kobayashi, em três jornadas, a partir do romance homónimo de Jumpsu Gomikawa. Isto se, como é «razoável» esperar, a TV 2 nas próximas semanas naturalmente faça seguir a exibição desta primeira parte - intitulada *Não Existe Amor Maior*, com três horas e tal de projecção - das restantes duas que constituem a totalidade deste grande *fresco* - e que levaram os títulos de *O Caminho para a Eternidade* e *A Oração do Soldado*. O projecto de Kobayashi é animado de um profundo humanismo ao focar a terrível experiência vivida por um engenheiro japonês enviado em 1953 para organizar o trabalho numas minas de carvão localizadas na Manchúria, durante a guerra que o Japão inflingiu à China, aí descobrindo (e lutando contra) o cortejo de horrores e destruição provocados pela guerra e a desumana exploração da mão-de-obra chinesa, denunciados pelo realizador num filme que, independentemente, da sua importância histórica, se revela algo longo e demasiado ambicioso.



Gary Cooper e Susan Hayward em «O Jardim do Diabo», de Henry Hathaway



Pierre Blanchard, intérprete principal de «Sinfonia Pastoral», de Jean Delannoy



### «No Dia em que a Terra Parou», um filme de ficção-científica de Robert Wise

uma operação bem sucedida que lhe faz recuperar a visão, a bela jovem e o seu coração balançam na correspondência entre a paixão do pastor e a que também por ela nutre o filho mais velho deste - o que a leva ao suicídio nas águas de um rio que corre próximo da casa onde habitam. Um intenso e inevitavelmente datado melodrama de um realizador nem sempre acolhido com simpatia pela jovem crítica francesa dos anos 50/60, mas que tem, nas interpretações de Michèle Morgan e, sobretudo, Pierre Blanchard, fortes motivos de interesse suplementar.

### Hitler: Os Últimos Dias (Sexta, 00.35, Canal 1)

Das incipientes propostas em matéria de programação cinematográfica de que os dois canais da RTP padecem no início destes sete dias em revista, o destaque vai, apesar de tudo, para esta produção televisiva italo-britânica que pretende reconstituir ficcionalmente os últimos dias da vida de Hitler, com todos os inconvenientes das co-

produções e a única vantagem de podermos encontrar, na complexa interpretação da figura do ditador, mais uma excelente composição de Alec Guinness.

### No Dia em que a Terra Parou (Sábado, 11.55, TV 2)

Curiosa mistura de géneros, este filme de Robert Wise ficou a constituir uma das mais originais e importantes experiências no campo do cinema de *antecipação científica* temperado pelos mecanismos tradicionais do *filme negro*: um extra-terrestre é desembarcado (na companhia de um *robot*) no planeta Terra e, após algumas peripécias durante as quais se acolhe, sob falso nome, numa pensão familiar e tenta convencer um cientista da bondade das suas intenções, acaba por ter de lutar contra a perseguição da polícia e abandonar o planeta em direcção a outras paragens do Universo - não sem que antes lance uma mensagem à Humanidade alertando-a para os perigos que a descoberta da bomba atómica fazem sobre ela pender. Um filme com uma inequívoca mensagem pacifista, anti-nuclear, excelentemente bem escrito e com interpretações à altura. A não perder.

### Viagem ao Fundo do Mar (Sábado, 15.00, SIC)

Também interessante - mas apenas do ponto de vista do puro entretenimento - é esta outra *ficção científica*, com um absurdo argumento de tonalidades absolutamente diversas do anterior, em que um submarino atómico é surpreendido, durante uma missão no Polo, pelos fenómenos estranhos provocados por uma cintura de radiação atómica à volta da Terra, decidindo o almirante responsável acabar com o problema ao lançar, contra ordens expressas, um míssil atómico... Mas as sequências submarinas são excelentemente filmadas e a interpretação de Walter Pidgeon é um regalo.

### O Despertar (Sábado, 15.20, Canal 1)

Prepare-se para «emoções fortes» ao ver este celeberrimo filme à volta da história de um rapaz que, intimamente ligado ao nascimento e criação de um pequenino veado, se revolta contra o abate do pequeno animal de estimação e abandona a família... até um dia em que regressa por não suportar viver sozinho. Um melodrama até às lágrimas, passado no seio de uma família de pobres agricultores - um enorme sucesso comercial, à época da estreia, brilhantemente interpretado.

### O Espião do Sapato Vermelho (Sábado, 22.05, Quatro)

Do pouco que há a assinalar nesta vulgar comédia de espionagem, é ter sido ela completamente falhada, já que, nesta história de um tipo que é erradamente perseguido como alvo, pela CIA, são (segundo as referências) completamente desbaratados os talentos dos vários intérpretes, com relevância para o total desaproveitamento do jovem actor Tom Hanks, no papel de um violinista que, um dia, começa a ver o seu apartamento invadido por toda a espécie de cadáveres...

### Iolanda e o Vigarista (Domingo, 14.50, SIC)

Não é dos mais conhecidos filmes de Vincent Minnelli, mas a verdade é que também não é, nem de longe, dos melhores exemplares de um género em que o realizador foi especi-



Meryl Streep, em «Reacção em Cadeia», de Mike Nichols

alista. Há mesmo muito boa gente que o acha detestável, um aviso que aqui fica para o espectador. A história - tratando-se embora de uma *comédia musical* - também não lembra ao Diabo: para conseguir lançar mão do vil metal, um escroque faz-se passar pelo «anjo da guarda» de uma rica herdeira, arrependendo-se no último momento ao verificar que se apaixonara irremediavelmente. A assunção do *kitch*!



**Arranha-Céus em Chamas** (Domingo, 16.45, Quatro)

O argumento deste «filme-catástrofe» é baseado num caso verídico ocorrido em Los Angeles: na noite de 4 de Maio de 1988, um pequeno foco de incêndio irrompe no 12º andar de um arranha-céus no centro da cidade, escapando de início à vigilância dos responsáveis, que despreocupadamente interpretam os sinais de alarme que começam a disparar como um erro do computador que controla a segurança do prédio, sendo já demasiado tarde quando chegam à conclusão de que o perigo deixa de ser uma possibilidade para se transformar em ameaça real. E fatal. Naturalmente que o filme nada mais é do que o desenrolar de seqüências espectaculares asseguradas por um cinema, eficaz e industrial sem dúvida, mas sem grandes rasgos. Ainda por cima estranhamente incluído, pela Quatro, no espaço *O Filme da Família...*

**Prisão Ardente** (Domingo, 21.30, SIC)

Jonathan Demme, o realizador deste filme, chegou justamente ao primeiro plano do moderno cinema americano pelo recente e excelente filme que ergueu a partir do argumento de *O Silêncio dos Inocentes*. Fazendo parte do *clã* do realizador-produtor Roger Corman - ele próprio um especialista do cinema insólito -, a sua carreira inicia-se precisamente com este *Prisão Ardente*, um filme «B» apenas mediano e centrado sobre a intensa violência e erotismo que rodeia a vida no interior de uma prisão de mulheres. Um filme demasiado primário que ainda não fazia adivinhar o verdadeiro talento que mais tarde se iria revelar.

**Ala-Arriba!** (Domingo, 22.05, Quatro)

Jornalista, pintor, autor e cenografista teatral, realizador de cinema e «encenador» de festejos históricos à maneira do Estado Novo (como, entre muitos outros, a Exposição Centenária ou a Exposição do Mundo Português) ou de faustosas recepções que o regime fascista proporcionou a governantes estrangeiros (como Franco ou Isabel II), *Leitão de Barros* foi, objectivamente, um dos mais destacados e multifacetados vultos culturais da sua geração e do seu tempo. *Ala-Arriba!* é uma das longas-metragens que, com *Maria do Mar* ou *A Severa*, *As Pupilas do Senhor Reitor* ou *Boca-gé*, *Inês de Castro* ou *Vendaval Maravilhoso*, coabitam com curtas-metragens como *Legião Portuguesa*, *Mocidade Portuguesa* e tantas outras encomendas na mesma linha. Este filme, que a televisão da Igreja agora repõe no novo espaço *Filme Português*, foi realizado com a participação de actores amadores e pescadores da Póvoa do Varzim - e é o retrato, localizado no tempo, da imagem que o «anterior regime» (como agora se diz) queria que tivéssemos do «sofredor», «ingénuo», «bom povo português»...

**Reacção em Cadeia** (Domingo, 23.05, Canal 1)

As brilhantes interpretações de um grupo de actores e atrizes em excelente forma são o elemento que dá mais força a um filme cuja temática é negativamente importante mas que, sem aquela contribuição, resultaria algo falhado, sobretudo porque nem sempre os mecanismos de encenação encontrados por Mike Nichols conseguem ultrapassar a sua lentidão e a sua (assim) aparentemente desproporcionada duração. *Maryl Streep* tem aqui um dos seus mais impressionantes papéis desempenhando a dramática e corajosa figura de *Karen Silkwood*, uma operária de uma fábrica de materiais radioactivos que, lutando corajosamente contra os perigos do «nuclear» morreu, em 1974, em consequência das radiações que sofreu - num caso extraído da vida real que apaixonou a opinião pública norte-americana, designadamente pelo longo tempo (dez anos) que a tramitação jurídica ocupou no apuramento das responsabilidades.

**O Jovem Leão** (Terça, 21.40, Quatro)

Actor de primeira água e realizador desigual, por vezes fortemente contestado pela crítica da especialidade, o britânico *Attenborough* sempre se distinguiu por, independentemente dos êxitos ou insucessos que conheceu ao longo da sua carreira, sempre ter conseguido dispor de meios (por vezes, tão avultados quanto esbanjados) para erguer projectos megalómanos, alguns dos quais atingindo duvidosos resultados. Cineasta profundamente conservador, conhecem-se-lhe, entretanto, a par de obras profundamente contestadas, como *Cry Freedom*, (em que aborda os problemas sul-africanos) outras obras curiosas, como *Ghandi* ou, mesmo, um dos filmes mais paradoxalmente anticonformistas sobre a guerra que o cinema britânico ergueu - *Oh! What a Lovely War*. Este filme que a Quatro hoje transmite - *O Jovem Leão* - inspirado nos primeiros vinte e cinco anos da biografia de *Winston Churchill*, não adianta rigorosamente nada ao conhecido academismo da sua estética cinematográfica, embora (talvez por isso mesmo) sejam de assinalar os três *Oscars* para que, à época, foi nomeado.

**Uma Pedra no Bolso** (Terça, 23.15, TV 2)

Inevitável e visivelmente rodado sem quaisquer meios é este outro filme que, nos finais dos anos 80, *Joaquim Pinto* resolve tirar da cartola, cansado de esperar por subsídios que não vêm ou nunca são suficientes. O resultado é um filme vivo e interessante, de porque fugindo a uma certa «quietude» e «autocontemplação» de que enferma certo cinema português. Talvez porque o realizador que chegou a revelar-se um notável engenheiro de som - o filme apresenta uma relativa agilidade de processos, a destacar, e um sensato compromisso quanto aos resultados a extrair da participação de actores amadores e profissionais. Mas mostra, sobretudo, uma câmara que, tropeçando embora na falta de tostões, procura mexer-se e narrar alguma coisa - o que vai sendo invulgar nos tempos que correm.

**A Noite do Desespero** (Quarta, 21.55, Canal 1)

Um criminoso, acompanhado na sua fuga por dois cúmplices, irrompe pelo lar de uma pacata e abastada família transformando os seus membros em reféns - uma situação que, após desenvolvimentos de grande tensão e suspense, termina violentamente com um «duelo» entre o chefe do bando e o chefe da família. Quem, ao ler à pressa apenas o título original, vai à espera do notável e inquietante *thriller* realizado por *William Wyler* nos idos anos de 50, que se te desiluda. Neste *remake* de *Michael Cimino*, as razões para a nossa tremedeira são outras: à secura de processos e à rigorosa contensão

com que *Wyler* nos dava uma situação de intenso estudo e confronto psicológico, contrapõe *Cimino* o gosto pela violência explícita e pela crueldade brutal, tornadas ambas ainda mais abjectas e repelentes pela «evidência» do intérprete que escolheu para personificar «o mal» - o insuportável *Mickey Rourke* - e expõe *Anthony Hopkins* (no papel do «justificado justiceiro») a uma indesejável comparação com o bem mais inquietante *Frederic March* do original.

**Entre o Céu e o Inferno** (Quarta, 23.15, TV 2)

O argumento deste filme, na elaboração do qual o próprio *Kurosawa* participou, parte da adaptação de um romance negro norte-americano (*King's Ransom*), de *Ed McBaine*, que o realizador transporta para a realidade japonesa com a eficácia que se lhe conhece: explorando magnificamente o contraste entre a sumptuosidade do mundo da grande-burguesia (em que decorre a primeira parte do filme) e o mundo da prostituição, droga, violência e crime, da marginalidade da grande cidade, *Kurosawa* narra, em imagens de grande força e plasticidade, a história de um rapto frustrado (e da subsequente investigação policial) que leva um rico industrial a pagar o resgate pela devolução do filho do seu motorista, que os raptos haviam confundido com o seu próprio filho.

**Cinema**

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Cães Danados	★★★	-	★★★★
<b>B</b> Lua-de-Mel, Lua de Fel	★★	★★★★	★★★
<b>C</b> O Fim do Mundo	★★	-	-
<b>D</b> Uma Mulher entre Dois Homens	-	★★★	★★★
<b>E</b> Vida de Solteiro	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Quentin Tarantino - King Triplex/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) - Lisboa.
- B - Real. Roman Polanski - Amoreiras/7 (21.30, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. João Mário Grilo - King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
- D - Real. John McNaughton - Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/3 (14.00, 16.45, 19.15, 21.45); Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.15, 22.00, 24.00) - Lisboa.
- E - Real. Cameron Crowe - Amoreiras/10 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) - Lisboa.

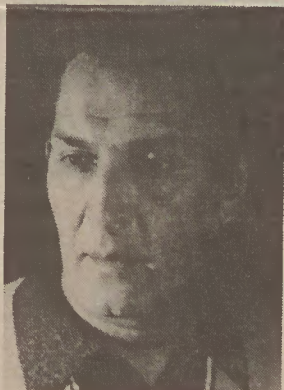
**Teatro**

**AUDITÓRIO DE BENFICA**

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

**PALÁCIO RIBAMAR**

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS)**, de Bertold Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo Grupo de Teatro.



Sábado às 21.45 **Homenagem em Cena Aberta a Rogério Paulo**

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **7 PORTAS**, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel

**Tempo**

Céu pouco nublado ou limpo alternando com períodos de muito nublado. Períodos de chuva ou aguaceiros e trovoadas no interior e terras altas.

Cintra, pelo Teatro da Comunidade.

**TEATRO DO CALVÁRIO**

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL-Teatro Infantil de Lisboa.

**TEATRO DA GRAÇA**

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **O PELICANO**, de Strindberg, encenação de Gastão Cruz, pelo Grupo Teatro Hoje.

**TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA**

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.15. **OTHELLO**, de Shakespeare, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

**TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ**

Lisboa, Rua António Maria Cardoso, Tel. 3427172. Companhia Teatral do Chiado: De 2ª a sáb. Sáb. e dom. às 12.00. **AQUELA NUVEM E OUTRAS**, de Eugénio de Andrade, encenação de Mário Viegas.

**PALAVRAS CRUZADAS**

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

**HORIZONTAIS:** 1 - Isolado; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço; depois de; igreja episcopal. 2 - Americio (s.q.); avenida (abrev.). 3 - Pêlo de certos animais; planta da fam. das silenáceas, cultivada em jardins; Cobalto (s.q.). 4 - Letra grega; cabelo branco. 5 - Omite; planta herbácea, odorífera, cultivada para fins culinários (pl.); ave columbina. 6 - Acolá; paixão. 7 - Espécie de escumilha; mil e três romanos; pron. pess. (pl.); estudei. 8 - Rasteira; maquinismo para tecer. 9 - Soberanos; vagaroso; enxuta. 10 - Batráquio; abrev. de senhor (pop.). 11 - Nociva; retardavam; atmosfera. 12 - Compaixão; comparecer. 13 - Graceja; enredo (fig.); flancos; o mais (ant.).

**VERTICAIS:** 1 - Astro-rei; temperatura elevada; oceano. 2 - Altar cristão; época. 3 - Remoinho de água (prov.); braço de rio. 4 - Parte imaterial do ser humano (pl.). 5 - Querida; aqui está; necessidade de beber. 6 - Ave corredora; lugar plantado de amieiros; tritura. 7 - Dirige-se; eternidade. 8 - Base; poeira; pref. de para cima; acusada. 9 - Eiró; que te pertence. 10 - Parceiro; pulo; desprezível. 11 - Origens (fig.); progenitora; sístém o movimento. 12 - Flor da rosceira (pl.). 13 - Tinta de pintar; rente. 14 - Protóxido de cálcio; filtra. 15 - Repercussão (fig.); amacia; relação.

**SOLUÇÃO DO N.º ANTERIOR**

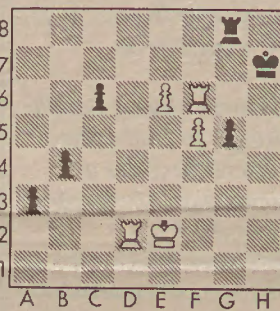
**HORIZONTAIS:** 1 - Herculano; móbil. 2 - Ou; abafio; calada; 3 - Alega; cá; atam. 4 - Escorro; dono; ode. 5 - Reate; falava; el. 6 - Orbe; sérios. 7 - Ao; ola; mil; aa. 8 - Urbano; suga. 9 - Ró; arrais; fadas; 10 - Ara; Adia; filara. 11 - Mano; és; Dacar. 12 - Adiram; Tomam; ui. 13 - Salão; sumarenta.

**VERTICAIS:** 1 - Homero; dramas. 2 - Eu; será; orada. 3 - Acabou; anil. 4 - Calote; Ra; ora. 5 - Úbere; obra; ao. 6 - Lago; alardem. 7 - Afã; anais. 8 - Nó; dás; Oiã; tu; 9 - Colem; dom. 10 - Canário; fama. 11 - Má; óvil; ficar. 12 - Ola; ao; salame. 13 - Bato; saudar. 14 - Idade; Agar; ut. 15 - Lamela; asaria.

**XADREZ**

CDXVI - 24 de Junho de 1993  
PROPOSIÇÃO N.º 1993X049  
Por: VITALY HALBERSTADT  
British Chess Magazine, 1940

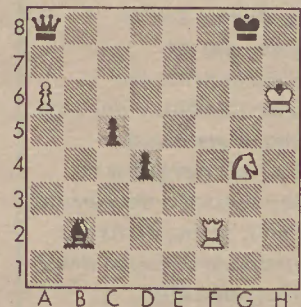
Pr.: [6]: Ps.a3, b4, c6, g5-Tg8-Rh7  
Br.: [5]: Ps.c6, f5-Ts. d2, f6-Rc2



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X050  
Por: A. A. TOUTLYANTS  
Concurso Ucrainiano, 1966

Pr.: [5]: Ps. c5, d4-Bb2-Da8-Rg8  
Br.: [4]: Pa6-Cg4-Tf2-Rh6



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXVI

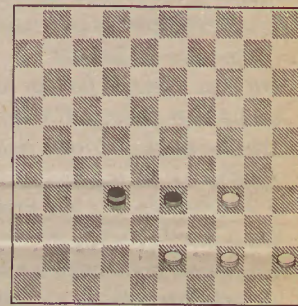
N.º 1993X049 [V.II.] 1. Rf1 [Ameaça: 2. Th2+, Rg7; 3. Tf7+], 1. ... Td8; 2. Tf7+, Rg8/h6; 3. T: d8/Th2+ Se; 2. ... Rh6; 3. Th2+, 1. ... Tf8; 2. Th2+, Rg7/g8; 3. Tg6+, 1. ... Tg7; 2. Th6+, Rh6; 3. Th2+ Se; 2. ... Rg8; 3. Td8+, 1. ... T-; 2. Tg6 e 3. Th2+, N.º 1993X050 [A.A.T.]: 1. Cf6+, Rf7; 2. Cd5+, Rg8; 3. Ce7+, Rh8; 4. Cg6+, Rg8; 5. Tf8+, Df8; 6. C:f8, d3; 7. a7, d2; 8. a8-d, d1-d; 9. Cd7+, Rf7; 10. Df8+, Rg6; 11. Cg5+, Ré 5; 12. Dc7+, Rf4; 13. Dg5+, Rf3; 14. Dh5+ e g. Se; 1. ... Rh8; 2. Rg6 e g. Se; 1. ... Rh8; 2. Rg6 e Br+.

A. de M.M.

**DAMAS**

CDXVI - 24 de Junho de 1993  
PROPOSIÇÃO N.º 1993D049  
Por: Anónimo  
Cent Coups de Dames [N.º 30], Ch. Alix, Fr. 1867

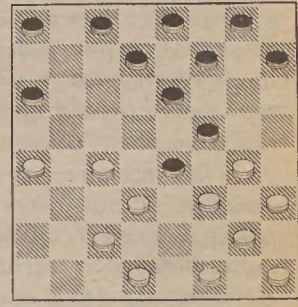
Pr.: [2]: (32)-33  
Br.: [4]: 34-43-44-45



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D050  
GOLPE N.º 24/93  
Por: Fernando Martins  
Estratégia Damista, Lisboa

1. 10-13, 21-18; 2. 12-15, 23-19; 3. 8-12, 19-14; 4. 12-16, 28-23; 5. 6-10, 23-19; 6. 4-8, 19-12; 7. 8:15 DIAGRAMA:



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXVI

N.º 1993D049 [A.N.]: 1. 45-40. (32x49); 2. 34-29. (33x24); 3. 40-35. (49x40); 4. 35x44+

N.º 1993D050 [F.M.]: 7. ... 32-28; 8. 10-19, 18-14; 9. 11-18, 24-20; 10. 16-32, 31-28; 11. 32-23, 27-4-D; 12. 18-27, 30-14+

A. de M.M.



# a talhe de FOICE

## O Segredo

Regressemos, durante um parágrafo, ao que a escola nos ensinou e a vida, infundavelmente, confirma.

O Estado, em todos os entendimentos do planeta, é sinónimo de Nação, considerada na sua qualidade de corpo político regido por leis; completa-o o território que o delimita, mais a língua, a tradição, a cultura, a religião, as lutas, as vitórias, os desaires, os avanços, os recuos e a história comuns que agregam os povos que o habitam, dando a tudo e a todos uma identidade própria e colectiva.

Posto isto, ser português (por exemplo) é ter as raízes, e em geral a vida, num povo que há oito séculos construiu o seu Estado a Ocidente da Península Ibérica ou, melhor dizendo, que há oito séculos ali o começou a construir, porque estas coisas são dialécticas e nunca estão prontas ou se detêm numa configuração determinada.

Os governos, quaisquer que sejam ou hajam sido, limitam-se a representar melhor ou pior o Estado a que pertencem, gerindo-o em nome dos interesses de todos. Daí que, no quadro de um Estado, os governos venham e vão com a pendularidade das suas incompetências ou a incontornável transitoriedade da sua pequenez. A prova está em que não há império ou ditadura que se eternizem, por muito que se rodeiem de guardas pretorianas ou ferocidades repressivas.

Serve esta quase retórica introdução para abrir espaço ao espanto.

O espanto de haver uma maioria partidária - a do PSD - que, dos bicos de pés dos seus transitórios dois milhões e 900 mil votos, se atreve a impor, sozinho, uma Lei de Segredo de Estado a um País de 10 milhões de habitantes, onde se integram, pelo menos, tantos opositores eleitoralmente expressos, como os apoiantes que lhe deram a vitória.

Uma Lei que dá a todos os ministros e, até, aos presidentes dos Governos Regionais o poder discricionário de decidir o que é, ou não é, objecto de Segredo de Estado.

Imagine-se o que faria o ministro Arlindo de Carvalho - que até já expressou a sua vontade de abafar o escândalo da hemodiálise de Évora - se já fosse detentor da prerrogativa de definir os "segredos de Estado".

Ou o que (mais) fariam os ministros Miguel Cadilhe ou Leonor Beza, Carlos Borrego ou Diamantino Durão, quando foram demitidos ou forçados a demitir-se na sequência de escândalos, corrupções e incompetências que protagonizaram.

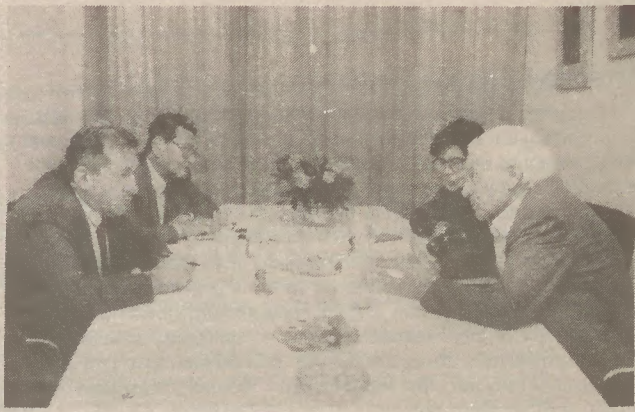
Ou o que (mais) farão os presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, no emaranhado de arbitrariedades e compadrios que têm pautado as suas gestões, se puderem transformar os seus "actos políticos" em segredos de Estado.

Ou o que se passará a fazer, num Executivo com as "provas dadas" do de Cavaco Silva, para além do que já se faz e, mesmo assim, pouco se sabe.

Espanto, finalmente, por se ver um Governo a encarniçar-se pela aprovação de uma Lei de Segredo de Estado que abre caminho ao autoritarismo do poder, ao silenciamento dos jornalistas, ao policiamento dos cidadãos e dos seus direitos fundamentais, em suma, a um Estado repressivo e impune, quando o País mergulha na crise económica, o desemprego alastra a uma média de 24 000 trabalhadores por mês, as empresas encerram em massa, a produtividade nacional desce para o abismo e o capital estrangeiro dita crescentemente as regras.

Ou talvez não. Afinal de contas não será de espantar que a maioria PSD/Cavaco Silva ache tão importante a "Segurança do Estado" (que, até agora, ninguém viu ameaçada) e, em seu nome, procure controlar e reprimir qualquer oposição, denúncia ou protesto à sua "política de sucesso". Na verdade o insucesso desta política apenas já se pode encobrir com o "Segredo de Estado".

■ HC



## Encontro PCP/PCF

A convite do Partido Comunista Português, esteve de visita a Portugal uma delegação do Partido

Comunista Francês composta por André Lajoinie, membro do Bureau Político e Secretariado do Co-

mité Central e Jacques Denis, membro do Comité Central, que estiveram na terça-feira na sede do PCP.

A delegação do PCF manteve conversações com uma delegação do PCP composta por Carlos Carvalhas, secretário-geral, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do Secretariado. Os representantes do partido francês encontraram-se ainda com o Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal.

Os encontros realizados possibilitaram uma ampla

e útil troca de informações e opiniões sobre a situação nos dois países e actividade dos respectivos Partidos e sobre as grandes questões do desenvolvimento mundial e problemas de maior actualidade da situação internacional.

Abordado foi também o papel e a cooperação dos Partidos Comunistas e de outras forças democráticas e progressistas no plano europeu e mundial. Foi confirmada a vontade recíproca de prosseguir e desenvolver as relações tradicionais de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PCF.

## Rurais sem terra do Brasil visitam Alentejo

Uma delegação dos Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária, do Brasil, encontra-se em Portugal de visita ao Alentejo, a convite da FENCA (Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção). As delegações brasileiras pretendem conhecer as cooperativas agrícolas de produção que resultaram do processo da Reforma Agrária no nosso país.

No Brasil, com 360 milhões de hectares, um por cento dos proprietários de terra detem 45 por cento de todas as terras do país. Esta é uma das maiores, senão a maior, concentração latifundiária do mundo. As condições de vida e de trabalho dos chamados «boias-frias» (tra-

balhador eventual sem qualquer pedaço de terra), são completamente desumanas.

São conhecidos muitos casos de prisões, torturas e mortes, numa história de conflito entre trabalhadores e grandes proprietários que teve no caso de Chico Mendes repercussão mundial. No entanto 782 pessoas foram assassinadas na luta pela terra no Brasil só de 1985 a 1992.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, representa, no Brasil, aqueles que lutam pelas alterações deste quadro. Até ao momento é responsável pela criação de cerca de 586 «assentamentos» (explorações agrícolas que os trabalhadores administram) onde laboram cerca de 95 mil famílias, num total de quatro milhões e 500 mil hectares.



## Impostos: paga quem trabalha

«Será que, depois de ter criado o caos na Administração Fiscal, o Governo vai tapar os buracos orçamentais penalizando uma vez mais os já sacrificados rendimentos do trabalho?» - questiona o sindicato da Função Pública do Sul e Açores, numa nota de imprensa onde denuncia o facto de pessoal da fiscalização tributária estar a ser obrigado a fazer serviço de contencioso tributário, «o que lhe está vedado por lei, podendo assim qualquer contribuinte alegar preterição de formalidades legais».

O sindicato recorda que

desde 1990 os responsáveis da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos deram início a transferência compulsiva do pessoal da fiscalização tributária, retirando trabalhadores das repartições de origem «de uma forma que no mínimo tem que ser considerada estranha». Foi assim que se chegou hoje «à situação de não haver fiscalização efectiva», acusa o sindicato, constatando que «assim, e excluindo os trabalhadores por conta de outrem, cujo IRS é logo retido na fonte, cada contribuinte só paga o que quer e quanto quer».

## Vacas loucas ou problemas reais?

A CNA - Confederação Nacional da Agricultura - considerou, em comunicado, haver «excessos de "discussão televisiva" em torno de eventuais casos de "vacas loucas"» e falta de debate «realmente necessário» e «de medidas eficazes» em torno dos grandes problemas da agricultura portuguesa.

A CNA afirma que o ministro da Agricultura «devia ter a coragem de se deixar de monólogos demagógicos na televisão» como o transmitido na segunda-feira sobre o caso das vacas loucas, «para aceitar um grande debate público, na televisão, cara a cara, com a CNA» e outros representantes da lavoura.

Para a CNA os reais problemas da agricultura não são as ditas «vacas loucas» mas sim o encarecimento constante dos factores de produção, o fomento ao aumento de importações desnecessárias e a falta de investimento no sector agrícola onde «para fazer baixar ao mínimo o investimento de dinheiros do Orçamento de Estado, o Governo vai desaproveitar muitos milhões de contos disponibilizados pela CEE», diz o comunicado.

## DORBraga Convívio de Verão à beira do Cávado

Uma jornada de confraternização está a ser preparada pela Direcção da Organização Regional de Braga do PCP, estando agendada para o primeiro domingo do mês de Julho (dia quatro) num aprazível parque arrelvado, à beira do Cávado, em Merelim São Paio, freguesia do concelho de Braga localizada perto da ponte que liga a Prado. O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, irá participar neste convívio que reunirá comunistas, simpatizantes e outros democratas.

Um piquenique, jogos de malha e chinchão, um espectáculo com o grupo de música tradicional Cantares da Terra e ainda Jorge Lomba e Filipe Magalhães, fazem parte do programa que a DORBraga prepara.

No que diz respeito ao debate político, o Partido, a luta e a resistência dos trabalhadores, as próximas eleições autárquicas, os projectos e perspectivas da CDU no distrito serão temas em foco na reunião onde onde o secretário-geral do PCP fará uma intervenção.